

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL
DOUTORADO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

**O CURSO DE RELAÇÕES PÚBLICAS DA FEEVALE: MEMÓRIA DE UM
PIONEIRO NO RIO GRANDE DO SUL**

CARLA LEMOS DA SILVA

Porto Alegre

2012

CARLA LEMOS DA SILVA

**O CURSO DE RELAÇÕES PÚBLICAS DA FEEVALE: MEMÓRIA DE UM
PIONEIRO NO RIO GRANDE DO SUL**

Tese apresentada como pré-requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Comunicação Social, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUCRS.

Orientadora: Doutora Cláudia Peixoto de Moura

Porto Alegre

2012

Instituição depositária: Biblioteca Central Ir. José Otão. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586c Silva, Carla Lemos da
O curso de Relações Públicas da Feevale: memória de um pioneiro no Rio Grande do Sul. / Carla Lemos da Silva. – Porto Alegre, 2012.
289 f.

Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação Social, PUCRS.
Área de Concentração: Estudo das Práticas e Culturas da Comunicação.
Linha de Pesquisa: Práticas Profissionais e Processos Sociopolíticos nas Mídias e na Comunicação das Organizações.
Orientação: Profa. Dra. Cláudia Peixoto de Moura.

1. Comunicação Social – Ensino Superior. 2. Memória.
3. Relações Públicas – Estudo e Ensino. 4. Feevale – História.
5. História Oral. I. Moura, Cláudia Peixoto de. II. Título.

**CDD 301.14
378.124**

**Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária:
Cíntia Borges Greff - CRB 10/1437**

Dedico este projeto a minha mãe, Gilda, que sempre esteve ao meu lado, me apoiando e incentivando. Sem ela este sonho não teria se realizado.

AGRADECIMENTOS

Como o tema é a reconstrução da memória institucional, este agradecimento levará em conta a reconstrução da memória desta tese rememorando as pessoas que participaram deste momento, levando em consideração as questões emoção, experiências, consciência, lembrança e informações.

Agradeço à minha mãe pelo apoio incondicional, financeiro e afetivo.

Ao meu namorado, José Carlos Grando, pelo carinho, paciência e pela tranquilidade no caminho final de construção da tese.

À minha amiga professora Doutora Valéria Marcondes, por me auxiliar a entender Bergson e Halbwachs, pelos incontáveis e-mails e telefonemas.

À minha amiga professora Doutora Gisele Becker, pelo apoio em questões históricas e afetivas.

À minha amiga RP Gislaíne Castilhos, pelas transcrições, pelo apoio de todas as formas, por estar ao meu lado, por ser RP e por me entender.

À minha amiga RP Joana Mallmann, pelas pesquisas no Jornal NH e pelo apoio.

À minha amiga e irmã RP Ana Geni Heinrich, pelo cuidado.

À minha tia Cássia, por me receber na sua casa em Florianópolis para que eu efetuasse a entrevista com o professor João Lupi.

À minha orientadora, professora Doutora Cláudia Peixoto de Moura, pelo convívio e ensino.

Às professoras Doutoras Núncia Constantino e Dóris Haussen, pelos ensinamentos na sala de aula e na banca de qualificação.

Ao professor Plínio Dall’Agnol, por toda a ajuda com documentos, fotos e por indicar os depoentes. À sua esposa Sílvia, pelos chás, biscoitinhos e tortas.

Aos professores que participaram da entrevista com toda a dedicação, paciência e disponibilidade.

Ao Centro de Documentação e Memória Luci Therezinha Bridi, à professora Magna Lima Magalhães e à bolsista Graziela Cristiane de Oliveira.

Ao Arquivo Municipal de Novo Hamburgo e a seus funcionários.

À Bibliotecária Cíntia Greff pelas normas da ABNT e pela correria.

RESUMO

A presente tese constitui o trabalho de conclusão para o Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. O objeto desta tese é um dos cursos pioneiros de Relações Públicas, de iniciativa privada, localizado no Rio Grande do Sul, o curso da Federação de Estabelecimentos de Ensino Superior em Novo Hamburgo – FEEVALE, criado em 1970. Este estudo tem como objetivo geral reconstruir a memória de implantação de um curso superior pioneiro, examinando a memória coletiva, a partir das memórias individuais dos primeiros docentes e coordenadores do referido curso, bem como do primeiro diretor de ensino. O recorte temporal para este estudo é do ano de 1970, quando o curso de Relações Públicas da Feevale foi instituído, até 1979, ano em que houve a primeira alteração curricular do curso. A metodologia de história oral, com a colaboração de doze depoentes, contribui, desse modo, para os estudos em Relações Públicas e desenvolve-se mediante pesquisa teórica e empírica. O procedimento metodológico é de caráter exploratório, com uma abordagem qualitativa e baseia-se em uma revisão da bibliografia. A pesquisa documental fundamenta-se em documentos encontrados no acervo da Feevale, no Arquivo Municipal de Novo Hamburgo e em posse dos depoentes. Para a análise dos dados coletados através da história oral é utilizada a análise textual discursiva, de Galliazi e Moraes (2011), que almeja lançar novas compreensões acerca do objeto estudado. Assim, as memórias individuais e coletivas dos sujeitos entrevistados auxiliam no processo de reconstrução sobre a memória institucional de implantação do Curso de Relações Públicas da Feevale, demonstrando que o contexto histórico da época, com a indústria calçadista em alta e as exportações de calçados, a FENAC, a Faculdade de Belas Artes e a carência de uma faculdade de Relações Públicas na região alavancaram essa criação.

Palavras-chave: Memória, Curso de Relações Públicas, Feevale, História Oral.

ABSTRACT

This thesis has constituted the final paper of the Doctor's degree of the Post-Graduation Program in Social Communication of the Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul. The object of this thesis is one of the pioneers of Public Relations Programs, from the private sector, located in Rio Grande do Sul state, the program of the Federation of Establishments of Higher Education in Novo Hamburgo city – FEEVALE, founded in 1970. In general, this study aimed to reconstruct the memory of the implementation of such pioneering higher education program, examining not only the collective memory, from individual memories of the first professors and coordinators of the referred program, but also the memory of the first director of education. The space to consider this study was between 1970, year of creation of the course until 1979, year of the first curricular alteration. Therefore, the methodology of oral history was adopted, with the contribution of twelve interviewees, contributing, this way, to studies in Public Relations, being developed through a theoretical and empirical research. Moreover, the methodological procedure utilized in this thesis was exploratory, with a qualitative approach, and based on a literature review. In addition, a documentary research was employed in documents found in the collection of Feevale, in the Municipal Archive of Novo Hamburgo city, and in the possession of the interviewees. Thus, in order to analyze data collected through oral history, the discursive textual analysis by Galliazi and Moraes (2011) was applied, which aimed to launch new understandings concerning the studied object. This way, the individual and collective's memory of the interviewees helped the construction about institutional memory of the implantation of Feevale's Public Relation Course, showing that the history context of that time, with high shoes industries and the shoes exportation, the FENAC, the Belas Artes course and the necessity of a Public Relation course in the region growing in the way of this creation.

Key words: Memory, Public Relations Program, Feevale, Oral History.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Anúncio Cannes Publicidade	59
Figura 2: Diagrama para Estudo da Memória Institucional	183

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: O Processo das Relações Públicas.....	38
Quadro 2: Denominação e Acervo	43
Quadro 3: Pareceres do CFE e Resoluções do MEC.....	50
Quadro 4: Cursos Oferecidos conforme a Legislação	53
Quadro 5: Duração dos Cursos e Carga Horária Conforme a Legislação	55
Quadro 6: A Disciplina: o Processo e o Programa	66
Quadro 7: O Programa e suas Funções.....	69
Quadro 8: Demonstrativo da Evolução das Matrículas da Feevale.....	125
Quadro 9: Demonstrativo da Evolução dos Professores e Funcionários da Feevale.....	126
Quadro 10: Os Depoentes da Pesquisa	128
Quadro 11: Unidades de Sentido para a Categoria - Conhecimento acerca de RP	135
Quadro 12: Unidades de Sentido para a Categoria - Currículo de RP	136
Quadro 13: Unidades de Sentido para a Categoria - Como ensinar para RP	137
Quadro 14: Unidades de Sentido para a Categoria - Eventos em RP	138
Quadro 15: Unidades de Sentido para a Categoria - Estágios em RP	138
Quadro 16: Unidades de Sentido para a Categoria - Empresas do Vale dos Sinos	139
Quadro 17: Unidades de Sentido para a Categoria - Alunos	140
Quadro 18: Unidades de Sentido para a Categoria - Convite para trabalhar na Feevale ...	141
Quadro 19: Unidades de Sentido para a Categoria - Corpo Docente: formação e relacionamento	142
Quadro 20: Unidades de Sentido para a Categoria - Outras atividades desenvolvidas pelos professores	142
Quadro 21: Unidades de Sentido para a Categoria - Deslocamentos: ir e vir à Feevale	143

Quadro 22: A formação Acadêmica e as Disciplinas Ministradas Pelos Depoentes da Pesquisa	163
Quadro 23: Ano de Contratação e de Desligamento dos Depoentes na Feevale.....	166
Quadro 24: Memória Individual: Convergências entre a Teoria e a Percepção dos Depoentes	173
Quadro 25: Memória Coletiva: Convergências entre a Teoria e a Percepção dos Depoentes	175
Quadro 26: Memória Institucional: Convergências entre a Teoria e a Percepção dos Depoentes	177

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABB – *Asea Brown Boveri*

ABERP – Associação Brasileira de Empresas de Relações Públicas

ABM – Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior

ABMES – Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior

ABRP – Associação Brasileira de Relações Públicas

ACI – Associação Comercial e Industrial

ADVB – Associação de Dirigentes de Vendas do Brasil

AERP – Associação dos Executivos de Relações Públicas

AIRP – Assessoria de Imprensa de Relações Públicas

APPRP – Associação Profissional de Profissionais de Relações Públicas

ASPES – Associação Santa-mariense Pró- Ensino Superior

ASPEUR – Associação Pró Ensino Superior em Novo Hamburgo

CACEX – Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil

CFE – Conselho Federal de Educação

CIESPAL – *Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina*

CIRP - Ciclo de Integração de Relações Públicas

CODEP – Conselho de Desenvolvimento Empresarial

COHABURGO – Cooperativa Habitacional dos Trabalhadores Sindicalistas de Novo Hamburgo

COMTUR – Conselho Municipal de Turismo de Novo Hamburgo

CONFERP – Conselho Federal de Profissionais de Relações Públicas

CONRERP – Conselho Regional de Profissionais de Relações Públicas

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda do Regime Militar

EBA – Instituto de Belas Artes

ECA/USP – Escola de Comunicações e Artes de São Paulo

FAMECOS – Faculdade de Comunicação Social

FAPERGS – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul

FEEVALE – Federação de Estabelecimentos de Ensino Superior em Novo Hamburgo

FENAC – Feira Nacional do Calçado

FELAFACS - *Federación Latinoamericana de Facultades de Comunicación Social*

IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

IDORT – Instituto de Organização Racional do Trabalho

IPRA – Associação Internacional de Relações Públicas

MEC – Ministério da Educação

MNC - Museu Nacional do Calçado

OEA – Organização dos Estados Americanos

PIB – Produto Interno Bruto

POP – Prêmio Opinião Pública

PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

RP – Relações Públicas

SAMAS – Serviço Municipal de Abastecimento

SECOM – Secretaria de Comunicação Social

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SINPRORP – Sindicato dos Profissionais Liberais de Relações Públicas

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNISINOS – Universidade Federal do Vale dos Sinos

URI – Universidade Regional Integrada

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 NOÇÕES DE MEMÓRIA	29
2.1 OS ASPECTOS TEÓRICOS DA MEMÓRIA	29
2.2 A MEMÓRIA INDIVIDUAL E A MEMÓRIA COLETIVA	34
2.3 A MEMÓRIA INSTITUCIONAL	37
3 CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIAL DE RELAÇÕES PÚBLICAS NO BRASIL.....	46
3.1 O ENSINO DE RELAÇÕES PÚBLICAS	46
3.2 O DESENVOLVIMENTO DE RELAÇÕES PÚBLICAS	56
3.3 OS ASPECTOS TEÓRICOS DE RELAÇÕES PÚBLICAS	65
4 CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIAL DE NOVO HAMBURGO	71
4.1 A ECONOMIA DE NOVO HAMBURGO.....	71
4.2 A EDUCAÇÃO EM NOVO HAMBURGO	74
4.3 A FEEVALE	87
5 MEMÓRIA SOBRE O CURSO DE RELAÇÕES PÚBLICAS DA FEEVALE	127
5.1 OS PERCURSOS METODOLÓGICOS.....	127
5.2 A MEMÓRIA SOBRE O CURSO ATRAVÉS DOS DEPOENTES	144
5.3 A TRAJETÓRIA DE INTERPRETAÇÃO DAS MEMÓRIAS	172
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	184
REFERÊNCIAS	192
ANEXOS	202

1 INTRODUÇÃO

O primeiro curso superior do Brasil foi criado em 1808, em decorrência da chegada da família Real no Brasil. No século XIX, os cursos eram poucos e apenas pequena parcela da população tinha acesso à educação superior. No início do século XX, com a industrialização e o aumento das cidades, essa realidade foi modificada. Neste período, o estado do Rio Grande do Sul possuía três faculdades localizadas em Porto Alegre: a Escola de Medicina, a Escola de Engenharia e a Escola de Direito, transformada em universidade, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1934¹.

No ano de 1966, surgiu, em São Paulo, o primeiro curso universitário de Relações Públicas, na Escola de Comunicações Culturais da Universidade de São Paulo, hoje Escola de Comunicação e Artes (ECA-USP), com currículo próprio.

Em 1968, localizada na região do Vale do Rio dos Sinos², em Novo Hamburgo, foi criada a Escola Superior de Belas Artes (EBA). A região era conhecida pela sua indústria calçadista. A Feira Nacional do Calçado (FENAC) já existia e, entre 1967 e 1968, começaram as exportações de calçados.

Com a falta de escolas superiores na região, aqueles que pretendiam continuar os

¹Em 1934, José Antônio Flores da Cunha, Governador do Rio Grande do Sul criou a Universidade de Porto Alegre, por meio da reunião das faculdades então existentes. A Universidade, então estadual, passou a chamar-se Universidade do Rio Grande do Sul, treze anos após a sua criação, por meio do parágrafo 36 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul de 08 de julho de 1947 que dispunha: “A Universidade de Porto Alegre passará a denominar-se Universidade do Rio Grande do Sul, a fim de poder congregiar institutos situados fora da capital do Estado. Parágrafo único: Ficam incorporadas à Universidade do Rio Grande do Sul, desde que satisfeitas as exigências da legislação em vigor, as faculdades de Direito e Odontologia da cidade de Pelotas e a Faculdade de Farmácia de Santa Maria”. A Universidade do Rio Grande do Sul foi federalizada em 1950. (BARICHELLO, E.M.M.R. **Comunicação e Comunidade do saber**. Santa Maria: Palotti, 2001, p. 180).

² Vale do Rio dos Sinos, região geográfica que compreende um conjunto de municípios do entorno desse rio. Para este trabalho, concebemos Novo Hamburgo como a cidade polo da região do Vale dos Sinos e central economicamente, a partir da expansão produtiva e de exportação do calçado, até hoje. Na década de 70, o Vale era compreendido pelos municípios de: Novo Hamburgo, Campo Bom, Sapiranga, São Leopoldo, Igrejinha, Taquara, Três Coroas, Gramado, Dois Irmãos, Estância Velha, Ivoti, Canela, Nova Petrópolis, Cachoeirinha (COSTA; PASSOS. **Associação Comercial e Industrial de Novo Hamburgo: 1972 a 1980**). [S. l.]: [s. n.]: 2004).

estudos abdicavam de suas famílias e iam estudar em outras localidades. Então, viu-se a necessidade de implantação de escolas superiores na região. Em 1970, passaram a existir a Faculdade de Educação, a Faculdade de Ciências Contábeis, a Escola de Relações Públicas e a Escola de Administração da Federação de Estabelecimentos de Ensino Superior de Novo Hamburgo³ (FEEVALE) (anexo A/ anexo B), mantida pela Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo⁴ (ASPEUR).

Com esta introdução, apresenta-se o objeto deste estudo, que é um dos Cursos Superiores pioneiros de Relações Públicas, de iniciativa privada do Estado do Rio Grande do Sul, pertencente à Feevale. Os aspectos abordados encaminham à questão central que orienta esta pesquisa e que está expressa da seguinte forma: **Que aspectos são considerados nos relatos obtidos, em fontes documentais e de depoentes quanto à implantação do curso de Relações Públicas da Feevale, para a reconstrução de sua memória institucional?**

O recorte temporal para este estudo é estabelecido entre os anos de 1970, quando o curso de Relações Públicas da Feevale foi instituído, e o ano de 1979, quando houve a primeira alteração⁵ do curso.

³ A escrita da sigla da Federação de Estabelecimentos de Ensino Superior de Novo Hamburgo não é padrão. A instituição sugere que, quando for escrita dentro de um texto seja com a primeira letra maiúscula e as outras minúsculas e quando estiver sozinha, seja toda escrita com letra maiúscula. Portanto, no presente trabalho, será encontrada a sigla FEEVALE e/ou Feevale.

⁴ “A Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo (ASPEUR) é a mantenedora da Feevale. Fundada em 28 de junho de 1969, é uma entidade comunitária, sem fins lucrativos, constituída por forças vivas da comunidade regional, que com esforço solidário e comprometido vêm administrando a instituição há 40 anos. ASPEUR, em sua organização, constitui-se de Conselho de Administração, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal Conselho Consultivo, integrados por profissionais das mais diversas áreas e, em especial por ex-alunos da instituição. A Federação de Estabelecimento de Ensino Superior em Novo Hamburgo - Feevale foi instalada em 24 de março de 1970. Surgiu da vontade comunitária com a finalidade de formar, aperfeiçoar e especializar profissionais propiciando a atualização permanente da sociedade. Localiza-se em Novo Hamburgo e está integrada ao Vale dos Sinos, o maior centro calçadista do País”. (FEEVALE. **Histórico da Feevale**. Novo Hamburgo, [2012]. Disponível em <<http://aplicweb.feevale.br/site/internas/default.asp?intIdSecao=273&intIdConteudo=1393>>. Acesso em: 01 abr. 2011).

⁵ A partir de 1979, a Feevale passou a cumprir a resolução nº 3/78, do Conselho Federal de Educação, que fixou currículo mínimo para o curso de Comunicação Social, onde a Escola de Relações Públicas passou a denominar-se Faculdade de Comunicação Social e o curso passou a denominar-se Curso de Comunicação Social – Habilitação em Relações Públicas.

Refletir sobre a constituição de tal curso e sua correlação com a conjuntura histórico-social através da consulta em jornais, arquivos da instituição, bem como das falas dos depoentes, oportuniza a reconstrução de sua memória.

Refletir sobre a constituição de tal curso e sua correlação com a conjuntura histórico-social através da consulta em jornais, arquivos da instituição, bem como das falas dos depoentes, oportunizou a reconstrução de sua memória.

Conforme Abrão (2007, p. 9), “pode-se afirmar que, há algumas décadas, os historiadores passaram a interessar-se mais intensamente por toda a atividade humana. Tudo tem um passado que pode, em princípio, ser reconstruído”.

Ainda segundo Abrão (2007), pesquisar é investigar algo meticulosamente. Segundo Lakatos e Marconi (2002), existem várias definições para o termo investigar, dependendo da área do conhecimento.

Partindo da pesquisa de documentos, de jornais e da memória individual e coletiva de pessoas envolvidas na constituição de tal curso, pretende-se recriar parte da história. Pesquisar historicamente é recriar o passado no presente.

Este estudo desenvolve-se mediante pesquisas teórica e empírica. Demo (2000) afirma que a pesquisa teórica tem como objetivo reconstruir as teorias, conceitos, ideias, ideologias e polêmicas a fim de aperfeiçoar a teoria, enquanto que a pesquisa empírica trata da "face empírica e fatural da realidade; produz e analisa dados, procedendo sempre pela via do controle empírico e fatural" (DEMO, 2000, p. 21).

Para isso, parte-se do estudo das memórias individuais a fim de chegar ao estudo do coletivo. Segundo Halbwachs (2006), os indivíduos participam destes dois tipos de memória; elas se inter-relacionam. Ainda que a memória coletiva contenha as memórias individuais, ela não se confunde com estas. Reconstruir a história do curso, a partir das memórias dos

indivíduos, é uma opção da autora, que sempre se identificou com os processos históricos da atividade no Brasil.

Pelo fato de acreditar que a melhor forma de se conhecer a trajetória de Relações Públicas é através da contextualização dos momentos econômicos, sociais e políticos, este trabalho é interdisciplinar, envolvendo aspectos da história das Relações Públicas. É possível imaginar que Relações Públicas, bem como outras atividades, tem um passado, um presente e terá um futuro, que dependerá da situação em que o país estará inserido em determinado momento, bem como do que já foi construído anteriormente.

Pensando nisso, é possível verificar que Relações Públicas, como atividade profissional regulamentada em 11 de dezembro de 1967 (anexo C e anexo D), ainda é nova no Brasil. Anteriormente, algumas técnicas de Relações Públicas eram aplicadas por diversos profissionais, assim como alguns cursos, ainda não superiores, eram ministrados.

A partir de então, surgiram escolas de Relações Públicas pelo país. No Rio Grande do Sul, as pioneiras a oferecerem curso com habilitação em Relações Públicas foram a PUCRS⁶ e a Feevale. A UFRGS, apesar de ter iniciado o curso de Comunicação Social também em 1970, não será levada em consideração pelo fato de que, nesta época, Relações Públicas era ensinada concomitantemente a Publicidade e Propaganda. Foi apenas da década de 80, com a Reforma Curricular, que Relações Públicas passou a ser uma habilitação do curso. Segundo Constantino (2002, p. 188):

Tornou-se característica dos historiadores contemporâneos uma atitude que se traduz na busca de correlações, no estreitamento de acordos e de trocas com outras áreas do conhecimento. Em outras palavras, um dos aspectos a destacar é a questão da interdisciplinaridade na produção histórica.

⁶ A Faculdade dos Meios de Comunicação Social – Famecos – teve sua origem em 1952, com o curso de Jornalismo. Entretanto, apenas em 1970 o Curso de Comunicação Social foi reestruturado oferecendo habilitação em Relações Públicas. (CLEMENTE, Elvo; FAUSTINO, João. **História da PUCRS: 1951 – 1978**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997. v. 2).

Esta pesquisa nasce da necessidade de compreender a razão, o sentido, a finalidade e as transformações de um curso de Relações Públicas no Rio Grande do Sul. Mais especificamente ainda, de um dos cursos de iniciativa privada mais antigos do Estado, pertencente à Feevale.

Apesar da PUCRS e da FEEVALE apresentarem uma relação, no momento em que ambas ofereceram Relações Públicas como habilitação no mesmo ano, opta-se por reconstruir apenas a memória da Feevale. Um dos fatores que leva a esta escolha se refere ao fato desta instituição ser importante para a região e, o que facilita o trabalho é o fato da Feevale possuir um centro de documentação e memória⁷.

Estudar as memórias significa compreender que a memória de cada indivíduo depende da interação deste com a sociedade como um todo. Cada experiência influenciará a memória dos sujeitos envolvidos. Segundo Halbwachs (2006), a partir das memórias do grupo social que são criadas as lembranças. As lembranças são coletivas e são lembradas por outros. Isso ocorre porque jamais se está só. A memória individual alimenta-se da memória coletiva e histórica. “Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva”. (HALBWACHS, 2006, p. 69).

A memória individual e a coletiva têm como instrumento de troca a oralidade. A memória histórica possui como meio de preservação e comunicação a escrita. O objetivo das memórias individuais e coletivas é se constituírem como memória histórica. Abrão (2007)

⁷“O Centro de Documentação e Memória Feevale "Luci Therezinha Bridi" nasceu da necessidade de preservação da documentação que marca a trajetória da Feevale, ainda como Federação de Ensino Superior de Novo Hamburgo. Em meados de 2005, estimulado pela professora Luci Therezinha Bridi, projetado e executado por pesquisadores e bolsistas do Grupo de Pesquisa em Cultura e Memória da Comunidade, tiveram início os trabalhos de limpeza e organização de documentos que estavam armazenados de maneira inapropriada e seriam destinados ao descarte. Utilizando os métodos da arquivologia, o trabalho que inicialmente consistia no processo de triagem e destinação em fundos documentais provisórios, agora busca seu arranjo definitivo, inspirado no organograma institucional. Uma parte do acervo é composta por documentação institucional e, outra, por materiais diversos provenientes da comunidade local, que vê no Centro de Documentação e Memória Feevale um local de manutenção de seu patrimônio material”. (FEEVALE. Disponível em: <www.feevale.br>. Acesso em: 02 mar. 2012).

comenta que todas as questões relacionadas ao homem oferecem informações sobre este, isto é, ele se torna capaz de produzir conhecimento histórico.

Através das memórias de pessoas relacionadas ao início do curso no Estado, pretende-se reconstruir a memória de tal instituição. A perspectiva de que os arquivos também podem enriquecer este trabalho, bem como as novas leituras e interpretações de documentos, levam a construir esta tese.

Segundo Alberti (2004, p. 27 apud MEYHI; HOLANDA, 2007, p. 83), “A metodologia de história oral é bastante adequada para o estudo da história de memórias, isto é, de representações do passado”.

No seu desenvolvimento, o presente trabalho se orienta por um objetivo de pesquisa. **O objetivo geral desta pesquisa é reconstruir a memória de implantação de um curso superior pioneiro de Relações Públicas no Estado do Rio Grande do Sul, o curso da Federação de Estabelecimentos de Ensino Superior de Novo Hamburgo - Feevale, mediante relatos obtidos em fontes documentais e de depoentes.** A memória coletiva, a partir das memórias individuais dos primeiros docentes, coordenadores do curso e do diretor de ensino é trabalhada pela história oral, contribuindo para os estudos em Relações Públicas.

A proposta justifica-se pela necessidade de reconstruir a história dos cursos superiores pioneiros de Relações Públicas no Rio Grande do Sul, através das memórias dos sujeitos envolvidos no processo. Ao mesmo tempo, este estudo mostra-se relevante por tratar da atividade de Relações Públicas construída mediante sua história, a trajetória de um curso pioneiro.

Minayo (1992, p. 22) argumenta que a metodologia é o caminho e o instrumental próprios de abordagem da realidade. “Neste sentido, a metodologia ocupa lugar central no interior das teorias sociais, pois ela faz parte intrínseca da visão social de mundo veiculada na

teoria”.

O procedimento metodológico que utilizado na tese é de caráter exploratório, com uma abordagem qualitativa, baseada em uma revisão da bibliografia, sendo utilizadas as técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. Sobre o assunto, também é utilizada a metodologia de história oral com roteiro de entrevista, aplicada em docentes e coordenadores que atuaram no início do curso de Relações Públicas da Feevale.

A opção da abordagem exploratória reside no fato de que, conforme Gil (2010, p. 45), esta pesquisa proporciona uma maior familiaridade com o problema proposto de forma a torná-lo mais explícito. “Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições”. Seu planejamento é flexível e possibilita a consideração de vários aspectos relativos ao objeto de estudo. O autor afirma que, na grande maioria dos casos, essas pesquisas envolvem um levantamento bibliográfico e entrevistas com pessoas que tiveram experiência prática no assunto estudado.

A abordagem qualitativa, conforme Aaker et al. (2004), é uma forma de conhecer aspectos que não podem ser observados ou medidos diretamente, como sentimentos, pensamentos, intenções e comportamentos. “Esse método também pode ser utilizado para identificar possíveis problemas metodológicos no estudo e para esclarecer certas questões que não estejam muito claras quanto ao problema de pesquisa” (AAKER, 2004, p. 206).

A pesquisa bibliográfica inclui a bibliografia que já é pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, livros, pesquisas, monografias, teses, etc., até fontes como meios de comunicação orais, como o rádio ou gravações em fita magnética e audiovisuais e televisão, jornais e revistas. Desta forma, o pesquisador pode entrar em contato direto com o material já publicado ou gravado de determinado assunto. A pesquisa bibliográfica não se constitui em uma repetição de algo que já foi escrito sobre o tema em

questão, mas sim em uma forma de permitir um novo enfoque ou abordagem, argumentam Lakatos e Marconi (2002).

Fornece ao pesquisador dados que exigem manipulação e procedimentos diferenciados. Além disso, com a pesquisa bibliográfica, é possível ter acesso a um grande número de obras acerca do objeto estudado, identificar as diferenças e as semelhanças entre os diversos autores consultados e revisar historicamente a base teórica existente.

Também é utilizada a análise de fontes documentais que, conforme Gil (2010), apresenta semelhanças com a pesquisa bibliográfica devido ao fato de que as duas modalidades se utilizam de dados já existentes. “A pesquisa documental vale-se de toda a sorte de documentos, elaborados com finalidades diversas, tais como assentamento, autorização, comunicação etc” (GIL, 2010, p. 30). Nesta pesquisa, são utilizados documentos institucionais mantidos nos arquivos da biblioteca da Faculdade que possui um dos cursos pioneiros de Relações Públicas, a Feevale. Também são utilizados documentos do acervo do Arquivo Público Municipal de Novo Hamburgo, bem como documentos guardados pelos depoentes.

Este trabalho não se propõe a ser historiográfico, apesar de abordar questões históricas.

Como metodologia de coleta de dados, no presente estudo, é utilizada a história oral, pois as entrevistas são o centro da pesquisa. Para isto, o projeto precisa estar claro, e os testemunhos devem ajudar a elucidar o problema de pesquisa, juntamente com o uso de outras fontes escritas. Segundo Meihy e Holanda (1996, p. 13):

Como pressuposto, a história oral implica a percepção do passado com algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado. A presença do passado no presente imediato das pessoas é razão de ser da história oral. Nessa medida, a história oral não só oferece uma mudança para o conceito de história, mas,

mais que isso, garante sentido social à vida dos depoentes e leitores que passam a entender a sequência histórica e sentir-se parte do contexto em que vivem.

Há três modalidades de história oral: a história oral de vida, a tradição oral e a história oral temática. No presente trabalho vale-se da história oral temática, que se relaciona com um período ou com um tema dentro da vida do depoente, sendo utilizado um roteiro, que é basilar, a fim de possibilitar critérios para a abordagem do tema. Conforme Meihy e Holanda (2007, p. 33):

Um dos pontos basilares da distinção entre história oral e entrevistas convencionais reside exatamente na especificação dos critérios de captação das narrativas segundo os termos estabelecidos nos projetos. É aí que entra a primeira variação entre entrevistas convencionais e de história oral.

A história oral temática procura, através de narrativa de fatos do colaborador entrevistado, a legitimidade de quem presenciou determinado fato ou acontecimento, buscando a verdade, que, sendo um elemento externo, pode ser contestada pelo entrevistador. Os detalhes da vida pessoal do entrevistado somente são levados em consideração caso auxiliem a desvendar aspectos relevantes à temática central. Neste caso, o curso de Relações Públicas da Feevale.

Cinco são os momentos principais de realização desta coleta de dados: a elaboração do projeto; a gravação; o estabelecimento do documento escrito e sua seriação; a eventual análise; o arquivamento e a devolução social. Isto quer dizer que a história oral é um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto, fundamental para responder algumas situações que orientaram a realização desta pesquisa: de quem, como e por quê. É necessário estabelecer um grupo de pessoas a ser entrevistado. Neste caso, os entrevistados são os primeiros docentes e primeiros coordenadores do curso de Relações Públicas da

Feevale e o primeiro diretor de ensino da instituição.

Depois de definidos os entrevistados, é necessário pensar o planejamento da condução das gravações. Neste momento, é explicado aos entrevistados a respeito do projeto e da escolha das fontes. Os papéis de autorização também são acertados previamente. Como próximo passo, é definido o local da entrevista. O entrevistado tem a preferência para fazer essa escolha. O local precisa permitir privacidade a fim de conseguir uma boa qualidade na gravação.

As entrevistas devem ser realizadas de acordo com a conveniência do entrevistado. Após marcar data e local, é realizada a pré-entrevista, para somente após esta etapa ser realizada a entrevista propriamente dita.

Também é necessário prever o tempo de duração dos encontros. Deve-se esclarecer aos entrevistados que o processo de transcrição das entrevistas é demorado, que existem etapas até chegar a uma solução final e que o entrevistado será consultado antes da divulgação dos resultados para a devida autorização através de uma carta de cessão. Aos entrevistados é indispensável elucidar que a entrevista comporá um acervo e, por este motivo, poderá ser aproveitada em outro momento para um próximo projeto.

Uma das premissas da história oral é o compromisso com a restituição dos resultados aos entrevistados, “[...] pois os projetos que se valem de entrevistas cumprem sempre um papel social”. (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 17). A história oral é um processo em movimento que deve ter vivo os porquês das entrevistas e de seu uso.

Antes das gravações, os aparelhos utilizados são testados, bem como a gravação da matrícula da entrevista, realizada no seu início, deve conter o local, a data, o nome do projeto e o do entrevistado e, caso ocorra, a presença de outras pessoas com seus respectivos nomes. (LOZANO apud FERREIRA; AMADO, 1996, p. 25) afirma:

Eu partiria da idéia de que a “história oral” é mais do que uma decisão técnica ou de procedimento; que não é a depuração técnica da entrevista gravada; nem pretende exclusivamente formar arquivos orais; tampouco é apenas um roteiro para o processo detalhado e preciso de transcrição da oralidade; nem abandona a análise à iniciativa dos historiadores do futuro.

Para os autores, é através da experiência da oralidade que fenômenos histórico-sociais podem ser interpretados qualitativamente, pois permite à história a criação de fontes inéditas ou novas. Defendem, ainda, que através da oralidade é possível produzir conhecimentos e não apenas relatar a experiência de outras pessoas.

São utilizados como instrumentos de coleta dos dados a gravação e as anotações. Estas permitem fazer o registro de questões centrais, dúvidas, aspectos de relevância, detalhes e ideias que não tenham sido comentadas, mas que não devem ser esquecidas. A gravação possibilita o registro literal e integral, com riqueza de detalhes, com a vantagem de evitar perda de informações, facilitando a condução da entrevista. As anotações são realizadas em caderno de campo, que funciona como um diário onde são apontadas, inclusive, as reflexões acerca da pesquisa. Após todas as etapas acima, é realizada a transcrição, uma das fases importantes do processo.

Depois de realizada a transcrição, os entrevistados aprovam ou não o material elaborado, podendo fazer alterações, caso considerem necessário. Só então as entrevistas são acrescentadas à presente tese.

O trabalho está dividido em seis capítulos. O **capítulo 2 – Noções de Memória** está subdividido em três partes: 2.1) “Os aspectos teóricos da memória”; 2.2) “A memória individual e a memória coletiva”; 2.3) “A memória institucional”. O objetivo destes itens é elucidar o que os autores escrevem a respeito dos tipos de memórias existentes. É abordada a parte fisiológica da memória, bem como foi descrita a questão da interação dos grupos. Falar de memória institucional se torna-se objeto de relevância devido ao fato desta tese propor recriar a história do curso de Relações Públicas de uma instituição, a Feevale, a partir das

memórias dos sujeitos envolvidos.

No presente estudo, a memória é apresentada conforme as pesquisas de Bosi (1987), Le Goff (1996), Izquierdo (2002), Halbwachs (2006) e Bergson (2010). A memória institucional é baseada no autor Nassar (2004, 2007).

No **capítulo 3 – Contexto Histórico-Social de Relações Públicas no Brasil**, com o item 3.1) “O ensino de Relações Públicas”, é repassado um panorama geral sobre o início do ensino de comunicação social e de relações públicas no Brasil. No item 3.2) “O desenvolvimento de Relações Públicas”, é recontada a história da atividade, da profissão, do profissional, bem como dos cursos e dos cursos superiores para tentar compreender como cada momento histórico, social, político e econômico do país influenciou estas relações. O item 3.3) “Os aspectos teóricos de Relações Públicas” descreve as definições e as funções de Relações Públicas. Este capítulo oferece a fundamentação do porquê da existência da atividade, essencial para explicar o motivo das escolhas da pesquisa.

Na sequência, a revisão bibliográfica concentra-se na área de Relações Públicas e dos cursos de Relações Públicas com autores como Ferrari (2009), Kunsch (1997), Melo (1987, 1991), Moura (2002), Oliveira (1971) e Simões (1995, 2001).

O **capítulo 4 – Contexto Histórico-Social de Novo Hamburgo** aborda especificamente nosso objeto de estudo, o curso da Feevale. Então, neste capítulo, são descritos, com detalhes, os acontecimentos relacionados à criação deste, a partir do momento de discussão a respeito da implantação dos cursos no estado.

O capítulo é dividido em três tópicos: “A economia de Novo Hamburgo”, “A educação em Novo Hamburgo” e “A Feevale”. Todos os tópicos estão diretamente ligados ao curso de Relações Públicas da Feevale. Para tanto, realiza-se uma busca bibliográfica e, neste momento, os jornais propiciaram um contato com parte da história da instituição que ainda

não foi narrada em livros. Os jornais investigados são de 1969, ano em que começa a ser definida a constituição da instituição até o ano de 1979, quando houve a primeira alteração de currículo, o recorte histórico da presente tese.

Conjecturar sobre a economia e a educação de Novo Hamburgo dão suporte à razão pela qual a Feevale foi fundada. O fato da Feevale nascer no “boom” dos calçados e em ditadura militar, seguido pelo “milagre brasileiro”, fornecem resquícios para prognosticar que uma instituição de ensino superior se fazia necessária na região naquele momento.

A revisão bibliográfica baseia-se em Bado e Oliveira (1970), Martins et al. (2005), Schemes e Silva (2003, 2007), Schemes (2006), Prodanov, Schemes e Silva (2008, 2010). Como fontes são utilizados o Jornal NH (1969 – 1979), Correio Brasiliense (1969 – 1979), Correio do Povo (1969 – 1979) e Folha da Tarde (1969 – 1979).

O capítulo 5 – Memória sobre o Curso de Relações Públicas da Feevale é dividido em três subcapítulos, que apresentam e interpretam os resultados; “Os percursos metodológicos”, onde é apresentada uma matriz para a análise; “A memória sobre o curso através dos depoentes”, que recria a memória sobre o curso utilizando os depoimentos. “A trajetória de interpretação das memórias”, apresenta um quadro com uma síntese das compreensões encontradas no *corpus* teórico e no *corpus* dos depoimentos, levando em consideração que, existem dois *corpus* a serem descritos e interpretados. Este capítulo estabelece as relações entre contextualização teórica e as narrativas obtidas através da metodologia de história oral. Para finalizar sugere um Diagrama para estudo da memória institucional.

Nas **Considerações Finais**, pretende-se fazer uma reflexão acerca do objeto estudado e almeja-se contribuir para o estudo da memória institucional de qualquer tipo de organização. A sistematização das informações a respeito da memória sobre o curso de RP da Feevale

constitui-se em um trabalho que requer a apropriação de estratégias metodológicas para garantir a reconstrução de uma parte da história da área.

Nos anexos encontram-se a Lei nº 5.377/67, do Conselho Federal de Relações Públicas, que disciplina a profissão e dá outras providências e o Decreto nº 63.283, de 26/09/1968 que aprova o regulamento da profissão. Nos demais anexos encontram-se as reportagens dos jornais Correio do Povo, Correio Brasiliense, Folha da Tarde e Jornal NH relacionadas à Feevale. Também há algumas fotografias da instituição e convites de formatura das primeiras turmas. Os anexos são colocados na ordem em que aparecem no texto, portanto, não estão em ordem cronológica de datas.

2 NOÇÕES DE MEMÓRIA

O estudo e a compreensão da formação da memória dos indivíduos tornam-se necessários no momento em que se pretende utilizar tais memórias para reconstruir a história de um dos cursos pioneiros de Relações Públicas no Rio Grande do Sul, o curso da Feevale. Devido a isso, este tópico versa sobre a memória e de que forma os conceitos são utilizados para a presente tese. Inicialmente, aborda-se os aspectos teóricos da memória referentes à memória individual, à memória coletiva e à memória institucional.

2.1 OS ASPECTOS TEÓRICOS DA MEMÓRIA

Estudando os aspectos teóricos é possível verificar como estava a memória dos depoentes no momento das entrevistas. Invocando as memórias destes, ratificam-se as afirmações de Izquierdo (2002). Uma destas afirmações está relacionada com memória e emoções.

Alguns depoentes relatam o fato de estarem em um período difícil de vida no momento em que iniciaram a ministrar aulas na Feevale. Associam isso ao fato de terem boa memória do período. Outros declaram estar em um período ótimo de vida e apontam isso como o fator de sua boa memória.

Outra afirmação está relacionada com a associação ao estímulo. Alguns depoentes, quando convidados a participar do trabalho, comentam que a lembrança foi sendo retomada no momento em que buscaram documentos, fotos e anotações referentes ao período.

Também é possível detectar a perda de memória em alguns mais do que em outros, muitas vezes com a mesma idade. Retomando a afirmação de Izquierdo (2002), o indivíduo

começa a perder neurônios no momento em que começa a caminhar, e a perda pode se agravar devido a doenças degenerativas, apesar de nenhum depoente ter relatado isto. Outra afirmação do autor é de que quanto mais a memória é usada, menos ela se perde. Constata-se que aqueles depoentes ainda ativos possuem uma memória melhor dos fatos do que aqueles que abandonaram suas atividades. Mesmo que os depoimentos sejam diferentes, pois possuem aspectos individuais e pessoais de cada indivíduo, bem como a percepção de cada depoente, os fatos são os mesmos.

Memória é a aquisição, a formação, a conservação e a evocação de informações. A aquisição é também chamada de aprendizagem: só se “grava” aquilo que foi *aprendido*. A evocação é também chamada de recordação, lembrança, recuperação. Só lembramos aquilo que gravamos, aquilo que foi aprendido. (IZQUIERDO, 2002, p. 9).

O que está na memória, ou o que foi aprendido, o conjunto de dados passados impulsiona os indivíduos para o futuro. A personalidade ou a forma de ser de cada pessoa está ligada ao conjunto de memórias que cada indivíduo carrega consigo. Como as memórias não são idênticas umas às outras, pois as experiências também não são as mesmas, cada personalidade é moldada diferentemente de outra. Izquierdo (2002, p. 10) comenta: “Eu sou quem sou, cada um é o que é, porque todos lembramo-nos de coisas que nos são próprias e exclusivas e que não pertencem a mais ninguém. As nossas memórias fazem com que cada ser humano ou animal seja um ser único, um indivíduo”.

A memória é levada para a convivência em grupo, pois sendo seres sociais, os indivíduos não vivem em isolamento. Através da comunicação é feito este elo dentro dos grupos e entre eles. Para o autor, o altruísmo, a defesa de ideais comuns e as emoções coletivas fazem parte da memória dos indivíduos e servem para a comunicação nos grupos, que são formados por identificação, como laços culturais ou afinidades. É através da

linguagem que os seres humanos adquirem, guardam e evocam suas memórias. A identidade de cada povo provém de suas memórias comuns, chamada História.

As sinapses são realizadas pelos neurônios através de seus axônios, que enviam as informações pelos dendritos através dos neurotransmissores, nos quais existe o armazenamento, a evocação e a modulação da memória animal.

As memórias, como defende o autor, devem ser chamadas no plural porque acredita que existem tantas memórias quantas forem as experiências possíveis. Essas memórias são estruturadas com base nas emoções, no nível de consciência e pelos estados de ânimo, comprovando que quando o indivíduo está em estado de alerta e de bom ânimo, é fácil aprender ou lembrar algo, assim como o contrário é verdadeiro.

A palavra memória, então, está ligada à capacidade geral do cérebro e dos outros sistemas para adquirir, arquivar e lembrar informações. Por outro lado, a palavra memórias está ligada aos tipos, que são basicamente dois, a memória segundo a função, que é a memória de trabalho, e a memória segundo o conteúdo, que é memória declarativa e procedural.

A memória de trabalho é aquela que não armazena as informações recebidas; ela processa a informação recebida e, em poucos instantes, se perde. Também conhecida como memória imediata, tem como papel fundamental identificar se o tipo de informação adquirida é útil para o organismo ou não. Para alguns estudiosos, este não seria um tipo de memória, e sim um sistema gerenciador central, pois armazena a informação somente tempo suficiente para esta entrar ou não na memória. Inclusive, em termos de reações químicas, estas são as menos complexas, pois depende somente da atividade elétrica dos neurônios na região do córtex pré-frontal.

Ainda segundo Izquierdo (2002), as memórias declarativas são aquelas que registram fatos, eventos ou conhecimento. Nome relacionado ao fato dos indivíduos poderem declarar

que existem e que podem relatar como as adquiriu. Nesta classificação, está a memória episódica, relacionada a eventos aos quais o indivíduo assistiu ou dos quais fez parte, a autobiográfica; e a memória semântica, relacionada a conhecimentos gerais.

A memória procedural ou de procedimentos é aquela relacionada às capacidades ou habilidades motoras ou sensoriais, chamadas de hábitos. Basicamente, ela pode ser implícita, pois pode acontecer de forma automática, de modo que o indivíduo não perceba claramente que está aprendendo algo, como, por exemplo, a língua materna. Também pode ser explícita, quando o aprendizado se processa conscientemente. As memórias implícitas pouco se alteram pela emoção ou estado de ânimo do indivíduo, ao contrário do que ocorre com a explícita.

No caso de amnésias, a perda de memória se dá principalmente com as memórias declarativas episódicas e explícitas. São preservadas as memórias procedurais e parte das memórias semânticas adquiridas de maneira implícita, com exceção da doença de Alzheimer em fase terminal e a doença de Parkinson em estágios avançados. A memória de trabalho torna-se essencial para o adequado funcionamento das memórias episódicas, bem como das semânticas.

Conforme o tempo de duração, podem ser classificadas como memórias implícitas e explícitas. As memórias implícitas geralmente duram toda a vida; as memórias explícitas podem durar de poucos minutos a muitas décadas. Já a memória de trabalho não está classificada quanto ao tempo de duração.

A memória declarativa de longa duração ou memória remota leva tempo para ser consolidada⁸. Sendo assim, nas primeiras horas após sua aquisição, estão suscetíveis a

⁸ Foi justamente o fato de que a fixação definitiva de uma memória é sensível a numerosos agentes externos ou internos que definiu o conceito de **consolidação**. As memórias de longa duração não ficam estabelecidas em sua forma estável ou permanente imediatamente depois de sua aquisição. O processo que leva à sua fixação definitiva da maneira em que mais tarde poderão ser evocadas nos dias ou anos seguintes denomina-se consolidação. (IZQUIERDO, 2002, p. 27).

interferências de outras memórias, de drogas ou mesmo traumatismos cranianos ou eletrochoques convulsivos. Além disso, após a primeira hora de sua aquisição, o fato de ocorrer a exposição a um ambiente novo pode afetar ou mesmo cancelar esta memória.

No outro lado encontra-se a memória de curta duração que, ao contrário da anterior, é resistente a muitos dos agentes citados acima. Esta dura poucas horas, que seria o tempo necessário para que as memórias de longa duração se consolidem.

Izquierdo (2002, p. 27) defende que “muitas memórias são adquiridas por meio de associação de um estímulo com outro estímulo ou com uma resposta” e quem primeiramente estabeleceu isto, no início do século XX, foi Ivan Pavlov⁹. Na associação entre um estímulo e uma resposta, ocorre o reflexo. O autor Izquierdo (2002, p. 31) ainda comenta:

Embora tenham valor descritivo e aplicação clínica, as classificações das memórias não devem ser tomadas ao pé da letra: a maioria delas constitui-se de misturas de memórias de vários tipos e/ou misturas de memórias antigas com outras que estão sendo adquiridas ou evocadas no momento.

Portanto, sabe-se que o cérebro possui milhões de memórias e fragmentos de memórias que durante toda a vida são esquecidas, e algumas vezes, extintos por perda de neurônios¹⁰ ou, muitas vezes, por falta de reforço¹¹. Também se sabe que os estados de ânimo,

⁹ Ele observou que a resposta mais comum dos animais a qualquer estímulo ou conjunto de estímulos novos, não dolorosos, é uma **reação de orientação**, que denominou “reação do ‘Que é isto?’”. A reação compreende um certo grau de alerta e o direcionamento da cabeça, dos olhos ou (se for um cachorro, por exemplo) do nariz e das orelhas em direção à fonte do estímulo. Se o estímulo for um ambiente novo, o animal reage com respostas exploratórias e de orientação geral. A repetição do estímulo leva à supressão gradual da reação de orientação; isto é chamado habituação. É a forma mais simples de aprendizado e deixa memória; esta se revela justamente pela diminuição gradual da resposta com a repetição do estímulo. (IZQUIERDO, 2002, p. 27).

¹⁰ Os seres humanos começam a perder neurônios na época em que aprendem a caminhar, entre os 9 e 14 meses de idade. A perda é maior no segundo ano de vida e depois se desacelera. A desaparecimento dos neurônios pode se acelerar por doenças degenerativas (alcoologismo, Alzheimer, Parkinson) e causar problemas circunscritos às áreas mais afetadas dessas doenças. Na maioria das pessoas, a morte gradativa faz com que, a partir de determinada idade (80, 100 anos), as células necessárias para cada função cerebral atinjam um limiar mínimo por baixo do qual essas funções ficam impossibilitadas. Isto acontece também com a memória. A perda de neurônios e a disfunção cerebral que delas resulta ocorrem em velocidade variável em cada indivíduo [...]. (IZQUIERDO, 2002, p. 32).

as emoções, o nível de alerta, a ansiedade e o estresse afetam a memória. Consequentemente, cada indivíduo é único em suas memórias: ainda que lidando com os mesmos estímulos, o aprendizado não será o mesmo, pois cada indivíduo terá sua própria personalidade, que o distinguirá dos demais.

Partindo desse pressuposto, verifica-se a necessidade de estudar teoricamente a memória individual e a memória coletiva, levando em consideração que as lembranças são um fator relevante para esta tese. É necessário se utilizar das memórias individuais para se chegar à construção do coletivo.

2.2 A MEMÓRIA INDIVIDUAL E A MEMÓRIA COLETIVA

A memória individual existe a partir da memória coletiva, uma vez que todas as lembranças são constituídas no grupo. Partindo desta afirmação, pretende-se utilizar cada memória individual para a recuperação das lembranças que possam levar à reconstrução da memória sobre o curso de Relações Públicas da Feevale.

Toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas apenas a fonte oral permite-nos desafiar essa subjetividade: descolar as camadas de memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta. (THOMPSON, 1992, p. 197).

Bergson (2010) afirma que a memória parte da lembrança (que é do domínio do espiritual) e se prolonga através de um processo cerebral, com o qual se materializa. A relação

¹¹ O uso contínuo da memória desacelera ou reduz o déficit funcional da memória que ocorre com a idade. As funções cerebrais são o exemplo característico de que “a função faz o órgão”. No referente à memória, *quanto mais se usa, menos se perde*. Perde antes a memória um indivíduo que dedica a maior parte do seu tempo a dormir ou a não fazer nada, do que outro que se preocupa sempre em aprender, em manter a mente ativa [...]. (IZQUIERDO, 2002, p. 32).

entre a realidade do espírito e a realidade da matéria (corpo) é a memória. É preciso observar as funções do corpo e suas potencialidades em relação às imagens exteriores. O corpo é um componente na relação imagens/subjetividade. Através das imagens particulares é possível produzir algo novo. Imagem é também memória porque através dela retiram-se os acontecimentos que constituem os seres sociais e reiteram-se a relação com outros objetos.

Ainda segundo Bergson (2010), pode-se representar duas memórias teoricamente independentes. A primeira registraria, sob forma de imagens-lembranças, todos os acontecimentos da vida cotidiana à medida que se desenrolam. Ela não negligenciaria um detalhe; atribuiria a cada fato, a cada gesto, seu lugar, sua data. Armazenaria o passado pelo mero efeito de uma necessidade natural. Por ela, se tornaria possível o reconhecimento intelectual de uma percepção já experimentada. Nela as pessoas se refugiam todas as vezes que buscassem uma certa imagem, a encosta da vida passada.

Mas toda percepção prolonga-se em ação nascente. À medida que as imagens, uma vez percebidas, se fixam e se alinham nessa memória, os movimentos que as continuam modificam o organismo, criam no corpo disposições novas para agir. Assim se forma uma experiência de uma ordem bem diferente e que se deposita no corpo, uma série de mecanismos inteiramente montados, com reações às diversas interpelações possíveis. Toma-se consciência desses mecanismos no momento em que entram em jogo, e essa consciência de todo um passado de esforços armazenados no presente é ainda uma memória, mas uma memória diferente da primeira, sempre voltada para a ação, assentada no presente e considerando apenas o futuro. Esta só reteve do passado os movimentos inteligentemente coordenados que representam seu esforço acumulado. Ela reencontra esses esforços do passado não em imagens-lembranças que os recordam, mas na ordem rigorosa e no caráter sistemático com que os movimentos atuais se efetuam.

A bem da verdade, a memória já não representa o passado, ela o encena. Se ela merece ainda o nome de memória, já não é porque conserva imagens antigas, mas porque prolonga seu efeito útil até o momento presente. Das duas memórias, das quais uma imagina e a outra repete, a segunda pode substituir a primeira.

Halbwachs (2006) acredita que se constrói a memória a partir das lembranças, que podem ser só as próprias, como também podem ser as dos outros. Para isso ocorrer, é necessário que a lembrança dos outros não seja apenas um testemunho, mas tenha uma base comum com a lembrança de todos. Desta forma, a lembrança do outro de determinado evento ou situação passa a fazer parte, novamente, da memória de todos os envolvidos. Para o autor, seja nos processos de produção de tal memória ou de rememoração da mesma, o outro exerce papel primordial, posto que a memória individual está limitada no espaço e no tempo.

As influências que ocorrem dentro do grupo permitem que as lembranças sejam reconhecidas e que se continue em contato com elas. Por força das circunstâncias, em alguns casos, a duração de uma memória está limitada à duração do grupo. Não basta, porém, a presença física. A concentração e a vivência são importantes durante a ocorrência dos fatos.

Halbwachs (2006, p. 42) comenta: “Assim, na base de qualquer lembrança haveria o chamamento a um estado de consciência puramente individual que chamamos de *intuição sensível* – para distingui-lo das percepções em que entram alguns elementos do pensamento social”. A intuição sensível está ligada a relações sociais (fora das pessoas) e nelas mesmas, e não a ambientes. A intuição sensível está sempre no presente. Não se pode esperar que ela seja capaz de se recriar espontaneamente.

Refletindo a respeito da constituição intelectual da memória, sobre a memória individual e coletiva, transcorrendo sobre o fato de que o individual e o coletivo percorrem caminhos adjacentes, torna-se necessário conjecturar sobre a memória institucional. No

presente trabalho, foi reconstruída a memória institucional de uma organização de ensino superior, a Feevale. Tendo em consideração que parte dessa memória já está sistematizada no Centro de Documentação e Memória Luci Therezinha Bridi e em bibliografia elaborada por pesquisadores da instituição, a reconstrução que se pretende está relacionada com um aspecto específico: o fato de ser um dos cursos pioneiros de Relações Públicas do Estado.

2.3 A MEMÓRIA INSTITUCIONAL

A memória institucional¹² é necessária para demonstrar que a organização tem tradição e uma história a ser contada, e que essa história está diretamente relacionada à imagem da organização e à sua identidade. Preservar os acervos, nos dias de hoje, cada vez mais, torna-se necessário para a instituição resguardar seu lugar no mundo competitivo.

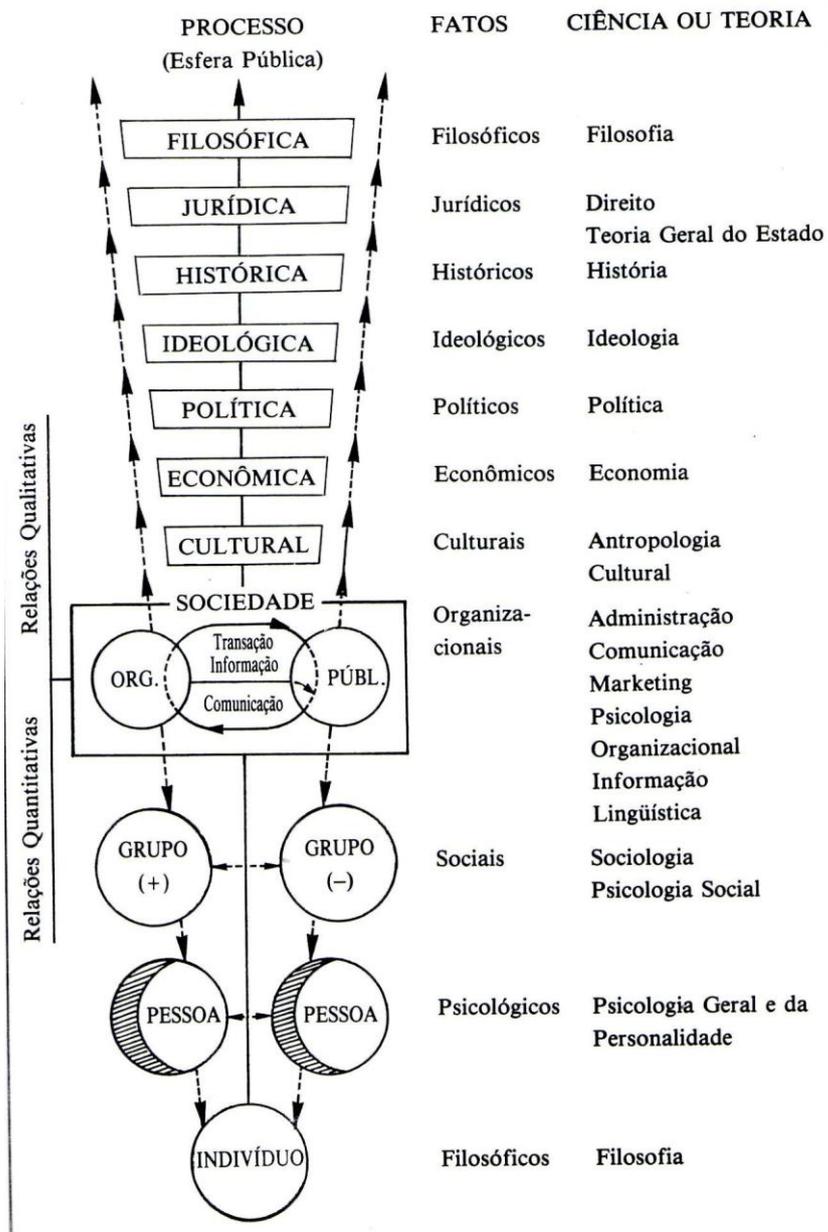
Uma dada história é uma narrativa individual, social ou organizacional estruturada a partir de memórias individuais, sociais ou organizacionais. Assim ela é uma narrativa possível entre muitas outras narrativas. O importante é entendermos que essa construção é alicerçada naquilo que foi (ou é) relevante para cada indivíduo, o grupo ou a organização. O que daí se coleta constitui a memória. (NASSAR, 2007, p. 111).

Partindo disso, o mesmo autor ainda defende que o alicerce da memória está focado na cultura, nos comportamentos, nos símbolos, na identidade e na comunicação das organizações, pois estes são os elementos que formam a personalidade e a imagem de cada instituição. Sendo assim, é formada por significados socioculturais. Com isso, Nassar (2007) acredita que a memória empresarial faz parte das estratégias de Relações Públicas dentro do campo da Comunicação Organizacional. Simões (1995), defendendo sobre a razão pela qual

¹² No presente trabalho a memória institucional e a memória empresarial serão abordadas como sinônimos.

existem as Relações Públicas, demonstra que o processo também está ligado a fatos históricos, como demonstra o quadro a seguir, elaborado para representar o processo da atividade profissional:

Quadro 1: O Processo das Relações Públicas



Fonte: Simões (1995, p. 53)

Para Simões (1995), no quadro de relações qualitativas, o processo histórico está diretamente ligado à relação organização-públicos, que é a base de todo o processo da atividade de Relações Públicas. O fato histórico está relacionado à sucessão de causas e efeitos, mostrando que a organização é o resultado de tudo o que fez ou deixou de fazer referente a seus interesses e ao seu público. “Todas as suas ações presentes e futuras dependem de resultados de suas ações passadas. O passado influi no presente através de incontáveis interações” (SIMÕES, 1995, p. 68). A organização precisa saber dosar sua história, suas tradições, com o novo, constituindo uma interdependência dos fenômenos.

Conforme Gagete e Totini (2004), os primeiros arquivos empresariais históricos surgiram na Europa nos primeiros anos do século XX, com o pioneirismo das empresas Krupp e Siemens. A conceituação do que vem a ser a memória empresarial ganhou novos sentidos no momento em que se deu a criação, nos Estados Unidos, da *Business Historical Society*, surgida a partir das escolas de negócios.

Em Harvard, foi criada a disciplina de História Empresarial, em 1927. A partir do estudo dos arquivos das instituições, buscava-se apreender a evolução destas, bem como das técnicas administrativas utilizadas por seus dirigentes.

Partindo dos americanos, os ingleses criaram, em 1934, o *Business Archives Council*. Os precursores foram seguidos pela França e Itália e, mais adiante, por outros países europeus. Conforme Gagete e Totini (2004, p. 114):

O viés de análise mudava de foco, ultrapassando o estudo das empresas no panorama econômico geral para enfatizar os processos internos de mudança organizacional em relação à competição tecnológica e mercadológica. Temas multidisciplinares, comparativos e transversais à trajetória institucional da empresa – como o desenvolvimento de produtos, parcerias, processos de mudança da estrutura corporativa, entre outros – passaram a compor o universo da memória empresarial.

Alguns estudos foram realizados partindo desse novo posicionamento, como o livro *Strategy and Structure*¹³ de Alfred Chandler, lançado em 1962. “A obra inaugurou a tendência que se tornaria corrente na administração das empresas norte-americanas nos anos 60 e 70, segundo a qual ‘a estratégia precede a estrutura’”. (GAGETE; TOTINI, 2004, p. 114).

No mesmo período, na Europa, criou-se a expressão Nova História, que estava relacionada aos novos debates acadêmicos em torno da introdução de novos objetos na investigação histórica, através de redefinições teóricas e metodológicas. Ainda conforme Gagete e Totini (2004, p. 114):

Com relação à memória empresarial, buscava-se superar a análise econômica ortodoxa acerca das empresas, até então vistas, de um modo geral, ou como meras unidades de coordenação da produção na economia capitalista ou como centro de conflitos sociais entre empresários e operários, de acordo com as correntes marxistas. A Nova História, assim trouxe à memória empresarial a dimensão do simbólico.

No Brasil, os primeiros trabalhos relacionados à memória empresarial são da década de 60, com O Conde Matarazzo – O empresário e a empresa, de José de Souza Martins. A partir disso, a reconstrução da memória das organizações passou a ter um papel importante na evolução de seus processos.

Nos anos 80, algumas organizações perceberam a relevância de trabalhar o seu acervo histórico. A Rhodia, através do departamento de comunicação, passou a visualizar o processo histórico como parte de sua imagem perante a sociedade. A Multibrás¹⁴, empresa sob o

¹³ O livro *Strategy and Structure* se baseia em estudo sobre as estratégias de inovação organizacional de quatro empresas americanas, a *Standard Oil of New Jersey*, a *Du Pont*, a *General Motors* e a *Sears*. “A obra inaugurou a tendência que se tornaria corrente na administração das empresas norte-americanas nos anos 60 e 70, segundo a qual ‘a estratégia precede a estrutura’”. (GAGETE; TOTINI apud NASSAR, 2004, p. 114).

¹⁴ A Multibrás S.A. Eletrodomésticos foi formada em 1994, a partir da fusão da Brastemp S.A. com a Consul S.A., com o objetivo de fortalecer sua posição no mercado nacional. A partir daí, Brastemp e Consul passam a ser exclusivamente marcas de produtos comercializados pela Multibrás. Em 1997, a Multibrás adquire a Whirlpool Argentina, que hoje atua em refrigeração, lavanderia e cocção, com as marcas Whirlpool, Eslabón de

controle norte-americano da Whirlpool, detentora das marcas Brastemp e Consul, possui o museu do eletrodoméstico, que partiu de um projeto de memória. A *Asea Brown Boveri* (ABB)¹⁵ possui um acervo que conta sua história ligada à história da eletricidade brasileira desde o início do século.

A própria Universidade Feevale verificou a relevância de organizar seu acervo de forma a preservar sua história. De acordo com Becker e Martins (2005, p. 1):

O século XX trouxe mudanças neste sentido, entendendo acervos e arquivos enquanto instrumentos de educação. Passamos a assistir a uma expansão destes espaços, através de uma nova tendência que busca tratar livros e documentos como meios de comunicação. É através desta perspectiva que teve início, em fevereiro de 2003, o Projeto Memória e História do Centro Universitário Feevale / ASPEUR. A partir da necessidade de preservação de material coletado por meio de clibagem jornalística, representando a repercussão do Centro Universitário Feevale na imprensa local, busca-se transcender a noção dos arquivos como meros depósitos: a biblioteca e os arquivos não serão “museus” de livros e documentos, onde seriam apenas guardados para a eternidade; devem ser mais ágeis e comunicativos; ter uma relevância social. Isso pode ser conseguido através de uma política de acervo com fácil acesso e um tratamento comunicacional do problema.

Lujo e Consul. Neste mesmo ano, a parceria entre a Brasmotor e a Whirlpool Corporation avança mais um passo, quando a companhia norte-americana passa a ser a acionista majoritária da Brasmotor S.A. Um ano depois, a Multibrás assume as operações da Philips no Chile, constituindo a Whirlpool Chile. Em janeiro de 2000, em leilão público na Bolsa de Valores de São Paulo, a Whirlpool Corporation adquire mais ações da Multibrás e da Brasmotor, passando a deter quase 95% do capital das duas empresas. A Whirlpool S.A., a partir de sua Unidade de Eletrodomésticos, é a única empresa do Brasil que fabrica, com as marcas Brastemp e Consul, todos os produtos de linha branca – refrigeradores, freezers horizontais e verticais, fogões, lavadoras de roupa, secadoras, lava-louças, microondas, fornos elétricos, condicionadores e depuradores de ar, coifas e climatizador. Além de eletrodomésticos, a marca KitchenAid oferece também uma linha de eletroportáteis - batedeiras, liquidificadores, cafeteiras e moedores de café. A parceria entre Brasmotor e Whirlpool Corporation começou muito antes. Firmada no final da década de 1950, seu objetivo era, para a Brasmotor, trazer novas tecnologias ao Brasil e, para a Whirlpool Corporation, expandir seus negócios fora do território norte-americano. O Centro Administrativo da Whirlpool S.A. está localizado na cidade de São Paulo, principal polo de negócios do País e da América Latina. A Unidade reúne todas as atividades administrativas da Empresa. É certificada pelo Sistema de Gestão Integrada (SGI), que a credencia com a ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001, que tratam da Qualidade, do Meio Ambiente e da Saúde e Segurança. (PORTAL DO ELETRODOMÉSTICO. [S. l.], [2012]. Disponível em: <<http://www.portaldoeletrodomestico.com.br/whirlpool.htm>>. Acesso em: 05 jul. 2012).

¹⁵ Asea Brown Boveri é uma empresa multinacional com sede em Zurique, Suíça, líder em tecnologias de energia e automação, possibilita às empresas de electricidade, água e gás, e à indústria, melhorar o seu desempenho, reduzindo o impacto ambiental. O Grupo ABB opera em mais de 100 países e emprega aproximadamente 130.000 pessoas. A ABB atual resulta da fusão em 1988 de duas grandes empresas: a Asea sueca e a Brown Boveri suíça. No Brasil há fábricas, oficinas e escritórios em Osasco, Guarulhos, Blumenau, Camaçari, Rio de Janeiro, Betim, Curitiba, Florianópolis, Recife, Ribeirão Preto, Rio de Janeiro, Macaé, Manaus, Santos, Belém, Vitória Indaiatuba. A linha de produtos e sistemas vai de contadores e disjuntores e sistemas digitais de controle e automação, passando por drives CA e CC, CCM e painéis de distribuição com certificação TTZ (Tipo Totalmente Testado). (ASEA Brown Boveri. In: WIKIPEDIA. 2012. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Asea_Brown_Boveri>. Acesso em: 05 jul. 2012).

As memórias, no Brasil, são armazenadas em Centros de Documentação e Memória. Dessa forma, segue abaixo um quadro ilustrativo dos tipos de acervo, seu conteúdo e sua característica, para a constituição da memória de uma organização.

Quadro 2: Denominação e Acervo

TIPO DE ACERVO	CONTEÚDO/ CARACTERÍSTICA
Audiovisual/ videoteca	Fitas de áudio e/ou vídeo produzidas ou acumuladas pela empresa e referentes à sua área de atuação ou setores correlacionados.
Bibliográfico	Publicações e estudos de diferentes procedências e relacionados às linhas de acervo definidas.
Cultura Material	Publicações e estudos de diferentes procedências e relacionados às linhas de acervo definidas.
Museológico	Objetos e documentos que se destacam pelo caráter único e inovador que representam, não apenas no universo da própria empresa como do setor em que atua no país – por exemplo, o primeiro computador, o primeiro cartão magnético, etc.
Fotográfico	Iconografia relacionada à empresa, de origem interna ou externa, em diferentes suportes (papel, eletrônico ou filme).
Referência	Acervos documentais e virtuais que servem como referência informativa relacionada às linhas de acervo. Pode também abranger monitoramento da concorrência.
Textual Permanente	Toda a documentação que reflete aspectos significativos da trajetória do empreendimento, desde sua criação até a atualidade – ou seja, não é formado apenas por documentos antigos ou raros. Fazem parte desse acervo documentos como:

	<ul style="list-style-type: none"> a) Projetos de várias naturezas, viabilizados ou não; b) Relatórios técnicos e administrativos; c) Campanhas promocionais/ de marketing; d) Perfis; e) <i>Clipping</i> (papel ou eletrônico); f) Jornais internos; g) Correspondências de diretoria; h) Projetos e programas de relações institucionais; i) Planos estratégicos, etc.
Coleções	<p>Documentos que atestam aspectos particulares, direta ou indiretamente relacionados às linhas temáticas principais, provenientes de diferentes origens. São consideradas coleções, por exemplo, a documentação relativa à trajetória pessoas e ou política de fundadores, dirigentes e outras personalidades ligadas à história da empresa.</p>
Banco de Depoimentos	<p>Registros gravados em áudio e/ ou vídeo de entrevistas com pessoas ligadas direta ou indiretamente à história da empresa. Essas entrevistas, conduzidas de acordo com os métodos da história oral, são complemento importante do trabalho de pesquisa histórica e de organização de fontes, na medida em que preenchem lacunas informativas e evidenciam elementos intangíveis da evolução da cultura organizacional.</p>

Fonte: GAGETE e TOTINI (2004, p. 125-126).

Worcman (2004, p. 23) cita que “a Memória Institucional é o uso que a empresa faz da sua história. Assim, é possível utilizar essa ferramenta fundamental para adicionar mais valor à atividade organizacional”. A autora complementa que a empresa que se utiliza da sua

memória sistematicamente tem um relevante instrumento à disposição da comunicação empresarial e corporativa.

3 CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIAL DE RELAÇÕES PÚBLICAS NO BRASIL

O estudo e a apreensão do contexto histórico-social do Brasil são necessários para que se possa compreender os motivos pelos quais Relações Públicas¹⁶ surgiu e com quais atividades estava relacionada. É possível verificar a conjuntura do ensino de relações públicas no Brasil, o desenvolvimento das relações públicas, de forma abrangente, os aspectos teóricos de relações públicas, bem como relacioná-la à criação do curso de Relações Públicas da Feevale.

3.1 O ENSINO DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Segundo Melo (1991, p. 9), o princípio do ensino de Comunicação no Brasil se dá na década de 30, juntamente com a Argentina, no panorama latino-americano. “As primeiras instituições que se implantam correspondem às demandas sociais emergentes nas empresas jornalísticas, cujo processo de estruturação industrial reclama profissionais qualificados para o exercício da comunicação de atualidade”. Isso ocorre devido ao fato de estar incidindo a renovação da imprensa e a proliferação das emissoras de radiodifusão, ligadas ao desenvolvimentismo do pós-guerra.

No fim da década de 40, inicia em São Paulo o curso de Jornalismo idealizado por Cásper Líbero, num convênio entre a Fundação Cásper Líbero e a PUC paulista. O curso foi agregado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento. Através do Decreto-Lei nº 5.480, o curso de jornalismo foi instituído no sistema de ensino superior. Na Universidade do

¹⁶ Em alguns momentos a sigla RP será utilizada para designar Relações Públicas.

Brasil¹⁷ (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro), o curso de jornalismo também foi agregado à Faculdade de Filosofia.

Melo (1991) comenta a respeito das peculiaridades referentes aos programas universitários de Comunicação. Ele acredita que os cursos nascem em um espaço universitário inadequado. Posto que o intento dos cursos de jornalismo fosse o de formar profissionais para atuarem na imprensa, e dentro das faculdades de Comunicação haver uma grade curricular que privilegiava o embasamento humanístico, em detrimento da prática profissional, criou um movimento em prol da separação dos cursos de Jornalismo das faculdades de Filosofia. O primeiro curso a conseguir esta separação foi justamente o da Fundação Cásper Líbero, constituindo-se como Escola de Jornalismo.

O mesmo autor acredita que os cursos não possuíam uma diretriz educacional que estabelecesse uma linha condutora entre as distintas disciplinas. Também não tinham critérios preestabelecidos para contratação de professores. A experiência era mais importante que a titulação e se consolidou quando os primeiros bacharéis em jornalismo amadurecerem profissionalmente e optarem pela carreira acadêmica. Outro impasse seria o “reducionismo pedagógico” (p. 14), sem a prática, pois não existiam laboratórios. Os recém-formados se limitavam a encerrar apenas conhecimentos teóricos.

Segundo Melo (1991), no início dos anos 50, já existiam 13 escolas de Comunicação na América Latina. Nos anos 60, o número de escolas triplicou. No ano de 1984, das 190 escolas catalogadas pela *Federación Latinoamericana de Faculdades de Comunicación*

¹⁷Em 13 de Março de 1967 a Escola de Comunicação (ECO) se transformou numa das unidades que compõem o Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mas sua história é a própria história dos cursos de comunicação no país. O Decreto-Lei nº 5.840, de 13 de maio de 1947, que instituiu o curso de jornalismo como parte do sistema de ensino superior, dizia em seu artigo terceiro que "o curso será ministrado na Faculdade Nacional de Filosofia" da antiga Universidade do Brasil, atual UFRJ. A primeira turma colou grau em 1950. Disponível em <<http://www.eco.ufrj.br/portal/news/historic/historic.html>> acesso em 15/03/2012.

Social (FELAFACS), o Brasil possuía 71. A partir de então, a cada década, até os anos 90, este número duplicou, chegando a 207 faculdades em 1990. O autor acredita que parte desta expansão se deve, em certa medida, à ampliação do ensino superior no continente, mas também é um fato relacionado ao impulso motivado pelos processos de comunicação de massa na América Latina. Desta forma, os estudantes passam a ser atraídos para atuar na televisão, na publicidade e no jornalismo. Segundo Sanchez in Melo (1991), essa expansão se deve a dois fatores: um deles é o modismo da comunicação, e o outro é o mercantilismo dos institutos universitários.

Melo (1991, p. 10) afirma que “a expansão quantitativa desse segmento universitário nem sempre vem acompanhada de um avanço pedagógico e tampouco traduz inovações de natureza organizacional”. O autor, comentando as pesquisas das colombianas Angela Maria Godoy e Cláudia Lúcia Herrán, mostra que isso ocorre devido ao fato de faltar sintonia entre as escolas e as demandas sociais, apesar das primeiras escolas de jornalismo possuírem um perfil definido.

As autoras argumentam que houve uma crise de identidade gerada pelo *Centro Internacional de Estudios Superiores de Periodismo para América Latina* (CIESPAL)¹⁸, no momento em que propôs, em 1964, um *Plan Tipo de Escuela de Ciencias de la Información Colectiva*, baseado no modelo das escolas americanas de *school of mass communication*. Porém, no modelo americano, a designação de polivalência se dava pelo fato de, no mesmo espaço acadêmico, conviverem distintas especializações como jornalismo, publicidade, rádio, televisão, relações públicas, por exemplo, e não em razão de um só profissional ser polivalente, com capacidade de desempenhar quaisquer atividades ligadas à indústria cultural. O que ocorreu é que os professores foram treinados em Quito, sob o patrocínio da

¹⁸ O *Centro Internacional de Estudios Superiores de Periodismo para América Latina* (CIESPAL) foi criado em 1959, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e da Organização dos Estados Americanos (OEA) e de fundações internacionais como a Ford e a Ebert, no modelo ciespalino. Segundo Melo (1991, p. 11):

O modelo do CIESPAL conduziu as escolas de comunicação a um beco sem muita saída. Distanciando do mercado de trabalho (crescentemente especializado) o perfil dos profissionais formados (polivalente), as escolas não tiveram outro caminho senão enveredar pelo “alternativo”. O que conduz, inegavelmente, à preparação de um exército de desempregados, pois os veículos de comunicação não-massivos, e da mesma maneira os centros de pesquisa, possuem capacidade limitada para assimilar tantos “comunicólogos”.

Neste momento, os estudantes e, da mesma forma, os veículos de comunicação começam a cobrar das instituições mudanças nas estruturas pedagógicas e curriculares, buscando “competência profissional”. (MELO, 1991, p. 12, grifo do autor). No Brasil, o agravante foi o prolongado regime militar, “o que causou distorções profundas nas estruturas universitárias”. (MELO, 1991, p. 12, grifo do autor).

Conforme Souza (apud MOURA, 2002), desde o ano de 1962, o ensino de Comunicação Social, em nível de graduação, foi administrado pelo Parecer nº 323/62, de 16 de novembro de 1962, que instituiu um currículo mínimo homologado pelo Ministério da Educação (MEC). Antes disso, já havia uma resolução do Conselho Federal de Educação, que tinha por função a fiscalização e cuja estrutura e funcionamento eram regidos pela Lei nº 4.024/61, primitiva Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Através da Lei nº 5.540, de 1968, e do Decreto Lei nº 464, de 1969, o Conselho Federal de Educação (CFE) passa a elaborar normas para uso do sistema e começa a assessorar o Ministro da Educação e o Presidente da República em assuntos de sua alçada. “Além de ser o intérprete privilegiado da Lei de Diretrizes e Bases”. (SOUZA apud MOURA, 2002, p. 77). A Lei de Diretrizes e Bases é elaborada pela União para o sistema de ensino; as decisões são homologadas formalmente

pelo Ministério, por publicação no Diário Oficial da União. O Conselho de Educação ainda possui uma publicação mensal, chamada de Documenta, onde estão registrados os atos e estudos do direito educacional brasileiro, além da política educacional e implicações administrativas e pedagógicas desde o ano de 1962.

O crescimento dos cursos de graduação no país, no final dos anos 70, passou por uma crise nestas instituições devido às críticas públicas de que o governo dos militares incentivou a criação de tais cursos. Porém não se preocupou com a sua qualidade. Somente a partir da abertura política, em 1985, houve uma reestruturação do ensino superior a partir de uma proposta de democratização das discussões no âmbito acadêmico e a formação de uma universidade voltada para a comunidade.

A legislação que normatizou a área da Comunicação Social com relação aos currículos implantados foi composta por:

Quadro 3: Pareceres do CFE e Resoluções do MEC

PARECERES DO CFE	RESOLUÇÕES DO MEC
Parecer nº 323/62, de 16 de novembro de 1962	-----
Parecer nº 984/65, de 19 de abril de 1966	-----
Parecer nº 631/69, de 02 de setembro de 1969	Resolução nº 11/69, de 06 de agosto de 1969
Parecer nº 1203/77, de 5 de maio de 1977	Resolução nº 03/78, de 12 de abril de 1978
Parecer nº 02/78, de 30 de janeiro de 1978	Resolução nº 01/79, de 08 de janeiro de 1979

Fonte: Adaptado de Moura (2002, p. 82)

Os desafios pedagógicos que se seguiram estavam relacionados a uma concepção inadequada de currículo, no momento em que as decisões são tomadas pelo MEC e CFE, sem pensar em diferenças culturais, nas expectativas da sociedade como um todo, tampouco como um conjunto de conteúdos. Com isto, ocorre que as disciplinas e professores se enquadram em uma normatização, não pensando em um campo de atividades com suas especificidades. Assim, os estudos passam a ser monográficos, individualistas e não passam a visão do todo para o aluno. (MELO, 1991).

Outro desafio estava relacionado à negligência na avaliação da aprendizagem, posto que o conteúdo, repassado do professor para o aluno a partir de textos escolhidos por aquele. Isto impediu uma participação do aluno de forma dinâmica. Provas eram utilizadas para cobrar do aluno apenas a memorização, não a integração dos conceitos. Mesmo em aulas em que existissem debates, muitas vezes a técnica não era aplicada de maneira correta. Algumas vezes, o professor apenas escolhia um texto e colocava nas mãos dos alunos a responsabilidade quanto ao conteúdo.

Sobre a impropriedade da formação básica está mais um dos desafios pedagógicos expostos por Melo (1991). Ele comenta que é devido ao ciclo básico de dois anos que grande parte dos alunos desiste, pois há uma desmotivação pelo fato de serem turmas grandes, com conteúdos abrangentes e superficiais, sem entrar na parte específica do curso, buscada pelo aluno. Outro desafio seria o da ludicidade e do produtivismo nos projetos experimentais. Apesar dos alunos manejarem equipamentos e recursos técnicos disponíveis, seria necessário verificar se estas experiências estão sendo válidas a ponto de criar uma consciência crítica e uma competência profissional nos alunos.

Neste contexto, iniciam mudanças em algumas instituições, nas quais lideranças jovens passaram a questionar o modelo de ensino praticado. Algumas destas lideranças são

egressas da própria área da comunicação. Em tal conjuntura, surgem os cursos de Relações Públicas.

A história dos cursos de Relações Públicas no Brasil inicia no ano de 1967, quando foi criado o primeiro curso superior de Relações Públicas com duração de quatro anos, na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, com currículo próprio. No mesmo ano, também ocorreu o 1º Congresso Mundial de Relações Públicas.

Abaixo há um quadro de referência dos cursos oferecidos conforme a legislação, partindo do ano de 1967, com a criação do primeiro curso superior de RP. O Parecer nº 323/62 e o Parecer nº 984/65 não foram contemplados porque, nos anos de 1962 e 1965, só existia o curso de Jornalismo. A partir de 1969 foi instituído o curso de Comunicação Social com habilitações, de acordo com o registro a seguir:

Quadro 4: Cursos Oferecidos conforme a Legislação

Resolução nº 11/69, de 06 de agosto de 1969	Resolução nº 03/78, de 12 de abril de 1978
Curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo	Curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo
Curso de Comunicação Social – Habilitação em Relações Públicas	Curso de Comunicação Social – Habilitação em Relações Públicas
Curso de Comunicação Social – Habilitação em Publicidade e Propaganda	Curso de Comunicação Social – Habilitação em Publicidade e Propaganda
Curso de Comunicação Social – Habilitação em Editoração	-----
Curso de Comunicação Social – Habilitação Polivalente	-----
	Curso de Comunicação Social – Habilitação em Rádio e Televisão
	Curso de Comunicação Social – Habilitação em Cinematografia

Fonte: Adaptado de Moura (2002, p. 99)

O Parecer 984/65, de 19 de abril de 1966, considerado o segundo currículo mínimo, ainda não contemplava a habilitação em Relações Públicas. Foi Celso Kelly, que propôs uma abrangência para a atividade de jornalismo, considerando “o conceito amplíssimo em que é tido o jornalismo, e a necessidade de uma formação polivalente do periodista, de modo que se habilite ao exercício da profissão em qualquer dos ramos e, ainda, no campo das investigações específicas, no das relações públicas e no da publicidade [...]”. (KELLY apud MOURA, 2002, p. 84).

O Parecer nº 631/69, de 6 de agosto de 1969, contemplou o terceiro currículo mínimo, no qual o curso de Comunicação Social foi criado com quatro habilitações específicas. São

elas Jornalismo, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda ou Editoração. Também contempla a habilitação polivalente¹⁹. “O currículo possui um tronco comum a todas as áreas, e o estudo de áreas específicas diversificadas que são as habilitações”. (MOURA, 2002, p. 85).

A Resolução nº 03/78, de 12 de abril de 1978, abriga o quarto currículo mínimo, que contempla cinco habilitações: Jornalismo, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda, Rádio e Televisão, Cinematografia. “Para elaboração do currículo pleno, as disciplinas deveriam ser distribuídas com maior concentração das matérias do Tronco Comum na primeira metade do curso e, na segunda metade, as matérias do Campo Profissional, podendo ocorrer desdobramentos e acréscimos”. (MOURA, 2002, p. 89).

A Resolução nº 02/84, de 24 de janeiro de 1984, § 2º contempla o quinto currículo mínimo, com seis habilitações específicas em Comunicação Social: Jornalismo, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda, Produção Editorial, Radialismo (Rádio e TV) e Cinema. Mas está fora do período estudado, portanto não será abordado.

Abaixo, quadro demonstrativo da duração dos cursos e da carga horária de acordo com a legislação vigente no período.

¹⁹ De acordo com as considerações de Kelly (1966), Relações Públicas e Publicidade são áreas que pertencem ao Jornalismo. O autor observa que o estudo de ambas áreas torna-se importante para o ensino de Jornalismo. Na sua opinião, a formação polivalente seria necessária para habilitar ao exercício profissional em vários ramos, sendo que as disciplinas técnicas deveriam seguir uma disciplina introdutória em que o objeto seria a ‘informação’. Kelly faz referência às áreas de Relações Públicas e Publicidade como integrantes do exercício jornalístico. (MOURA, Cláudia Peixoto de. História das Relações Públicas: fragmentos da memória de uma área [recurso eletrônico]. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, p. 266.

Quadro 5: Duração dos Cursos e Carga Horária Conforme a Legislação

	Resolução nº 11/69, de 06 de agosto de 1969	Resolução nº 03/78, de 12 de abril de 1978
Duração Mínima	3 anos letivos	3 anos letivos
Duração Máxima	6 anos letivos	6 anos letivos
Carga horária mínima	2.200 horas-aula	2.200 horas-aula

Fonte: Adaptado de Moura (2002, p. 101-102)

É possível verificar que, nas duas primeiras resoluções, nas quais já existe a habilitação em Relações Públicas, a duração mínima e máxima dos cursos não possui alteração, bem como a carga horária mínima. Porém, na Resolução nº 02/84, existe um aumento de um ano, tanto da duração mínima, quanto da duração máxima do curso, em relação às duas primeiras resoluções. Também existe um aumento na carga horária mínima em 500 horas-aula.

Neste momento, existem duas resoluções que são importantes no contexto, pois citam as matérias e disciplinas indicadas na Legislação. São as resoluções 11/69, de 06 de agosto de 1969 e a Resolução 03/78, de 12 de abril de 1978. Nestas duas resoluções já existe o curso de Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas. Mesmo assim, a Feevale iniciou com a Escola de Relações Públicas com Bacharelado em Relações Públicas com currículo próprio e não Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas, conforme aponta a legislação. Apenas a partir da segunda resolução assinalada aqui que isto ocorre. (anexo CD).

3.2 O DESENVOLVIMENTO DE RELAÇÕES PÚBLICAS

No ano de 1967, é expedida a lei Nº 5.377 , de 11 de dezembro de 1967, que disciplina a profissão de Relações Públicas colocando o Brasil como o 1º país no mundo a fazer uma legislação sobre a profissão.

A profissão de Relações Públicas é regulamentada em 26 de setembro de 1968, através do decreto Nº 63.283, promulgada pelo presidente Costa e Silva. O Brasil vive uma das fases mais violentas do Regime Militar. Houve a promulgação do AI-5, dando poderes ao presidente de fechar o Congresso Nacional, caçar políticos e institucionalizar a repressão e a tortura. Também ocorreu um aumento significativo das atividades subversivas e de guerrilha no intuito de combater o golpe de Estado de 1964 e o regime militar instalado desde então.

Durante este período, uma ala dissidente da Seção do Estado de São Paulo da Associação Brasileira de Relações Públicas²⁰ (ABRP) cria a Associação dos Executivos de Relações Públicas (AERP), incentivada por José Roberto Whitaker Penteadó, que ministrava cursos de relações públicas e comunicação humana na Associação de Dirigentes de Vendas do Brasil (ADVB). A AERP, criada através do Decreto Nº 62.119, foi designada para administrar o sistema de relações públicas no âmbito do Poder Executivo, e, através do Decreto Lei Nº 200, os ministérios passaram a ter autorização para montar subsistemas de relações públicas.

²⁰ No dia 4 de março de 1954, reuniu-se o chamado, na época, "Grupo de Relações Públicas", integrado por profissionais de Relações Públicas paulistas, com o objetivo de discutir a criação de uma associação de Relações Públicas. Essa reunião, que se realizou na sede do Instituto de organização racional do trabalho – IDORT – contou com a participação dos pioneiros de Relações Públicas: Hugo Barbieri, Saulo Guimarães, Nelson Speers, Wladimir Borba, Jonas Znyjdek, Raul F. Dias de Toledo, Aníbal Bonfim, J. B. Martins Ramos e Henrique Beck Junior. Após várias reuniões que contaram com a presença de outros profissionais, a Associação Brasileira de Relações Públicas (ABRP) foi fundada na capital paulista, em 21 de julho de 1954, por 27 estudiosos e praticantes de Relações Públicas na sede do Instituto de Organização Racional do trabalho (IDORT). Disponível em <http://www.portal-rp.com.br/historia/parte_06.htm> Acesso em 07/04/2008.

No Governo de Emílio Médici (1969-1974), houve o chamado “milagre brasileiro”, com o aumento gradativo do PIB brasileiro, com o setor automobilístico e a indústria da construção civil em processo de crescimento, com abertura de *shopping centers*, com grande oferta de eletrodomésticos para facilitar a vida das classes média e alta. Neste período, Relações Públicas dá continuidade ao processo de sistematização da profissão, criando, em 11 de setembro de 1969 pelo decreto-lei Nº 860, que dispõe sobre a constituição do Conselho Federal de Relações Públicas (CONFERP) e seus conselhos regionais.

Devido à repressão do regime militar e mesmo estando em expansão desde os anos 50, a atividade de Relações Públicas reduziu-se a algumas atividades de caráter informativo interno, assessoria de imprensa e de organização de eventos. Conforme Baldissera e Sólito (2005, p. 9):

Deve-se considerar, por outro lado, que, por força da mordaza aplicada a editoriais como a de política e a de cultura, os jornais passam a oferecer largo espaço ao material de divulgação da iniciativa privada, em suas editoriais de economia. Assim, a postura sociotécnica da administração que, com a finalidade de qualificar o trabalho e os produtos/serviços, começa a preocupar-se com questões de bem estar do trabalhador, é amplamente divulgada pela imprensa, na forma de mídia espontânea (*releases*). Isso dá corpo à atividade de Relações Públicas no relacionamento com a imprensa.

Ainda segundo os autores, no momento de “milagre econômico” em que vive o Brasil, o investimento em publicidade é vultoso, e a movimentação gerada pelas agências dá espaço a diferentes tarefas, dentre elas a de Relações Públicas. As propagandas das indústrias e as oficiais dos ministérios da ciência, tecnologia, cultura e educação ganham espaço nas revistas nacionais.

Em 1972, ocorre o 1º Congresso Brasileiro de Relações Públicas, realizado em Petrópolis (RJ), promovido pela ABRP. No ano de 1975, extingue-se a AERP, que passa a ser substituída pela Assessoria de Imprensa de Relações Públicas (AIRP), pelo decreto-lei Nº

75.200. O decreto Nº 77.000, de 9 de janeiro de 1976, altera o regimento interno dos Gabinetes da Presidência da República²¹, aprovado pelo decreto citado anteriormente. Em 1978, cria-se a Associação Profissional de Profissionais de Relações Públicas do Rio de Janeiro (APPRP) e formula-se a definição operacional da atividade de relações públicas pelo “Acordo do México”. (KUNSCH, 1997, p. 50), registra a definição:

O exercício da profissão de relações públicas requer ação planejada, com apoio da pesquisa, comunicação sistemática e participação programada, para elevar o nível de entendimento, solidariedade e colaboração entre uma entidade, pública ou privada, e os grupos sociais a ela ligados, em um processo de integração de interesses legítimos, para promover seu desenvolvimento recíproco e da comunidade a que pertencem.

Nos final dos anos 70, começa, gradualmente, a abertura política no Brasil, através do Presidente Ernesto Geisel (1974-1979), que é seguido por João Batista Figueiredo (1979-1985), que promove a anistia geral e irrestrita.

No processo de construção do Brasil-Potência, com melhorias em telecomunicações, tornou-se fundamental o investimento em mão-de-obra qualificada. Com isso, proliferaram-se novas faculdades pelo país.

O anúncio abaixo mostrado nos remete à consolidação do campo profissional de Relações Públicas neste contexto, a partir do momento em que a atividade é mencionada no texto da Cannes Publicidade Ltda.

²¹ Art. 45. Compete às Assessorias da Presidência da República: III - Assessoria de Relações Públicas: a) propor a Política de Comunicação Social do Governo; b) orientar e coordenar a execução da Política de Comunicação Social do Governo que for aprovada pelo Presidente da República; e c) exercer as funções de órgão central do Sistema de Comunicação Social do Poder Executivo, instituído pelo Decreto n 67.611, de 19 de novembro de 1971. (BRASIL. **Decreto nº 77.000, de 9 de janeiro de 1976**. Altera o Regimento Interno dos Gabinetes da Presidência da República [...]. Brasília, 1976. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-77000-9-janeiro-1976-425613-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 30 set. 2011).

Figura 1: Anúncio Cannes Publicidade

**Aumente suas vendas
em Goiás, Brasília,
Triângulo Mineiro,
Mato Grosso,
Piauí e Maranhão.
Fale conosco.**

Nós o atendemos com a nossa longa experiência e a força de nossos departamentos especializados:

PESQUISA DE MERCADO
para posicionar o lançamento de novos produtos.

MARKETING
para você atingir seus objetivos com estratégia de vendas.

MERCHANDISING
implicando todas as sutilezas do mercado.

RELAÇÕES PÚBLICAS
incluindo assessoria.

PROPAGANDA E PLANEJAMENTO
criação, produção e execução, aliadas à mais avançada criatividade, em todas as formas de propaganda: Televisão, Jornal, Rádio, Cinema, Out-Door, Mala Direta, Audiovisual.

co
cannes publicidade ltda.
18 anos anunciando progresso.

GOIÂNIA - sede principal: Av. Goiás, 150 - fone: 2030364, Faxes: 6 3022.6.3768 e 6 3924 1641 - Caixa Postal: 393
BRASÍLIA - sede do Brasil: Est. São Paulo, c/ox. 403-0606, Quarta 11, Seta Central do Sul - Fone: 33.9114 e 23.9992
SÃO PAULO - escritório: Rua dos Arcos, 88 - Fone: 318632
TERESINA - escritório: Galpão do Hotel Pinar, Itajá 2, Tel: 085/2121

Fonte: Anúncio... (1975, p. 81)

Com o indício de uma nova crise econômica no país que foi necessário investir na imagem do Presidente da República (BECKER; SILVA, 2008). A Secretaria de Comunicação Social - Secom²² da Presidência da República, criada pela lei Nº 6.650, de 23 de maio de

²²A Secom é responsável pela comunicação do Governo Federal, coordenando um sistema que interliga as assessorias dos ministérios, das empresas públicas e das demais entidades do Poder Executivo Federal. Assim, garante a disseminação de informações de interesse público, como direitos e serviços, e também projetos e políticas de governo. Para isso, pode convocar redes obrigatórias de rádio e televisão para a transmissão de pronunciamentos oficiais do presidente da República e dos ministros. Atua para que as ações de comunicação obedçam a critérios de sobriedade e transparência, eficiência e racionalidade na aplicação dos recursos, além de supervisionar a adequação das mensagens aos públicos. Também observa o respeito à diversidade étnica nacional e à regionalização no material de divulgação, avaliando os resultados. (BRASIL. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Brasília, [2010?]. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/sobre-a-secom/a-secretaria>>. Acesso em: 23 out. 2010).

1979, ficou com este encargo. O campo profissional de Relações Públicas tem seu espaço ampliado através da Secretaria, embora remodelada pouco tempo depois. Percebe-se, neste momento, uma tentativa do jornalismo impresso em construir positivamente a imagem das ações da presidência da república, como possível reflexo das atuações da Secom. Neste contexto, a Radiobrás passa a ser vinculada à Secretaria, sem prejuízo de suas atividades originais. Desta forma continua tendo a atribuição de:

Divulgar, como entidade integrante do Sistema de Comunicação Social, as realizações do Governo Federal nas áreas econômica, política e social, visando, no campo interno, à motivação e ao estímulo da vontade coletiva para o esforço nacional de desenvolvimento e, no campo externo, ao melhor conhecimento da realidade brasileira. (BRASIL, 1975).

A antiga Agência Nacional passa a integrar a Secom, transformada em Empresa Brasileira de Notícias, através da qual o governo federal remeteria a veículos de comunicação uma espécie de balanço das atividades do governo. Percebe-se, neste momento, através de investimentos realizados em comunicação e em relações públicas, a aproximação do presidente com as camadas populares. João Batista Figueiredo era considerado pouco carismático e autor de frases como “cheiro de cavalo é cheiro de povo [...]”. Investimentos para mudar esta imagem eram necessários. Havia suspeita de que Figueiredo era produto de uma fábrica de imagem. Entretanto, Farhat afirmava sobre Figueiredo: “ele é o que é”. (VEJA, 1979, p. 23).

Na época houve suspeitas de que ainda continuavam sendo feitos controles e cerceamento de informações. Na revista Veja, foram, inclusive, feitas comparações da Secretaria com o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)²³ do Estado Novo. O

²³ O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi criado em 1939, em substituição ao "Departamento de Propaganda e Difusão Cultural" (DPDC) que, em 1934, havia substituído ao Departamento Oficial de

posicionamento de Alceu de Amoroso Lima²⁴, publicado na Revista Veja revela a sua concordância com a comparação feita pela oposição. Alceu enfatiza que, embora a Secom não tivesse o mesmo poder do DIP, em momento de abertura política, o governo tem o poder econômico em suas mãos: “A pressão é igual ou pior que a pressão direta”.

Órgãos de imprensa que querem ou aceitam viver às custas do governo jamais precisariam de Secoms para se alimentar do erário. Da mesma forma, continuarão tão independentes como sempre foram os órgãos que nunca admitiram subordinar sem noticiário às verbas publicitárias do governo. (NASCE..., 1979, p. 27).

Rebatendo às acusações feitas à Secretaria, Farhat, jornalista responsável pela secretaria, argumenta sobre o papel por ela exercido: “o novo órgão é um instrumento da política de abertura do governo Figueiredo”. “[...] o governo apenas pretende arrumar e dar eficiência a um setor que há décadas vive na desordem – e não vai adquirir, por isso, mais poder econômico do que o que sempre teve”. (NASCE..., 1979, p. 27).

A Secom, apesar das repercussões em torno de sua criação, teria sido responsável por um salto significativo no campo de Relações Públicas. Conforme aborda Faro (apud KUNSCH, 1997, p. 30):

Propaganda (DOP), cuja estrutura obsoleta obrigou ao governo a ampliar sua abrangência. A abrangência do DIP era infinitamente maior do que a do DOP. Seu poder de penetração na sociedade também. A mudança de nome e de funções, com a centralização da informação, o controle e a função de censor de todas as manifestações culturais do Brasil davam-lhe superpoderes. (TIO SAM. **Departamento de Imprensa e Propaganda**. [200?]. Disponível em: <http://www.tiosam.org/~Departamento_de_Imprensa_e_Propaganda/>. Acesso em: 30 jan. 2007).

²⁴Tornou-se símbolo de intelectual progressista na luta contra às transgressões à lei e à censura que o regime militar, após 1964, iria impor ao povo brasileiro. Denunciou pela imprensa a repressão que se abatia sobre a liberdade de pensamento em sua coluna semanal no Jornal do Brasil e na Folha de São Paulo. Patrocinou, em múltiplas ocasiões, as cerimônias de formatura de estudantes de diversas especializações que rendiam tributo à sua luta constante contra os regimes de caráter autoritário. Foi reitor da então Universidade do Distrito Federal, atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e também membro do Conselho Nacional de Educação. (TIO SAM. **Alceu Amoroso Lima**. [200?]. Disponível em: <http://www.tiosam.org/~Alceu_Amoroso_Lima/>. Acesso em: 30 jan. 2007).

Foi no campo de relações públicas que a Secom adquiriu projeção. [...] Tratava-se, nesse âmbito, da construção de uma nova imagem para o presidente e da promoção de eventos cívicos e atividades culturais que fizessem aflorar a mística popular em torno do governante.

Em julho de 1979, ao reservar amplo espaço para falar do processo de Anistia, a Revista *Veja* (1979, p. 14) constrói a imagem de um presidente emocionado, que estaria por realizar um sonho de todos os brasileiros.

Exultante, entre lágrimas e um sorriso afetuoso, o presidente João Baptista Figueiredo abraçou o irmão, o teatrólogo Guilherme Figueiredo: “Eu não disse que fazia? Eu não disse que fazia? E vou fazer mais!” No salão leste do Palácio do Planalto, ocupado por três centenas de convidados, o presidente comemorava a promessa cumprida. “É o dia mais feliz da minha vida”, festejava. Era, por certo, uma data histórica.

Figueiredo já começava a contar com o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística²⁵ (IBOPE), o que motivou a Secom a encomendar pesquisas de opinião a este instituto. A imprensa passa a acompanhar os passos do presidente pelo Brasil, dando especial atenção à receptividade conferida ao governante.

A partir de 1979, ano marcado pelas ações da Secom e pelo investimento na imagem da presidência, percebe-se um crescimento das atividades de Relações Públicas, conforme salienta Kunsch: “o final do regime militar obrigou as empresas e outras organizações a buscarem um aumento de sua transparência e de seu diálogo com os diversos segmentos da

²⁵IBOPE é idealizado e fundado pelo empreendedor paulista Auricélio Penteadó, dono da Rádio Kosmos de São Paulo, na década de 40. Empresa lança a pesquisa de audiência de rádio e a de consumo de produtos. Inicia a pesquisa política. Em 1950, Auricélio Penteadó deixa a presidência da empresa a cargo de um grupo de diretores. Lançamento do boletim das classes dirigentes com informações sobre opinião pública, estatística social, análise do comportamento da imprensa e problemas sociais. Início do serviço Television Audience Measurement (TAM), método flagrante. Em 1977, Paulo de Tarso Montenegro assume a presidência da empresa. Um ano depois, convida seus filhos Carlos Augusto Montenegro e Luís Paulo Montenegro a ingressarem na empresa. O IBOPE realiza as primeiras pesquisas de boca-de-urna, antecipando com extrema precisão o resultado das disputas eleitorais, no final dos anos 70. Nos anos 80, cria a empresa “Painel” e lança o Painel Nacional de Consumo. IBOPE finaliza o desenvolvimento de aparelhos “peoplemeters” com tecnologia própria, viabilizando coleta, processamento e entrega dos dados de audiência em tempo real, uma “première” mundial. (IBOPE. Disponível em: <www.ibope.com.br>. Acesso em: 15 abr. 2011).

sociedade” (KUNSCH, 2001, p. 9). Em São Paulo, no mesmo ano, realizou-se a XIV Conferência Interamericana de Relações Públicas, que teve por tema geral a análise das Relações Públicas nas Américas em face do Acordo do México²⁶.

A atividade de relações públicas perdeu seu espaço por falta de visão estratégica, conforme afirma Kunsch (1997). Neste momento, a atividade passou a repensar as necessidades das organizações e começou a desenvolver as relações públicas comunitárias²⁷, pois percebe-se que a atividade não poderia estar apenas ligada ao governo e sim às empresas e aos movimentos sociais.

Em 1980, é criado o Prêmio Opinião Pública²⁸ (POP), pelo Conselho Regional de Profissionais de Relações Públicas (CONRERP) da 2ª Região – São Paulo e Paraná, na gestão de Nemércio Nogueira²⁹. No regulamento do prêmio, constavam as categorias de projetos

²⁶ Através do Acordo do México, foi elaborada a definição operacional da atividade de relações públicas.

²⁷ Relações Públicas populares, ou comunitárias, são aquelas comprometidas fundamentalmente com a transformação da sociedade e com a constituição da igualdade social. Elas têm a ver com uma concepção de mundo e com uma concepção de homem que: a) Acredita no homem, na sua potencialidade de construir uma sociedade justa e livre. b) Que enxerga a desigualdade social, as contradições de classes e quer o bem estar, a plenitude dos direitos da cidadania assegurados para todos os seres humanos. c) Acredita nas possibilidades de mudança. E na sociedade civil como gestora de mudanças e de nova hegemonia. d) Implica na interdisciplinaridade entre vários campos do conhecimento e da ação político-educativa. e) Que se realizem de modo orgânico ao interesse público e preferencialmente inseridas em experiências concretas e alicerçadas na metodologia de uma educação popular libertadora. f) Favoreça a ação coletiva, a autonomia, a partilha do poder de decisão, a co-responsabilidade (tanto pelas práticas participativas como pela implantação de políticas públicas em conformidade com as necessidades e interesses da comunidade) e, claro, respeitando a dinâmica própria, dos movimentos onde se inserem.

No movimento comunitário, ou em outras organizações populares e sindicais, as relações públicas se concretizam de modo inserido. Não é algo externo, de fora e independente, mas como parte intrínseca do movimento. Neste sentido elas vão estar, nem na frente nem atrás do movimento, mas juntas e sendo constituídas em sua dinâmica. (PERUZZO, Cicilia. **Relações Públicas, movimentos populares e transformação social**. Disponível em: <<http://www.rppnet.com.ar/rppmovimientospopularesytranssocial.htm>>. Acesso em: 03 abr. 2011).

²⁸ Criado pelo Conselho Regional de Profissionais de Relações Públicas – 2ª Região – São Paulo/Paraná, em 1980, o Prêmio Opinião Pública (POP), é o reconhecimento mais cobiçado conferido aos profissionais e empresas de Relações Públicas de todo o Brasil. Iniciativa de caráter exclusivamente cultural e sem fins lucrativos, visa distinguir, periodicamente, os melhores trabalhos de Relações Públicas, desenvolvidos em benefício de empresas e de instituições privadas ou governamentais do Brasil. Estimula-se, com isto, o movimento geral da área e os profissionais de Relações Públicas, que desenvolvem com competência, criatividade e profissionalismo, projetos de Relações Públicas para os mais diversos segmentos de mercado, gerando negócios e credibilidade para as empresas. (TEIXEIRA, João Evangelista. **Relações Públicas na UMESP: 30 anos de história**. São Paulo: UMESP, 2002).

²⁹ Nemércio Nogueira é jornalista e diretor de assuntos institucionais da Alcoa América Latina e autor de *Media Training* e outros livros sobre Relações Públicas.

institucionais de entidades sem fins lucrativos e de projetos institucionais para associações e entidades. A fase final do governo dos militares seria marcada por uma onda de movimentos sociais, em função da volta da liberdade de expressão e da liberdade democrática de que as relações públicas fariam parte. Conforme Torquato apud Teixeira (2002, p. 61):

Até a pouco tempo, as relações públicas eram vistas apenas como uma atividade empresarial ou governamental. Os currículos das faculdades de Comunicação Social e mesmo a literatura existente eram mais direcionadas nessa linha. Hoje as relações públicas já começam a ser aplicadas também em outros campos como, por exemplo, no meio rural, nas entidades de classe, em organizações sem fins lucrativos etc. São novas alternativas que estão propiciando grandes perspectivas de trabalho para o futuro e constituem mesmo um desafio para os profissionais do setor.

Percebemos, até o momento, que as próprias transformações pelas quais o país vinha passando implicariam, necessariamente, na mudança dos rumos de campos profissionais e serviços como um todo. Afinal, deixávamos para trás os tempos de autoritarismo e ufanismo. Sobre isto, Kunsch (1997, p. 31) comenta:

Com a liberdade de imprensa, a sociedade, que já sentia o esgotamento do autoritarismo, passou a exigir muito mais transparência. Começou-se a perceber que aquele estilo de comunicação vertical direta com o Poder Executivo, em gabinetes fechados, estava com os dias contados. Os canais tinham de ser mudados e ampliados.

Os fatos citados contextualizam as relações públicas desde o início da regulamentação da atividade até os anos 80. A apresentação dos aspectos teóricos mostra-se necessária, nesse estudo, para analisar os depoimentos colhidos através da história oral. Isso se faz imprescindível na reconstrução da memória, verificando se os conhecimentos dos primeiros docentes, dos primeiros coordenadores e do primeiro diretor de ensino da instituição

envolvendo relações públicas estavam apropriados à formação da profissão, do profissional e da atividade na Feevale, em um contexto histórico e social da época.

3.3 OS ASPECTOS TEÓRICOS DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Conforme Simões (2001 apud SILVA, 2007), na atividade de Relações Públicas existe a falta de um *rationale*, que é a razão lógica, a base lógica de qualquer coisa. O autor acredita que essa ausência de base lógica é percebida nas obras de Relações Públicas, pois ocorre que a sua definição conceitual, algumas vezes, é equivalente aos seus objetivos, aos seus instrumentos ou a sua ética. O uso do termo Relações Públicas sem a utilização de um explicativo anterior como a disciplina, a profissão, o profissional, a atividade ou a função provavelmente levarão a distorções de interpretação. Tanto isso ocorre que pode-se verificar mais de 500 definições conceituais, com semelhanças e diferenças entre elas, sem, no entanto, chegar a um consenso.

Simões (2001, p. 57) ainda acredita ser mais fácil entender como é exercida a atividade do que responder o que é a atividade. “A definição conceitual de determinado objeto não é suficiente para a sua compreensão”. Então, busca-se a definição operacional, que mesmo possuindo algumas semelhanças e diferenças, conforme os autores, é a que mais se aproxima de um acordo na área.

O autor ainda argumenta que, se as Relações Públicas não se fundamentam numa ciência particular, necessitam encontrar uma disciplina que seja capaz de explicar seu processo e sustentar o seu programa, permitindo o entendimento da atividade. (PIRIE, 1988 apud SIMÕES, 2001). O quadro da disciplina Relações Públicas apresenta o processo e o programa da sua sistematização.

Quadro 6: A Disciplina: o Processo e o Programa

DISCIPLINA	
(ramo do conhecimento científico, no caso: Relações Públicas)	
PROCESSO	PROGRAMA
A sucessão de estados e de mudanças do exercício de poder no sistema organização-públicos, referente à missão da organização.	O diagnóstico, o prognóstico do processo e a decisão sobre as variáveis a serem inseridas nele, visando ao êxito da missão da organização.

Fonte: SIMÕES (2001, p. 33)

O autor expressa que o processo se refere à estrutura do fenômeno, que são seus componentes e sua dinâmica, em que se localizam as variáveis independentes, que ocorrem de forma natural. Já o programa se refere à formação de políticas, depois da análise do processo. Ao contrário do que ocorre naquele, neste é de forma consciente e intencionada, tanto para mantê-lo em determinada orientação quanto para corrigir seu sentido.

Simões (1995, p. 83) propõe conceitualmente que: “A atividade de Relações Públicas é a gestão da função política da organização. Donde Relações Públicas (*definiens*) é igual a gestão da função política da organização (*definiendum*) e esta gestão é somente a atividade de Relações Públicas e nenhuma outra mais”.

O mesmo autor indica a definição operacional, que explica o fazer da atividade como o conjunto das quatro operações, ou funções básicas, que são diagnosticar o sistema, prognosticar o futuro do sistema, assessorar nas políticas administrativas e implementar programas de comunicação.

A Associação Profissional de Profissionais de Relações Públicas (APPRP) do Rio de Janeiro, em 1978, formulou a definição operacional da atividade de Relações Públicas pelo “Acordo do México”.

O Acordo de México, de 1978, foi uma tentativa de estabelecer uma definição geral de comum acordo entre todas as associações de Relações Públicas. No entanto, as versões do texto-base, em português, espanhol e inglês, mostram que, embora haja correspondência terminológica entre os enunciados, não há exata preservação do que se pretende instituir por consenso. Versão inglesa: “*Public Relations practice is the art of social science of analyzing trends, predicting their consequences, counselling organizations leadership and implementing planned programs of action which will serve both the organization’s and the public interest*”. Versão espanhola: “*El ejercicio profesional de las Relaciones Públicas exige una acción planeada, con apoyo, solidaridad y colaboración entre una entidad, pública o privada, y los grupos sociales a ella vinculados, en un proceso de integración de intereses legítimos, para promover su desarrollo recíproco y el de la comunidad a la que pertenece*”. A versão inglesa é pragmática; a portuguesa e a espanhola destacam aspectos éticos. (KUNSCH, 1997, p. 50).

A definição se coloca como operacional, determinando quais atividades serão exercidas. A Associação Internacional de Relações Públicas (IPRA) propõe outra definição:

Relações Públicas constituem uma “função” da direção de caráter permanente e organizado, através da qual uma empresa pública ou privada procura obter e conservar a compreensão, a simpatia e o concurso de todas as pessoas a que se aplicam. Com esse propósito, a empresa deverá fazer uma pesquisa na área da opinião que lhe convém (adaptando a ela, tanto quanto possível, sua linha de conduta e seu comportamento) e, pela prática sistemática de uma ampla política de informação, obter uma eficaz cooperação em vista da maior satisfação possível dos interesses comuns. (SIMÕES, 1995, p. 82)

Esta definição igualmente é operacional, pois também descreve o fazer da atividade e não sua conceituação. Para a Associação Brasileira de Relações Públicas (ABRP), a definição é a seguinte:

Entende-se por Relações Públicas o esforço deliberado, planejado, coeso e contínuo, da alta administração, para estabelecer e manter uma compreensão mútua entre uma organização pública ou privada e seu pessoal, assim como entre essa organização e todos os grupos aos quais está ligada direta ou indiretamente, entendendo-se por grupos os acionistas, clientes, fornecedores, governo, indústria, escolas, financiadores, etc. (CANFIELD, 1991, p. 20)

As diversas definições citadas possibilitam compreender o que Simões (2001) afirma: é mais fácil explicar o que faz a atividade do que defini-la conceitualmente. Mesmo através de

definições de associações de Relações Públicas, que têm como representantes e componentes profissionais na área, percebe-se que chegar a um consenso com relação a uma definição é tarefa árdua. Inclusive, o Acordo do México, que pretendeu estabelecer uma definição aceita por todos, nas traduções, não se mantêm igual.

Cada autor faz sua própria definição ou se apropria de alguma já criada nos diversos acordos e pelas diversas associações. No presente estudo, não foi dada ênfase a todas as definições encontradas, pois este não é o objetivo. Portanto, no presente trabalho, as ideias basilares são as apresentadas por Simões (2001), tanto em termos de definição conceitual, quanto de definição operacional. Isto porque Simões possui uma produção acadêmica que fundamenta a área, uma vez que sua obra está baseada em princípios científicos.

A respeito do objeto e dos objetivos principais de Relações Públicas, as definições também são dadas por Simões (2001, p. 53), que afirma ser o objeto material da atividade “o sistema social organização - públicos em sua estrutura - componentes e dinamicidade”. E o objeto formal é a “bipolaridade conflito/cooperação no processo do sistema”, pois conflito e cooperação fazem parte do sistema organização - públicos.

Ainda conforme o mesmo autor, o objetivo da atividade de Relações Públicas é “a cooperação mútua, entre as partes, do sistema organização - públicos visando à consecução da missão organizacional”. (SIMÕES, 2001, p. 52). É necessário que a organização obtenha a cooperação dos seus públicos a fim de não comprometer a sua missão.

De acordo com Simões (2001), na prática, a atividade de Relações Públicas se operacionaliza por meio de quatro funções, que são: diagnosticar e prognosticar, etapas preparatórias e essenciais para assessorar as políticas administrativas e implementar programas. Abaixo, o quadro do programa e as funções da atividade:

Quadro 7: O Programa e suas Funções

DIAGNÓSTICO	PROGNÓSTICO	ASSESSORAMENTO	IMPLEMENTAÇÃO
Conhecer o que ocorre e por que ocorre no processo do sistema organização-públicos	Prever o que provavelmente ocorrerá no processo	Sugerir aos líderes políticas administrativas a fim de manter ou modificar a ação organizacional	Executar projetos de comunicação a fim de manter ou modificar as atitudes dos públicos
Para isto, o programa deve:			
Pesquisar	Prever	Ter alternativas	Planejar e Executar

Fonte: SIMÕES (2001, p. 36)

Percebe-se que Simões (2001) detalha as funções de um programa de comunicação. Para ele, o diagnóstico, que é a fase de conhecimento dos problemas organizacionais, se apoia na função pesquisa. O prognóstico, segunda etapa, refere-se a uma pressuposição do que pode ocorrer dentro desse processo comunicacional a ser implantado, que se apoia na função prever. A terceira fase, o assessoramento, que nada mais é do que oferecer propostas à cúpula da organização, com suporte na função ter alternativas. A implementação, última fase desse processo, está ligada à execução de projetos baseada na função planejar e executar. Todo esse processo está intimamente ligado aos públicos. Afinal, todo o programa envolve públicos, de uma maneira geral. Todas as etapas são pensadas em relação a eles, públicos, que são a razão de ser de qualquer instituição.

Caso alguma destas etapas não ocorra de modo adequado, provavelmente o processo organizacional não irá atingir seus objetivos. Todas as fases são de vital importância, cada uma cumprindo o seu papel, a fim de que as Relações Públicas consigam executar projetos de

comunicação de modo eficaz, isto é, com capacidade de atingir os objetivos propostos no programa, com relação aos diversos públicos ligados a uma organização.

4 CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIAL DE NOVO HAMBURGO

Neste tópico, é abordado o contexto histórico-social de Novo Hamburgo, partindo da leitura dos primeiros imigrantes que se instalaram na região. Será descrita a economia da região, que é coureiro-calçadista, assim como a educação em Novo Hamburgo com as primeiras escolas. O presente capítulo foi baseado em jornais, que são utilizados de forma abrangente, bem como a documentação em posse da Feevale e dos depoentes

4.1 A ECONOMIA DE NOVO HAMBURGO

Conforme Martins et al. (2005), os imigrantes alemães que chegaram à região de Novo Hamburgo encontraram a matéria-prima necessária para a produção de calçados. Com isso, a fabricação de calçados foi a primeira atividade industrial a se desenvolver na região. Mesmo antes da imigração alemã oficial para o Brasil, Nicolau Becker já havia instalado o primeiro curtume na região. Por este motivo, é conhecido como o fundador da indústria coureira do Vale dos Sinos.

Foi com a criação da primeira fábrica de calçados, por Pedro Adams Filho, em 1898, que ocorreu o marco do crescimento da atividade calçadista em Novo Hamburgo. Pedro Adams Filho é considerado o pioneiro da indústria calçadista em Novo Hamburgo e no Vale dos Sinos. A empresa era a Pedro Adams Filho & Cia Ltda. Foi ela que contribuiu para a criação da Energia Elétrica Hamburguesa Ltda, tendo Pedro como primeiro presidente. As indústrias calçadistas e os curtumes foram se desenvolvendo, aos poucos, na região.

De acordo com Raupp (apud MARTINS et al., 2005, p. 83), a empresa Expresso Rio Grande – São Paulo, através de seu proprietário Arlindo Spindler, sentiu que havia necessidade de agilizar as entregas dos produtos das indústrias para as lojas.

Partindo dessa necessidade, em 1939, foi feita a 1ª viagem interestadual a Santa Catarina, saindo de Santo Antônio da Patrulha e indo pelo litoral até Blumenau, Joinville e Florianópolis com uma carga de calçados. Até Torres, foi utilizada a beira da praia e a chegada a Santa Catarina deu-se pelas mesmas estradas, utilizadas pelos tropeiros do século XVII. O maior problema era a falta de mapas e estradas certas para chegar até o destino, pois até este momento todo o transporte era feito por barco a vapor. O caminho teve que ser, então, mapeado e anotadas todas as localidades e distâncias até Blumenau. O resto foi mais fácil, pois haviam estradas melhores. A carga chegou ao seu destino em três dias e os lojistas passaram a pedir aos fabricantes que mandassem as mercadorias de caminhão. Nesse mesmo ano foi feita a primeira viagem a São Paulo, que levou onze dias, mas poderia levar até mais de um mês. Nesse momento, aumentou a possibilidade de crescimento do setor coureiro-calçadista, pois, entre outros fatores, o transporte rodoviário evitou que as mercadorias fossem armazenadas em depósitos ou fossem extraviadas.

Feijó (apud MARTINS et al., 2005, p. 103) afirma que “Na 2ª Guerra Mundial, embora não pareça, o Vale dos Sinos foi o maior fornecedor de couro para o mundo. Então começaram a abrir fábricas e todas elas tinham vínculos com os curtumes”.

A imprensa começa a surgir e, no ano de 1960, foi fundado o Jornal NH que, no primeiro número, circulou por todo o país. Teve como seu primeiro anunciante uma fábrica de calçados, a Calçados Petry, a qual forneceu lista entre 300 e 400 lojistas para a distribuição do jornal. Conforme Martins et al. (2005, p. 97). O jornal “Trouxe, como norteadora, a proposta de engajar, propagar e incentivar o setor industrial da cidade e de todo o Vale do Rio dos Sinos, assim como, ser o porta-voz atuante da comunidade em geral”. Gusmão (apud MARTINS et al., 2005, p. 124), acrescenta:

O que aconteceu no dia 19 de março de 1960? Circulou pela primeira vez o “Jornal NH”. No editorial do jornal desse dia, edição número 1, estava dito do propósito da nossa empresa de dar um apoio na divulgação do setor calçadista. Nós dizíamos que, pela importância da indústria calçadista, ela teria que ser mais

empolgada. Até em nível nacional e quem sabe, internacional. Esse foi o propósito que o jornal assumiu e que cumpriu. A partir dali então, nós nos engajamos no apoio ao setor.

No mesmo ano, uma comitiva tomou a decisão de conhecer os Estados Unidos. Tal comitiva foi composta por: Edgar Siller, presidente da Associação da Indústria e do Calçado; Oscar Adams, fabricante de sapatos de salto Luis XV; Nilo Grin; Artur Kunzler, fabricante de sapatos masculinos; Bruno Petry, fabricante de sapatos de criança. As passagens foram pagas pelo governador Leonel Brizola. Também os acompanharam Aquiles Gerhardt, do Arplac, Cláudio Strassburger, Hugo Hoffmann, publicitário, e o jornalista Alceu Mário Feijó, que foram por conta própria.

Relata Feijó (apud MARTINS et al., 2005, p. 105) que: “Depois que eles voltaram, reuniram-se e criaram uma empresa de Estudo da Exportação. Nomearam o Carrasco, uma pessoa experiente, vinda da Europa, que conhecia tudo de fabricação, para fazer uma viagem pela Europa Central e Estados Unidos”. No retorno da viagem, esboçaram a fundação de uma empresa exportadora, contando com a participação de empresários. Estudaram os aspectos legais, contrataram Egon Kroeff, gerente do Banco do Brasil, para realizar uma pesquisa de mercado em visita à Alemanha e Itália que acabou por proporcionar a vinda de americanos.

Ainda afirma que:

Com sua ida à Europa, Cláudio conseguiu vender muitos pares de sandálias para uma rede inglesa. Oficialmente, aquela foi a primeira exportação. Nesse meio tempo, Pedrinho Adams já tinha ido à Europa e à África, e vendido em torno de 250 pares do Grande Gala; extra-oficialmente, foi o primeiro a exportar. Cláudio fundou, junto com o Maurício Schimtt e o Raul Brandeburger, uma empresa exportadora, chamada SKB. Feijó (apud MARTINS et al., 2005, p. 106).

Surgiam novas empresas e, com elas, a tecnologia e o desenvolvimento da região. Segundo Senger (apud MARTINS et al., 2005, p. 98):

Um ano depois, foi criada a FENAC, Feira Nacional do Calçado, com o objetivo de atrair os lojistas do país para Novo Hamburgo. Os integrantes da imprensa local foram de suma importância para a divulgação dessa feira. Eles, acompanhados de belas senhoritas, realizaram o Raid do Calçado, que foi uma viagem, uma verdadeira epopéia, visitando as principais capitais do país, televisões e jornais, convidando a todos para prestigiar a FENAC.

Para Feijó (apud MARTINS et al., 2005, p. 111): “Os grandes acontecimentos do calçado nos últimos anos foram: a viagem para os Estados Unidos, a FENAC e a exportação. Três grandes acontecimentos, que geraram tudo e criaram tudo, criaram esta cidade fabulosa que a gente não reconhece mais”.

Conforme Gusmão (apud MARTINS et al., 2005, p. 129):

A FENAC, na minha avaliação, representou um passo vital pra economia da região do Vale do Rio dos Sinos, para o setor calçadista. Foi uma linha divisória, o que tinha antes e o que passou a ser depois. A partir da feira, a região adquiriu aquele grau de importância e Novo Hamburgo passou a ser a “Capital Nacional do Calçado”, coisa que não era antes.

Até então, as grandes indústrias estavam localizadas em São Paulo e no Rio de Janeiro. Nos anos 1967 e 1968, começou a exportação de calçados. Segundo Senger (apud MARTINS et al., 2005), os anos 70 foram a época de ouro do calçado.

4.2 A EDUCAÇÃO EM NOVO HAMBURGO

Segundo Schemes e Silva (2007), em 1898, o índice de analfabetismo era de 80%, apesar de constar na primeira constituição republicana, de 1891, a criação de instituições de ensino superior e secundário nos estados e que o ensino deveria ser leigo nas escolas públicas.

No início do século XX, Porto Alegre já possuía três faculdades, a de Medicina, a de Engenharia e a de Direito, que se transformariam em Universidade em 1934.

No contexto da cidade de Novo Hamburgo, no ano de 1896, houve a criação da Comunidade Evangélica de Novo Hamburgo, atual Escola Evangélica Oswaldo Cruz. O Colégio Santa Catarina, criado em 1900 pelas irmãs da congregação de Santa Catarina. O Colégio São Jacó, fundado pelos irmãos maristas em 1914.

Para Schemes e Silva (2007, p. 23), “essas podem ser consideradas as escolas pioneiras da cidade, o que mostra como as comunidades imigrantes foram fundamentais nas questões educacionais, pois as escolas municipais e estaduais foram criadas quase um século depois das confessionais”. No Governo Vargas, houve um avanço na educação nacional; surgiram algumas escolas municipais importantes em Novo Hamburgo, como a Escola Tiradentes, em 1933; a Escola Rui Barbosa, em 1938; o Grupo Escolar Antônio Vieira, em 1937; a Escola São João, em 1939; a escola estadual D. Pedro II, em 1930, dentre outras. No ano de 1930, em Novo Hamburgo, havia 22 escolas da rede pública e privada, com 1.377 alunos e, no ano de 1943, este número passou para 35 escolas e 3688 alunos.

As mesmas autoras comentam que o período entre 1942 e 1946 foi caracterizado pelas leis orgânicas do ensino, ou Reformas Capanema, que eram decretos-leis do governo no intuito de organizar os ensinos primário, secundário e técnico. Estes últimos pelo fato do país estar em processo de industrialização e faltar técnicos para atender esta demanda. Na Constituição de 1937, o direito de todos à educação não era mais garantido, assim como privilegiou as escolas particulares e o ensino técnico. Então, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) Ildefonso Simões Lopes, em Novo Hamburgo, que tinha como objetivo preparar mão de obra qualificada para indústria.

Novo Hamburgo, até 1969, possuía estabelecimentos de ensino tradicionais, como a Fundação Evangélica, a Escola Normal Santa Catarina, o Colégio Estadual 25 de Julho, o Colégio Industrial Senador Alberto Pasqualini, o Colégio São Jacó, o Colégio Pio XII e o Ginásio São Luiz. Além das escolas de ensino médio e fundamental (na época, primeiro e segundo graus), já existia, em nível superior, o Instituto de Belas Artes, reconhecido pelo MEC, em 1968, pelo apoio de sua mantenedora, Sociedade Cultural de Novo Hamburgo, da diretora de ensino, professora Maria Beatriz Rahde Marques da Silva, e da ajuda do Ministro Senador Tarso Dutra.

De acordo com Schemes e Silva (2007), pela Lei Nº 5540, de 1968, foi instituída a reforma universitária no país que introduziu mudanças no ensino de 3º grau como a extinção da cátedra e a unificação do vestibular, a aglutinação das faculdades em universidades, a criação do curso básico para suprir as deficiências do ensino médio (na época, 2º grau), o estabelecimento de cursos de curta e longa duração e de pós-graduação. Na área administrativa, houve uma reestruturação a fim de racionalizar e modernizar o modelo com a integração de cursos, áreas e disciplinas. As instituições de 3º grau perderam autonomia, pois havia um controle externo que se dava através da seleção e da nomeação de pessoal. Neste contexto, os reitores e os diretores de unidade não precisavam ser pessoas ligadas ao corpo docente universitário, mas tinham algum destaque na vida pública ou empresarial.

No ano de 69, assume a prefeitura Alceu Mosmann (1969 – 1973), conhecido como “O Prefeito da Educação”. Em sua plataforma de governo, juntamente com seu vice, Urbano Arnecke, já havia prioridade na educação e também na instalação de uma universidade na cidade. Na época, a população chegava a quase 80 mil habitantes.

Neste momento, havia um movimento em prol do ensino comunitário ocorrendo em cidades como Bagé, Ijuí, Cruz Alta, Santa Cruz, Lajeado e outras³⁰. Foi neste contexto que surgiu a Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo, a ASPEUR, que tinha como objetivo criar a primeira universidade na cidade. Seu lema era “Quem não tem fé não inicia e os fracos caem pelo caminho”.

Conforme matéria do Jornal NH em 13/06/1969:

A idéia de criação de faculdades em Novo Hamburgo já é velha. No entanto, de uns tempos para cá, essa ideia vem tomando forma, vem se tornando realidade. A criação de faculdades é algo que tem polarizado as atenções de todos, sendo, inclusive, anseio da própria juventude. Em pesquisa realizada pelo professor Dioni York Bado, onde se procurou saber da viabilidade da instalação de faculdades na região, chegou-se à conclusão que mais ou menos 2.500 alunos estariam em condições de acesso à faculdade. Tal número representa um grande mercado para o ensino superior, pois estes jovens iriam estudar em outros locais, com todos os problemas que isto acarreta. (UM TRABALHO..., 1969, [n. p.]).

Na continuação do texto do Jornal NH em 13/06/1969, foi registrado o seguinte:

Mas já em março de 1979 teremos, seguramente, as aulas inaugurais da Faculdade de Economia (com os seus dois cursos, de ciências contábeis e administração de empresas) e da Faculdade de Educação Física. E já o ano seguinte, 71, segundo os professores Dioni York Bado e João Carlos Schmitz, trará uma

³⁰Essas cidades eram sedes de extensões universitárias ou cursos fora de sede da UFSM (Universidade Federal de Santa Maria), instalados a partir de 1968, sob a liderança de José Mariano da Rocha Filho, membro do Conselho Federal de Educação (1968-1975) e reitor-fundador da Universidade Federal de Santa Maria (1960-1973). Em Santa Maria ele liderou a criação da ASPES (Associação Santa-mariense Pró-Ensino Superior em 1948 e foi seu primeiro presidente. O ASPES serviu como modelo para a organização e a implantação de instituições de educação superior em todo o Brasil, especialmente em cidades localizadas no interior (como Campo Grande, no Mato Grosso do Sul). Em 1972 a UFSM mantinha 22 cursos superiores fora de sede, ou extensões universitárias, além de cursos de ensino médio e técnico funcionando em dezesseis cidades gaúchas (Alegrete, Bagé, Cruz Alta, Ijuí, Iraí, Frederico Westphalen, Santa Cruz do Sul, Santana do Livramento, Santiago, São Borja, Santa Rosa, Santo Ângelo, São Gabriel, São Vicente do Sul, Três de Maio, Uruguaiana) e dois cursos superiores em Boa Vista, capital do então território de Roraima. As extensões da UFMS deram origem a universidades comunitárias, tais como a URI (Universidade Regional Integrada), cuja biblioteca central do campus de Frederico Westphalen tem o nome do fundador da UFSM, a Universidade Federal de Roraima e a Universidade Federal do Pampa (cujas cidades sedes de Centros de Ensino foram anteriormente extensões da UFSM). (BAETA NEVES, Clarissa E. Modelos regionais. In: MOROSINI, Marília e LEITE, Denise (Org.). **Universidade e Integração no Cone Sul**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/ UFRGS, 1992) (BARICHELLO, E.M.M.R. **Os 50 anos da Nova Universidade**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2012).

grande surpresa – um curso inédito no Brasil e na América do Sul, “que dará um mercado de trabalho fabuloso para a juventude. (UM TRABALHO..., 13/06/1969, [n. p.], grifo do autor).

A Reitoria da Unisinos foi procurada no intento da criação de uma extensão em Novo Hamburgo, porém houve desinteresse por parte desta. Então, o reitor da PUCRS, Irmão José Otão, foi convidado pelo prefeito para uma reunião em Novo Hamburgo. Desta reunião, no dia 20 de março de 1969, surgiram resultados positivos. O Irmão Otão sugeriu que fosse criada uma comissão para estudar as viabilidades, bem como acreditava que seria necessário apoio além da prefeitura local, colocando à disposição o Professor José Gomes de Campos a fim de orientar na elaboração do projeto. Primeiramente, os cursos a serem instalados seriam Administração de Empresas, Ciências Contábeis e Ciências Sociais e, possivelmente, Educação Física. A PUCRS iria financiar as primeiras despesas com reparos no prédio do Colégio São Jacó, onde os cursos deveriam iniciar com vestibular, professores, serviços de secretaria, arquivo, etc. A cidade de Novo Hamburgo já deveria escolher um local onde, posteriormente, seria instalada a Universidade de Novo Hamburgo. Houve um convênio por tempo indeterminado de assistência técnica e pedagógica, em que a PUCRS, como tutora da instituição, garantiria a continuidade assistencial sem pagamento até que as faculdades, institutos e escolas atingissem a maioria.

Ainda no Jornal NH em 13/06/1969):

Primeiramente, a Comissão presidida pelo professor Bado, se definiu a respeito de qual entidade do ensino superior ofereceria condições para instalação imediata e para a estruturação básica para uma futura universidade. Dada a impossibilidade de outras faculdades procuradas, a definição se fez pró-PUC. O Irmão José Otão, reitor da Pontifícia Universidade Católica de Pôrto Alegre, realizara visita à Prefeitura de Nôvo Hamburgo, em 20 de março, oferecendo sugestões, no sentido de que se partisse para uma universidade e não para a criação de faculdades isoladas. Tudo o que está sendo feito cria a estrutura básica para uma futura universidade. É interessante salientar que a PUC não visa nenhum proveito. Tôdas as verbas obtidas para as faculdades serão ali aplicadas. Não haverá saída de verbas, a não ser meios normais – melhoramentos técnicos, pagamento de professores, compra de

equipamento. A PUC cederá também os técnicos para a elaboração do regimento interno. (UM TRABALHO..., 13/061969, [n. p.]).

Este projeto contou com o apoio de diversos segmentos da sociedade, como o do Lions Clube, presidido por Rudi Warken. As prefeituras e câmaras de vereadores ofereceram informações acerca da economia e da educação regionais; algumas dedicaram percentuais de seu orçamento à futura universidade. A necessidade de ensino superior na cidade existia pelas características da região e pelo nível de escolaridade de Novo Hamburgo. Era assunto discutido em todos os setores da comunidade.

De acordo com Borjes e Dall’Agnol (1979, [n. p.]): “Através do Decreto nº 49/69, Alceu Mosmann designou a Comissão de membros da comunidade, para estudar a viabilidade para implantar o ensino superior na região e definir melhores soluções”. Participaram desta comissão Dioni York Bado, representante do Lions Clube Novo Hamburgo Rio Branco, como presidente; Marcos Vinícius Bossle, representante do Orbis Clube Novo Hamburgo; Darcy de Souza Dias, representante da Câmara Júnior; Mário Alberto Gusmão, representante do Rotary Clube Novo Hamburgo Centro; Gastão José Spohr, representante do prefeito municipal; Parahim Lustosa, também representante da prefeitura municipal, como secretário; Kurt Guinther Hugo Schmeling, representante do conselho municipal de educação; Carlos Alberto de Souza, representante da união dos estudantes de Novo Hamburgo e João Carlos Schmitz, diretor do departamento de educação e ensino da prefeitura municipal.

A assembléia ocorreu no dia 28 de junho, no Ginásio do Colégio São Jacó. Tal assembleia estudou e aprovou os estatutos da Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo e elegeu seu Conselho Deliberativo e Fiscal.

Conforme Borjes e Dall’Agnol (1979, [n. p.]):

A Comissão trabalhou muito, mas desde logo evidenciaram 3 (três) resoluções, consideradas muito importantes:

1. o empreendimento deveria ser comunitário e o mais abrangente possível;
2. não deveria haver fronteiras políticas, sociais ou econômicas, porque o ensino superior era uma grande aspiração do Vale dos Sinos e de outros municípios que também iriam usufruir com a criação de escolas superiores em Novo Hamburgo;
3. o movimento não deveria ser olhado de forma egoísta e interesseira, porquanto a educação é compromisso de todos, indistintamente.

Na ocasião, a mesa diretora foi integrada pelo Ministro Francisco Juruena, reitor da PUCRS em exercício; pelo prefeito municipal, Alceu Mosmann; pelo deputado Martins Avelino Santini; pelo presidente da associação dos municípios do Vale dos Sinos, prefeito de Santo Antônio, Raimundo de Carvalho Reis; pelo secretário geral da PUCRS, Irmão Elvo Clemente; pelo diretor do instituto de filosofia e ciências humanas da PUCRS, Irmão Moacyr Empinotti; pelo professor José Gomes de Campos, da PUCRS e UFRGS, técnico em educação; pelo diretor do Colégio São Jacó, João Baptista Cechin Neto; pela diretora do instituto de belas artes, Maria Beatriz Rahde Marques da Silva; e pelos membros da comissão de estudo do assunto.

A primeira diretoria ficou constituída da seguinte forma: Martins Avelino Santini como presidente; Roberto Jaeger, Carlos Gilberto Weiss e Claudio Ennio Strassburger como vice-presidentes; Abílio Nunes Cardiga como 1º secretário; Carlos Henrique Reimann como 2º secretário; Florisbelo Eber Coitiño como 1º tesoureiro; e Alex Guilherme Grün como 2º tesoureiro.

O Conselho Deliberativo ficou constituído por João Corrêa da Silveira como presidente; os secretários Miguel Henrique Schmitz, Nilo Reichert de Campo Bom, Oscar Balduíno Petry de Sapiranga, Egon Schneck de Ivoti, José Teomar Lehen de Taquara, Evaldo Michaelson de Nova Petrópolis, Vítor Júlio Kers, Américo Copetti, Dalilla C. Sperb, Werno Atão Kiewel, Fernando Arnelo Wiest e Darcy de Souza Dias. Como suplentes, ficaram

Ramon Georg Von Ber, Lauro Diogo de Jesus, Gastão José Spohr, Sebaldo Nörnberg. No conselho fiscal, foram escolhidos Victor Nicolau Körbes, Clóvis Pôrto, Carlos Henrique Klaser, Léo Klauck e Raimundo de Carvalho Reis.

De acordo com Borjes e Dall’Agnol (1979, [n. p.]): “O Estatuto da entidade foi registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, sob nº 281 e publicado no Diário Oficial do Estado dia 4 de setembro de 1969”. Para a montagem do projeto da instalação da universidade, que demorou 47 dias, em revezamento de 24 horas por dia, foram contratados João Carlos Schmitz, Dioni York Bado e Plínio Dall’Agnol, contando com a colaboração de funcionários da prefeitura municipal, principalmente do Departamento de Educação e Ensino e da delegacia de serviço militar. Os trabalhos foram divididos em duas áreas: técnico-pedagógica e administrativa de projeto. Dentro dessas áreas, estruturou-se a base das Faculdades Reunidas.

A equipe encarregada da elaboração do projeto, com a participação de elementos idealistas, realizou um grande feito, em espaço de tempo muito pequeno. Um projeto dessa natureza normalmente demora de dois a três anos. Aqui, ele foi realizado em 47 dias. A previsão era de 45 dias. Mas o atraso é viável, uma vez que foram introduzidas coisas novas no meio que não estavam previstas. (FACULDADES..., 24/09/1969, p. 3).

A ASPEUR contava com verba da Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo e de dezessete prefeituras participantes da Associação, as quais organizaram campanhas financeiras dentro dos municípios pelos conselhos consultivos. Para que o projeto pudesse ser enviado, uma das exigências era a de comprovar a existência de uma biblioteca. Em comodatos, o Colégio São Jacó, o Pio XII, o Pedro II, a Escola Santa Catarina, a Fundação Evangélica e a Biblioteca Pública Municipal permitiram que os futuros alunos das Faculdades Reunidas pudessem utilizar seus livros na hora em que desejassem. Com isso, foram catalogados 14 mil e 988 volumes por uma equipe de estudantes, com coordenadores das

bibliotecas e um funcionário da prefeitura. No orçamento da ASPEUR, havia 30 mil cruzeiros novos destinados à compra de livros para as faculdades. A ideia também era de se fazer uma campanha comunitária, apresentando as obras que eram necessárias para serem doadas por interessados.

Até então, aqueles que desejassem cursar o ensino superior sofriam com a falta de oportunidade ou tinham que se deslocar até Porto Alegre. Conforme Jornal NH, de 25/03/1970, [n. p.]:

Inicialmente o projeto foi encaminhado com pedido para Universidade diretamente baseado na Lei 5540. Embora tenha sido acolhido pela Câmara de Planejamento, através do Parecer 863/69, foram colocados em diligência alguns itens, que uma vez satisfeitos parcialmente não foram julgados suficientes, havendo a Câmara de Planejamento do Conselho Federal de Educação novamente colocado em diligência pelo parecer 948/69. (BADO; OLIVEIRA, 25/03/1970a, [n. p.]).

As escolas e as faculdades estavam distribuídas em dois grandes setores. No filosófico e humanístico se enquadravam as Faculdades de Educação e o Instituto de Belas Artes. No outro, social-jurídico-econômico, estavam as Ciências Contábeis, Administração de Empresas e Relações Públicas.

A Faculdade de Educação era uma necessidade dentro da reforma universitária, formando administradores escolares, supervisores escolares e orientadores educacionais. O funcionamento seria no período da tarde.

Relações Públicas, que funcionaria à noite, visava aos modernos meios de comunicação aplicados à administração e produtividade industriais, estendendo-se ao turismo, à propaganda e à divulgação, dentre outros pontos, e a justificativa estava relacionada ao fato da cidade de Novo Hamburgo ser um parque estadual de exposições, cidade-feira e centro de turismo.

A Faculdade de Administração de Empresas formaria administradores de empresas públicas e privadas. A Faculdade de Ciências Contábeis formaria contadores de nível superior.

A Faculdade de Belas Artes, com cursos de professorado de Desenho, graduação em Música e Artes Plásticas e professorado de Educação Musical, graduação em Artes Plásticas formando artistas, possibilitava que o egresso lecionasse em Escolas de Arte.

Os cursos da área social-jurídico-econômica teriam uma série de disciplinas básicas, com currículo mínimo semelhante. O objetivo era de que o aluno que se formasse num deles depois poderia complementar e se formar em outro curso, num espaço de tempo relativamente curto. A Faculdade de Educação Física estava em estudos.

A princípio, o Colégio São Jacó seria o local onde as faculdades, escolas e institutos deveriam funcionar. A diretoria da Associação estava em busca da viabilidade de compra do local. Através de laudos técnicos da prefeitura, o prédio e o terreno haviam sido avaliados em 1 bilhão e 100 milhões de cruzeiros velhos. Caso fossem incluídos móveis, utensílios e cozinha, o valor passaria para 1 bilhão e 588 milhões de cruzeiros velhos.

Conforme Borjes e Dall’Agnol (1979, [n. p.]): “Em 22 de setembro de 1969, o projeto da Universidade Regional em Novo Hamburgo, composto de 8 (oito) volumes e pesando aproximadamente 70 quilos, era encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro da Educação e Cultura, Senador Tarso de Moraes Dutra”. O prefeito Alceu Mosmann, primeiramente, entrou em contato com ministro da educação a fim de marcar a reunião. O prefeito, o deputado Martins Avelino Santini e o professor João Carlos Schmitz, diretor do departamento municipal de ensino, foram pessoalmente ao Rio de Janeiro entregar o projeto ao Conselho Federal de Educação, que, inicialmente passaria por uma câmara de planejamento do Conselho, que decidiria sobre a viabilidade ou não do projeto.

Logo seguiria para uma comissão de verificação, formada pelo presidente, professor José Gomes de Campos; Dinah de Freitas Só, inspetora federal; Harry Schroeder, inspetor. Campos ora professor de Administração Escolar, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com curso de Mestrado em Educação nos Estados Unidos e presidiu cerca de 40 comissões de verificação, em vários estados do país. Em entrevista a Jornal NH em 21/11/1969, comentou: “Examinando as condições culturais e sociais de Novo Hamburgo e a micro-região do Vale do Rio dos Sinos, a comissão achou não somente que havia condições, mas também que esta comunidade merecia ter mais Universidade”. A comissão de verificação acreditava que havia possibilidade e capacidade para novos cursos além dos pedidos. O professor deu destaque à participação comunitária no projeto da Universidade Regional de Novo Hamburgo.

O pedido de autorização da Universidade foi acolhido. Sua ultimação depende exclusivamente do apoio integral da comunidade, inclusive financeiro, no tocante à auxílio material para a formação da infra-estrutura da Universidade, como seja a ampliação e enriquecimento da biblioteca e necessidades de material didático e equipamento. (UNIVERSIDADE..., 21/11/1969, p. 2).

No mesmo jornal NH em 21/11/1969, João Corrêa da Silveira, presidente do Conselho Deliberativo da ASPEUR, afirmou: “é a maior vitória e surpresa que, com um movimento como êsse, se vá, em curto espaço de tempo, conseguir que funcione uma universidade”. (JOÃO..., 21/11/1969, p. 2).

A Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo precisava de cem milhões antigos para a Universidade. A diretoria e o conselho organizaram comissões para percorrer a região, a fim de obter o montante necessário. O assunto foi debatido em reuniões e diversos municípios organizaram comissões in loco para conseguir a colaboração. Os municípios atingidos pela comissão foram Cachoeirinha, Campo Bom, Canela, Dois Irmãos, Estância

Velha, Esteio, Gramado, Gravataí, Igrejinha, Ivoti, Montenegro, Nova Petrópolis, Novo Hamburgo, Osório, Portão, Rolante, São Sebastião do Caí, São Francisco, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Santo Antônio da Patrulha, Taquara e Três Coroas. Santini (26/11/1969, p. 3), dirigindo a palavra à população, afirmava que:

A Câmara de Ensino Superior, que aceitou o projeto de criação da Universidade Regional em Novo Hamburgo, também faz exigências. No caso, é a comprovação da capacidade financeira da ASPEUR, que já conta com dotação orçamentária de vários municípios, mas precisa contar com o “sim” da comunidade toda, tanto na participação e vivência do querer, da conscientização coletiva da necessidade de ajudar espiritual e materialmente a implantação da Universidade Regional, como para significar a nossa fé, para consolidar as esperanças de um futuro melhor, seguro, feliz, para os nossos filhos.

O Jornal NH em 19/11/1969, publicou matéria com o título “Dê o “sim” à Universidade Regional em Novo Hamburgo”:

O povo da região deve apoiar a Universidade Regional, em seu próprio benefício. Pelas características da região e pelo nível de escolaridade, o ensino superior virá de encontro a uma necessidade real. O Vale, que progride dia a dia, tem carência de técnicos. Ciências Contábeis, Administração de Empresas e Relações Públicas, enquadradas em setor social-jurídico-econômico, vêm de encontro às deficiências existentes na região. Relações Públicas, por exemplo, se justifica especialmente por sermos parque estadual de exposições, cidade-feira e centro de turismo. A comunidade vem seguindo de perto a concretização de um ideal que projetará enormemente a região. Seu apoio é fundamental para que o ensino superior em Novo Hamburgo se torne uma realidade em futuro bem próximo. Uma comissão encontra-se pedindo colaboração, inclusive financeira, da parte da comunidade, especialmente indústria e comércio. E o Vale não deixará de participar, certamente, para o funcionamento da Universidade Regional em Novo Hamburgo. (DÊ..., 19/11/1969, p. 3).

A comissão pedia colaboração a título de empréstimo. Até o dia 26 de novembro de 1969, 80 mil cruzeiros novos já haviam sido arrecadados. Dentre as empresas que participaram da campanha estavam Amapá do Sul S.A.; Finansinos; Strassburger & Cia Ltda; Irmãos Müller S.A; Expresso Rio Grande-São Paulo; Kruse & Cia Ltda; Calçados Ruskin Ltda; Indústria de Calçados Martini Ltda; O.A. Beck & Cia Ltda; Metalúrgica Grin; Garbin

Ltda; Calçados Ciro S.A.; Brochier & Cia Ltda; A.N. do Amaral (Fantini); Calçados Cantegril Ltda; Calçados Navio S.A.; Cassel S.A. Bebidas; Malas Weber S.A.; Reinheimer & Cia Ltda; Plínio Fleck; Hennemann S.A.; Novo Hamburgo Companhia de Seguros Gerais; Indústria de Máquinas Enko; Cláudio Klaser & Cia Ltda; L.P.Copé; Gastão José Sphor; Arnaldo Avelino Schmitz (Casa Real de Móveis); Curtume Jaeger S.A.; Jaeger & Venturini; Hass S.A.; Oscar Kunz S.A; Gaspar & Cia Ltda; Adams S.A.; Calçados Solemio; Eletro Aços Plangg; Otomit S.A.; P. Alles S.A.; Irmãos Fleck & Cia Ltda; Odácio & Cia; Comercial e Construtora Hamburguesa; Curtume Engel S.A.; Weldle & Cia Ltda; Saltos Schmidt S.A; Calçados Scout; Ivo Viana; Calçados Soireé; Indústria de Calçados Erno; Ebling & Cia Ltda (Casa Floriano); Vinícius Seeling & Cia Ltda (Eletrolar); Confecções Kiefer Ltdas; Flávio Daudt (Livraria Flama); Albano A. Müller; Secker & Cia Ltda (Varejo Avenida) e Agostinho Emílio Cavasotto (Casas Cavasotto).

Neste contexto, até o final de 1969, já existia a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Cristo Rei, em São Leopoldo. Em 10 de dezembro de 1969, passou a chamar-se UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Tinha como reitor o padre Dr. João Oscar Nedel, com a maioria dos alunos vindos da região do Vale dos Sinos. No ano de 1969, possuía 2.581 alunos. De Canoas, eram 169; de Esteio, 70; de Sapucaia, 302; de Campo Bom, 38; de Taquara, 57; de Sapiranga, 40; de Ivoti, 10; de Portão, 6 alunos; de Osório, 7; de São Francisco de Paula, 22 estudantes; de Dois Irmãos, 11; e de Estância Velha, 5 alunos. No total, 1.317 alunos da região do Vale dos Sinos, e o restante, de outras cidades do Estado e da Capital. (Jornal NH, 10/12/1969, Caderno 2 - Vale dos Sinos, anexo 13).

4.3 A FEEVALE

Sob o parecer 23/70 do CFE, de 28 de janeiro de 1970, com o Decreto n° 66.265, de 26 de fevereiro de 1970, do presidente da República General Emílio Garrastazu Médici, ocorre a autorização do funcionamento das Faculdades, tendo como mantenedora a Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo, a ASPEUR. Foi autorizado o funcionamento da Faculdade de Educação, com o curso de Licenciatura em Pedagogia; da Faculdade de Ciências Contábeis, com Bacharelado em Ciências Contábeis; da Escola de Relações Públicas, com Bacharelado em Relações Públicas e da Escola de Administração, com a graduação de Bacharelado em Administração.

O Instituto de Belas Artes (IBA) já existia desde 1956, originário da Escola das Irmãs Sauer, oficializado pelo município de Novo Hamburgo através da Lei n° 95, de 1958. No ano de 1962, o Instituto iniciou a tramitação do processo de reconhecimento dos cursos superiores. Através do decreto-lei n° 63.087, de 06/8 de 1968, houve o reconhecimento do Instituto de Belas Artes. Porém, os diplomas dos alunos formados anteriormente não eram reconhecidos. Através de processo protocolado no MEC, sob n° 1178, de 18/07/1969, foi enviado ofício da diretoria de ensino superior ao Instituto informando que “todos os diplomas expedidos pelo Instituto de Belas Artes em Novo Hamburgo, inclusive aqueles antes do reconhecimento, poderão ser registrados na Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul”. (BADO; OLIVEIRA, 25/03/1970b, [n. p.]).

Os cursos do IBA estavam divididos em superiores, com professorado de desenho, graduação em música – piano, graduação em artes plásticas e professor de educação musical; curso médio de piano e acordeom. Cursos livres de piano, acordeom, violão, desenho e pintura (para maiores de 20 anos), modelagem escultura, curso livre de artes (para alunos dos

13 aos 20 anos) e escolinha de artes para crianças. Também existiam os alunos ouvintes que poderiam participar de qualquer disciplina dos cursos superiores.

A diretora Maria Beatriz Rahde Marques da Silva, em reunião com a ASPEUR, concordou que o Instituto de Belas Artes iria unir-se com as outras faculdades que deveriam ser criadas em 1970.

Ainda no Jornal NH em 25/03/1970:

Com a aprovação, em 1970, para o funcionamento da federação, foi comunicado à direção do IBA que nos primeiros dias do mês de março iria proceder-se a mudança para o novo prédio. Entretanto, devido à necessidade de adaptações de determinadas salas de aula, a direção aguarda deliberação da Prefeitura Municipal e da federação. (BADO; OLIVEIRA, 25/03/1970b, [n. p.]).

Conforme Bado e Oliveira (1970) foi nomeada como inspetora federal a professora Dinah de Freitas Só. Os concursos vestibulares para todos os cursos ocorreriam sempre com a presença da inspetora. As datas de realização do primeiro concurso vestibular foram nos dias 4 e 5 de janeiro de 1970. No dia 4, às 20 horas, foram realizadas as provas de português – composição à escolha do candidato – e língua estrangeira moderna – tradução de um trecho moderno de inglês, alemão, francês, italiano ou espanhol, à escolha do candidato. No dia 5 de janeiro, às 20 horas, foi realizada a prova de conhecimentos gerais, englobando mundo atual, Brasil na atualidade (na época), etc. O total de vagas era de 450, distribuídas em 150 para administração, 100 ciências contábeis, 100 para pedagogia e 100 para relações públicas.

Os documentos solicitados para a inscrição no vestibular eram carteira de identidade, comprovante de conclusão do 2º ciclo do ensino médio, quatro fotos 2 x 2 e comprovante de pagamento da taxa de inscrição. A taxa de inscrição na época era de 80 cruzeiros. Também estavam sendo aceitas transferências de alunos de outras universidades ou estabelecimentos isolados de ensino superior, de acordo com a legislação vigente na época, até o preenchimento

de número de vagas. Já no inverno, haveria outro vestibular, com 120 vagas noturnas, que seria realizado em 1º de julho de 1971. A Assessoria de Imprensa da Feevale, na época, comentou que o novo vestibular ocorreria devido às inúmeras solicitações. Foram 50 os alunos aprovados.

Bado e Oliveira (1970c) no Jornal NH de 25/03/1970 na capa declaram:

Com a aula inaugural proferida pelo Irmão José Otão, Reitor da PUC, a Federação dos Estabelecimentos de Ensino Superior de Novo Hamburgo abre suas portas, demarcando o início de uma nova era na educação, na cidade e no Vale dos Sinos. As Faculdades de Novo Hamburgo constituem uma grande conquista comunitária, dotando a cidade e a região com cursos superiores, que irão contribuir para o desenvolvimento local e regional.

A diretoria da ASPEUR decidiu que as inscrições para o vestibular seriam abertas no dia 26 de dezembro de 1969 pelo fato de que seria colocado em funcionamento um curso de atualização para aos futuros alunos, que seria executado pelo professor Dioni York Bado, escolhido através da Portaria nº 42, designado pelo então reitor da PUCRS, Irmão José Otão.

Os chefes de departamento da ASPEUR, durante reunião, decidiram nova diretoria. Para o Departamento de Ciências Humanas, Luiz José Fin; para o Departamento de Matemática e Estatística, professor Carlos Lafayete Seibert Bacelar; para o Departamento de Economia e Finanças, professor Cícero Emídio Vaz; para o departamento dos Veículos de Comunicação, o professor Fausto de Borba Borjes.

Schemes e Silva (2007, p. 38), transcrevem o relato de João Carlos Schmitz:

A Feevale foi a primeira Federação de Ensino Superior a organizar-se de forma direta no Brasil. Já havia uma Federação de escolas no Rio de Janeiro, só que aquela foi uma reunião de escolas e mantenedoras já existentes. A Feevale foi a primeira a partir do zero, a criar os cursos. Isso é histórico para a educação brasileira.

No início das atividades, a Feevale possuía 271 alunos: 22 em Ciências Contábeis, 24 em Pedagogia, 44 em Educação Artística, 137 em Administração e 44 em Relações Públicas. Contava com 30 colaboradores: 20 professores e 10 funcionários. A instituição era dividida em departamentos.

De acordo com Marcelino (1970), existia uma grande necessidade de ensino superior naquela época, principalmente de especialização. Acreditava que a iniciativa de Novo Hamburgo foi muito oportuna, posto que supriria as necessidades de novos conhecimentos, tanto na administração de empresas como também de relações públicas. Acreditava ser necessário que as faculdades se adaptassem à região por elas abrangidas, a fim de não acontecer a indecisão dos jovens quanto à escolha da faculdade a ser seguida. Isto seria necessário para que o jovem, quando terminasse o ensino superior, encontrasse na sociedade em que vivia uma forma de autossustentação no meio em que foi criado, o industrial, no caso de Novo Hamburgo.

Ainda sobre a ASPEUR, Marcelino (1970) comentava que traria maior evolução do nível intelectual da região. No aspecto social, a troca de informações entre jovens de diferentes regiões facilitaria para o futuro um crescente contato industrial. Também acreditava que os futuros formandos trariam uma mudança na mentalidade das empresas no momento em que aplicariam seus conhecimentos adquiridos durante os anos de estudo, porque uma empresa, para progredir, precisaria de tais conhecimentos.

Para Wolf (1970), a tendência desenvolvimentista que o mundo atravessava exigia dos jovens uma maior assimilação dos conhecimentos para que estivessem aptos a enfrentá-los. Acreditava que as Faculdades criadas em Novo Hamburgo estavam de acordo com as

necessidades, pois confiava que, cada vez mais, era necessário ter pessoas capacitadas nas indústrias da região, a fim de que estas se tornassem autossuficientes.

Esperava que as Faculdades fossem de muito aproveitamento para o Vale dos Sinos, pois parte dos alunos eram pessoas diretamente ligadas às empresas, ou com conhecimento sobre elas. Isto faria com que, no futuro, tivessem condições de maior evolução através dos elementos técnicos, permitindo que as indústrias da região tivessem capacidade técnica de competição com as similares nos seus mínimos detalhes.

Hugo Engelmann (25/03/1970, [n. p.]), diretor da indústria de Máquinas ENKO, presidente da Associação Comercial e Industrial de Novo Hamburgo, em entrevista ao Jornal NH, comenta: “Encaramos com enorme interesse a criação em nossa cidade destes cursos superiores, além disto com muita satisfação, pois o objetivo da Associação Comercial e Industrial de Novo Hamburgo sempre estêve e sempre estará voltado para o progresso sócio-econômico do nosso Vale”.

Quando questionado sobre a possível valorização dos futuros técnicos a serem formados pelas faculdades, Engelmann (25/03/1970, [n. p.]) no Jornal NH afirma:

Sem dúvida, os técnicos a serem formados por nossas Faculdades serão um dos maiores motivos do futuro progresso de nossa região. Serão eles uma nova fase a ser implantada, em nossas organizações industriais e comerciais, com novas técnicas, novas idéias, enfim, um nôvo marco para o progresso nascerá, com conhecimentos a serem adquiridos por êsses jovens que ora iniciam. Virão êles suprir uma lacuna que até o momento existe em nosso complexo industrial. O futuro progresso de nossa região deverá girar em tórno dos conhecimentos dos futuros acadêmicos que substituirão os atuais práticos, que dirigem nossas emprêsas. Com o atual desenvolvimento, rápido como está, os atuais administradores, que são dotados apenas de uma longa experiência e não dotados de conhecimentos adquiridos em um banco de uma Faculdade.

Ele encerra dizendo:

Há possibilidade de colaborarmos com as Faculdades no sentido de envio de uma mensagem de renovação e implantação de uma nova era no meio comercial e industrial de nossa região. Para finalizar, quero, em nome da ACI, enviar à diretoria da Federação dos Estabelecimentos de Ensino Superior em Novo Hamburgo, os nossos votos do mais amplo sucesso, pela realização destes cursos de nível superior em nossa região, que sem dúvida virão colaborar de forma decisiva para o progresso do Vale dos Sinos.

Conforme o Jornal NH em 25/03/1970, Martins Avelino Santini (apud BADO; OLIVEIRA, 25/03/1970a, [n. p.]), na época deputado, ex-prefeito municipal e presidente da ASPEUR, quando questionado sobre como via o sucesso da Federação dos Estabelecimentos de Ensino Superior em Novo Hamburgo, respondeu:

Para fazer uma projeção do que será a Federação de Estabelecimentos de Ensino Superior em Novo Hamburgo é necessário remontar ao passado, lembrar que o imigrante alemão trouxe consigo o influxo de uma civilização milenar. No Vale dos Sinos viu o horizonte de nova Pátria, largo e límpido, capaz de impulsionar-lhe ainda mais as esperanças que o fez chegar ao nôvo mundo. Passou a trabalhar com liberdade de ação e movimentos. Tôda a sua cultura e tradição ganharam força, intensidade para melhor educar os filhos. Já em 1969, em São Leopoldo os jesuítas como paladinos do saber instalavam o primeiro ginásio no Estado do Rio Grande do Sul. Portanto, não é sem razão que esta área tornou-se, muito cedo, altamente significativa, harmônica, progressista. Decorre de uma estrutura sólida de um estágio que precisa ser levado avante, o nascimento das nossas escolas de ensino superior. E, como um luzeiro, a federação determinará, num crescendo, a autorização de quem já venceu as primeiras dificuldades.

Sobre as perspectivas para o futuro do empreendimento, respondeu que o alicerce já tinha sido criado para manter as estruturas, e que seria necessário, para se estabelecer no campo competitivo, manter-se atualizado, sendo esta a função do ensino. Também comentou que algumas pesquisas já estariam sendo realizadas a fim de estudar a implantação de uma Escola de Educação Física, a Escola de Enfermagem e uma Escola de Serviço Social.

Santini (apud BADO; OLIVEIRA, 25/03/1970a, [n. p.]) ainda comenta, no Jornal NH em 25/03/1970:

A Associação Pró Ensino Superior – ASPEUR sabe, reconhece, proclama não ser idéia nova e que muito trabalho, há longos anos, se desenvolve em Novo Hamburgo na busca da implantação do ensino superior. Essa manifestação corresponde a um reconhecimento, a uma homenagem aos iniciadores de tão salutar movimento. Todavia, a verdade ineludível, a realidade que vivemos, a concretização da idéia do trabalho anônimo de tantas criaturas concretiza-se tão só e unicamente, em que pesem tôdas as valiosas contribuições, ajudas e facilidades, no fato da Prefeitura, pelo seu prefeito Alceu Mosmann, encampado tudo o que já fôra feito, liderado o movimento e condicionando moral e materialmente a exequibilidade do projeto e a implantação da Federação de Estabelecimentos de Ensino Superior em nosso meio.

Santini, quando questionado se achava possível Novo Hamburgo ser transformado em município piloto da educação, afirmou:

Lógico que é. Tem sido uma nova experiência administrativa governamental aplicada em vários campos. Possibilita o encontro de medidas concretas para a generalização de planos. Novo Hamburgo, por suas características próprias, já é um celeiro vivo, palpitante. Oferece, por outro lado, um perfeito levantamento da problemática educacional, colhido no censo de 1969³¹. Jornal NH (25/03/1970, [n. p.]).

Schmitz (apud SCHEMES; SILVA, 2003, p. 25), complementa dizendo que:

O censo escolar surgiu de um grande programa, do então governo do estado do Rio Grande do Sul, chamado de Operação Escola, que tinha por objetivo colocar todas as crianças com idade escolar em sala de aula e nós, por determinação do prefeito, realizamos este censo. Com isso, levantamos dados de todas as faixas etárias, não só crianças, mas também, de jovens e adultos: condições sócio econômicas, escolaridade, ou seja, todo o perfil da população de Novo Hamburgo. É importante lembrar que esse censo foi realizado por alunos do ensino médio, como voluntários, sendo um trabalho extraordinário e o primeiro censo escolar que utilizou os meios de informática [...]. Todas as fichas que os estudantes marcavam eram a lápis, perfuradas. Então, sempre que tínhamos o material, ele era levado para o Centro de Processamento de Dados da UFRGS. Isso deu um resultado sensacional! Assim, nós conseguimos localizar, em questão de segundos, qual era o bairro, rua, residência, número da residência da criança fora da escola, do analfabeto, a situação de escolaridade da população. Isso serviu como base, tanto para operações escolares, quanto para motivar as crianças a ingressarem na escola e a se matricularem também [...]. Evidente que este censo deu subsídios para a própria comissão e para o Conselho Federal de Educação no processo de criação da ASPEUR e da Feevale. O censo foi de fundamental importância porque era um dado

³¹ Lei ordinária N. 10, de Novo Hamburgo, de 15/04/1969, que autorizou o censo escolar socioeconômico do município de Novo Hamburgo. (JORNAL NH, 25/03/1970, [n. p.]).

científico que mostrava as necessidades e onde atacar a prioridade que era a educação.

De acordo com Schemes e Silva (2003), os dados levantados neste censo, constataram que havia mais de 7.000 analfabetos na cidade, 47.088 habitantes com curso primário, 7.260 com ginásial, 2.932 habitantes com colegial e 950 com curso superior.

Para Mosmann (apud SCHEMES; SILVA, 2003, p. 25): “[...] já havia um pensamento de uma universidade, não vou dizer que eu fiz parte da ideia inicial, que eu fui o iluminado, não! Eu apenas abracei um projeto [...]”.

No Jornal NH o Sr. Rudi Warken (25/03/1970, [n. p.]), ex-presidente do Lions Clube Rio Branco, comenta:

O professor Dioni York Bado, um dos nossos companheiros de clube, certa ocasião surgiu com a idéia de formação em Novo Hamburgo, um estabelecimento de ensino superior, o que aliás era um grande sonho do referido companheiro. Êle trouxe-nos os planos já elaborados, e nos expôs um amplo programa do que poderia ser feito, neste sentido. Eu logo em seguida, na qualidade de presidente do Lions Rio Branco, dei-lhe amplos poderes para que pudesse levar adiante a sua brilhante aspiração, tudo isto em nome do clube, onde sempre teve o mais amplo apoio, de todos os componentes. Bado em seguida começou a tomar as primeiras providências, e os primeiros contatos foram mantidos, principalmente com o prefeito de Novo Hamburgo.

E Warken (25/03/1970, [n. p.]), continua:

Acho que êste empreendimento, bem administrado, como acredito que será tendo em vista os elementos que compõem a sua direção serem do mais alto gabarito profissional, terá sem dúvida o sucesso que todos nós esperamos. Com relação a possíveis campanhas a serem encetadas, por parte de nosso clube, não me cabe relatar, pois tendo em vista que a atual gestão do nosso companheiro Otto Lampert, está chegando ao seu final, não podemos dar sugestões nesse sentido, para não causarmos problemas à futura administração deixando à encargo das iniciativas deixadas pela atual diretoria. No que tange aos benefícios que trarão as Faculdades a nossa região, não pode-se ter dúvidas, serão de uma valia à tôda prova, tendo em vista a qualidade dos cursos que aí estão à disposição do mundo estudantil de nossa terra. Acredito que tôdos êstes elementos que se formarem nos cursos da nossa

federação, terão um encargo especial no futuro brilhante que aguarda esta rica região do Vale dos Sinos.

Dall’Agnol (JORNAL NH, 25/11/70, p. 12) comenta que a Federação se tratava de um empreendimento irreversível, isto poderia ser comprovado pelo primeiro ano de atividades, mesmo com dificuldades enfrentadas, pelo fato de terem iniciado com quatro faculdades. O empreendimento era considerado jovem e não possuía o mesmo conceito de outros estabelecimentos junto à comunidade hamburguesa. Os professores trabalharam para que a Federação se tornasse a unidade de ensino superior que Novo Hamburgo almejava. Um dos argumentos estava relacionado ao índice de desistência. Dos 288 alunos que iniciaram os estudos em março, apenas 53 desistiram; isso é 18,4% de desistência, nível abaixo de outras escolas universitárias. Comenta que, na época, em Novo Hamburgo, havia apenas dois bacharéis em Ciências Contábeis.

Ainda no primeiro ano de atividade, a Federação de Faculdades de Novo Hamburgo recebeu pedidos de várias cidades brasileiras para que enviasse o estatuto, o regimento e a estrutura interna para a criação de novas federações no país. Para que a biblioteca pudesse aumentar o seu acervo e também para que professores e alunos pudessem participar de cursos em outras regiões do país e do exterior, a secretária-executiva da Federação manteve contatos com quase 200 organismos, nacionais e internacionais ligados a cursos de pós-graduação, de extensão universitária, editoras, federações e associações de caráter científico e técnico.

No final do ano de 1970, os acadêmicos da Federação realizaram um inquérito junto a diversas empresas de Novo Hamburgo como parte de um projeto “Integração da Faculdade na Comunidade”. Foram realizadas perguntas às pessoas interrogadas. Entre elas, foi perguntado qual a função que a empresa desempenhava no grupo de trabalho; quais os serviços que ela prestava à comunidade; quais as dificuldades que pessoalmente encontrava na atividade (falta

de preparação profissional); quais as matérias que um universitário deveria estudar para se preparar para tal profissão; se a região do Vale do Rio dos Sinos tinha alguma circunstância particular, que exigia o estudo de determinada matéria; pensando do ponto de vista da profissão em que estava atuando, se via utilidade na existência de cursos superiores em Novo Hamburgo; qual o mercado de trabalho que os alunos formados na universidade poderiam esperar. (PESQUISA, 18/08/1971, p. 19).

Sobre o vestibular, 148 estudantes tentam ingressar na Feevale.

A Faculdade de Administração de Empresas foi a mais procurada pelos candidatos, atingindo exatamente 50% dos vestibulandos. O motivo desta procura é plenamente justificável, pois a região em que a federação atua é quase que estritamente industrial. Os demais cursos de maior procura foram respectivamente Relações Públicas, Belas Artes, Ciências Contábeis e Pedagogia. (TERMINA..., 06/01/1971, p. 8).

Em abril de 1971, dentro da programação da “Semana de Novo Hamburgo”, o senador Tarso Dutra, ex-ministro da educação, discursando sobre “Educação e Desenvolvimento” no ginásio da ASPEUR, indicou um dado importante, o de que o Brasil tinha alcançado a meta educacional prevista para 1975. Mostrou, em números, as novas oportunidades de ensino criadas no Brasil. No ano de 1965, eram apenas 180.109 matrículas existentes nas escolas superiores; em 1969, já eram 383.523 matrículas. O aumento havido antes de 1967 era de 15,2% ao ano, enquanto o aumento médio entre os anos de 1967 e 1969 passou a ser de 67,81%. No ano de 71, já existiam quase 700 mil matrículas nas escolas de ensino superior no país. Para ele, esta é a demonstração do quanto o país estaria avançando realmente. Continuou dedicando palavras elogiosas a Novo Hamburgo e ao Vale dos Sinos. No Jornal NH em 07/04/1971, Tarso Dutra, frisou:

É esta obra de grandeza que dá o exemplo empolgante ao município de Novo Hamburgo, no centro da região do Vale dos Sinos, região prodigiosa pelo trabalho em que todos os sentidos e através dos tempos pôde realizar dentre desses anseios e dessas aspirações de engrandecimento de nossa pátria. E aí está a sua juventude, a quem eu rendo as minhas mais profundas homenagens neste instante, representada só no nível de formação superior em quase 500 alunos freqüentando os cursos da Federação de Estabelecimentos de Ensino Superior em Novo Hamburgo. Aí está esta juventude olhando para todo o nosso passado de lutas, para todos os triunfos frustrados das gerações anteriores da nossa pátria, quando não conseguindo as mesmas oportunidades de formação, hoje elas estão expostas, gloriosa e triunfantemente à disposição dos que correm para as escolas, dos que nelas procuram o aperfeiçoamento dos atributos mais fiéis, mais nobres, da sua personalidade, seus atributos morais, espirituais e culturais, para servir a esta pátria com devotamento, para serem dignos todos das famílias a que pertencem, dos esforços admiráveis das autoridades que se desvelaram na realização deste programa, nos esforços de um Alceu Mosmann à frente da Prefeitura Municipal, do deputado Martins Avelino Santini à frente da fundação de ensino superior deste município, do professor João Carlos Schmitz que foi o executor admirável de todas essas providências que representavam o anseio máximo da coletividade, para progredir, para firmar o seu valo, para firmar sua presença no contexto cultural do Rio Grande do Sul e do Brasil. (DUTRA, 07/04/1971, p. 13).

Em 16/06/1971, em encarte do Jornal Feevale, um artigo do Assessor de Imprensa, Ubiratan dos Santos (1971a), comenta sobre os cursos da Feevale e a aceitação dos acadêmicos no mercado de trabalho. Explana que, no início de junho de 1971, esteve na Feevale o assessor da presidência da Associação Comercial e Industrial de Novo Hamburgo (ACI), Alberto Nunes Cardiga. Na ocasião, o assessor estava em busca da lista dos melhores alunos de Administração e de Ciências Contábeis para colocação nas empresas do Vale dos Sinos. Foi entregue a ele uma listagem completa de todos os acadêmicos a fim de que fosse possível elaborar um estudo detalhado. O autor comenta que tal gesto era de fundamental importância, pois partiu de um órgão que congregava a indústria e o comércio e que era porta-voz da região em projetos dirigidos aos governos federal, estadual e municipal. Santos (1971a) comenta:

A própria direção da Feevale vem se debatendo no sentido de conclamar os homens de empresa, quando necessário, para buscarem elementos de que estão desfalcados, dentro das faculdades, onde uma nova mentalidade empresarial começa a tomar forma, sempre mais nítida e progressista. Afinal de contas o ensino superior surgiu em Novo Hamburgo para isto mesmo, ao lado de outros objetivos. Outra

razão não há do que aquela voltada para o aperfeiçoamento individual e empresarial do vale.

Ubiratan dos Santos (1971a, p. 12) no Jornal Feevale em 16/06/1971, argumenta que a direção da Feevale sempre se preocupou com isso. Por este motivo, teve contato com o empresariado da região que buscava na instituição a mão de obra qualificada necessária. Um dos assuntos também era o curso de Relações Públicas:

O bacharel de Relações Públicas não será aquele homem cuja imagem, por contingências normais e reiteradas, lhe foi deturpada. Deverá ser aquele elemento que terá seu gabinete de planejamento, de pesquisa, de constatação, ao lado das áreas de administração e contábeis. E por tal motivo ele será imprescindível na empresa moderna, assim como o é aos países mais adiantados.

Santos (1971a) continua comentando que nada disso seria justificável caso o industrial não tomasse consciência da verdadeira necessidade de homens altamente especializados no quadro de seus assessores diretos. Tece elogios ao empresariado da região que estava valorizando os acadêmicos. Se não fosse assim, não teria apoiado a implantação do ensino superior na região.

Em 10/11/1971, em encarte do Jornal Feevale, nº 805, o artigo do Assessor de Imprensa, Ubiratan dos Santos (1971b), tinha como título: “Existe diferença entre ASPEUR e Feevale”. No artigo, Santos registra que era necessário explicar a diferença entre as duas entidades locais. Apesar de ambas terem um objetivo comum, que era o ensino superior ou a implantação do ensino superior, as instituições tinham missões diferentes a cumprir. A ASPEUR se propunha a oferecer a garantia necessária para o funcionamento dos cursos existentes e outros que porventura se estabelecessem. Era mantenedora da Feevale, oferecia respaldo econômico-financeiro para o aproveitamento dos cursos superiores implantados para a região. A Feevale se propunha a colocar em prática o ensino superior, responsabilizando-se

pelo bom andamento do corpo docente e discente, assim como dos cursos que possuía. Era necessário mostrar a diferença, pois tanto os alunos quanto a imprensa se confundiam quando se tratava das duas instituições.

Em abril de 1971, o professor titular da cadeira de Ciência da Comunicação, Vinícius Bossle, convidou o supervisor do departamento de relações públicas da Mercur Publicidade S.A., o publicitário Raul Moreau, que ministrou palestra sobre “Comunicação e Relações Públicas”. O palestrante falou sobre a importância de relações públicas na época e afirmou que havia muito mercado de trabalho. Deu vários conceitos de relações públicas e lamentou algumas distorções sobre o assunto. Comentou que nos anúncios de emprego dos jornais era possível constatar a concepção errônea sobre a profissão de RP. Reafirmou a estreita relação entre a publicidade moderna e relações públicas. (UM PASSO..., 09/04/1971, p. 9).

Em outra visita ocorrida no mês de maio de 1971, o tema era “Veículos de Comunicação”. Moreau explicou sobre os diversos órgãos de comunicação de massa e ressaltou a importância e profundidade do jornal, televisão e rádio. Salientou a longevidade do jornal, mas também mostrou o papel da televisão, por ter uma propagação maior porque se tratava de algo chamativo e empolgante para a época. Comentou sobre o rádio, que alcançava grandes proporções, pois atingia todos os públicos, independente da situação econômica e, por isso, seria o mais importante em se tratando de comunicação. O rádio entrava em todos os lares; já a televisão e o jornal ainda não, naquela época.

O professor Ênio Klein, diretor da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX) e responsável pelo setor de exportação da FENAC, também esteve na instituição em 1971, ministrando palestra para os alunos do curso de Relações Públicas sobre “Exportação de calçados e couro na crise do dólar”. Comentou sobre o otimismo dos industriais no que se referia às futuras exportações, isto é, em função da taxa de acréscimo sobre produtos manufaturados importados pelos Estados Unidos que, segundo o professor,

não incidiria sobre as transações entre o Brasil e os demais países. (PALESTRA..., 27/08/1971, p. 19).

No Jornal Folha da Tarde em 28/11/1971, Edgar Dias, assessor do grupo de Relações Públicas na 10ª Região da Receita Federal, a convite da professora Eugênia Wendhausen, titular da cadeira de Técnica de RP, proferiu palestra sobre as atividades de Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República e promoções do Ministério da Fazenda. Esta palestra fazia parte do ciclo de palestras da faculdade de Relações Públicas da Feevale e tinha patrocínio da Associação Brasileira de Relações Públicas, seção Rio Grande do Sul/ Santa Catarina. (RELAÇÕES..., 28/11/1971, [n. p.]).

Ainda no ano de 1971, houve demonstração do interesse do empresário hamburguense em relação ao ensino superior no Vale dos Sinos. Além dos 100 mil cruzeiros que foram doados à Federação, foi instituído um concurso anual para quem quisesse cursar o ensino superior, o Prêmio Codep. Poderiam participar alunos matriculados e com frequência regular nas faculdades da Feevale, e o primeiro lugar ganharia um troféu e uma anuidade no valor de mil cruzeiros. Cada candidato concorreria com um trabalho de pesquisa pura ou de pesquisa aplicada, original e inédita, sobre o desenvolvimento empresarial no Vale dos Sinos ou sobre a problemática do complexo industrial e comercial da região. (RELAÇÕES..., 28/11/1971, [n. p.]).

No Informe da Feevale (1971, p. 7), no item VII – Feevale Hoje, o Diretor Plínio Dall’Agnol, escreve: “Os acadêmicos da Feevale, já participam de atividades oficiais. Citamos como exemplo os serviços de Relações Públicas desenvolvidos pelos alunos do 2º ano da Escola de Relações Públicas, na VI FENAC”.

Neste período já existiam os Diretórios Acadêmicos. O estudante Adroaldo Ribeiro Velho foi eleito presidente do Diretório Acadêmico da Escola de Relações Públicas, tendo

como vices Ruben Hennemann, Anneliese Lau, Sueli Grub, Ciro Salame e Solange Scheid, todos alunos regulares do Curso da Feevale. Isso demonstra a participação ativa dos estudantes desta área da comunicação nas decisões da Faculdade recém-instituída.

No jornal Folha da Tarde de 20/08/1971 em matéria intitulada “Universitário quer saber se relação pública tem futuro”, foi registrado:

Pela primeira vez um grupo de universitários pertencentes aos quadros da Feevale (Federação de Estabelecimentos de Ensino Superior de NH) realiza pesquisa de mercado para saber se sua futura profissão “Relações Públicas” terá aceitação no Vale dos Sinos. 150 empresas vão ser visitadas e da resposta de seus diretores poderá resultar uma outra revolução empresarial na área industrial do Sinos. Estamos mais ou menos na situação dos Estados Unidos por volta de 1936, quando de 300 empresas industriais, apenas 6 possuíam setor de Relações Públicas. Em 1961, a proporção já era de 250 para 300, e agora, ao alcançar porte médio, qualquer empresa norte-americana tem em funcionamento seu setor de Relações Públicas, um serviço que permite diálogo com sua clientela e órgãos públicos e de divulgação e a própria comunidade. 27 alunos do 2º ano de Relações estão particularmente interessados na pesquisa porque eles são pioneiros na arte de agradar o público e acreditam no futuro de sua profissão. (UNIVERSITÁRIO..., 20/08/1971, p. 21).

Ainda em 1971, assume nova diretoria na Feevale, com o intuito de colocar o ensino na fase moderna. A nominata era: Presidente: Darcy de Souza Dias; 1º vice-presidente: Gastão J. Spohr; 2º vice-presidente: Américo Copetti; 3º vice-presidente: Vitor Júlio Kern; diretor de ensino, professor João Carlos Schmitz; diretor administrativo: Kurt Plínio Lipp; 1º tesoureiro: Fernando Wiest; 2º tesoureiro: Miguel Henrique Schmitz; 1º secretário: Vanderlino Canabarro; 2º secretário: Lauco Engel; oficial administrativo: Ubiratan dos Santos; assessores de planejamento: Gentil Soares Campagnoni e Flávio Bondan; assessoria da secretaria executiva: Liane Schütz; subdiretor de ensino: Plínio Dall’Agnol.

Conforme Correio do Povo (06/02/1972, p. 18), o 1º Congresso centro sul de Relações Públicas, ocorrido de 31 de janeiro a 5 de fevereiro de 1972, no Colégio Rosário, em Porto Alegre, patrocinado pela ABRP, contou com quase 300 pessoas. Os temas abordados foram a

colocação da técnica de relações públicas no programa do turismo e segurança pública; a importância da profissionalização de relações públicas; a formação de profissionais de relações públicas através da escolaridade; o mercado de trabalho de relações públicas. Representando a Prefeitura de Novo Hamburgo e o Conselho Municipal de Turismo de Novo Hamburgo (COMTUR), estava a aluna do segundo ano de relações públicas da Feevale, Gessi Slair Silveira, Vinícius Bossle, como chefe da equipe, Júlio Sauter e Ruben Hennemann, acadêmicos da Feevale.

Novo Hamburgo recebeu caravana de 52 participantes da maioria das unidades federativas do país e dos territórios de Roraima e Rondônia. A visita foi programada por Gessi Silveira, secretária executiva da Comissão Municipal de Turismo de NH. Na época, a escola de RP era uma das duas únicas faculdades isoladas de RP em funcionamento no país. A outra escola era a de Recife.

A caravana foi recebida no Centro de Turismo de Novo Hamburgo por uma comitiva da qual faziam parte os professores João Carlos Schmitz, João Lupe e capitão Kurt Lipp, Adroaldo Campos, Rui Rocha Noronha de Mello, e por jornalistas sediados em Novo Hamburgo. Logo após, os congressistas foram conhecer a Indústria Rui Chaves, conhecida, na época, no país inteiro por produzir os calçados femininos mais delicados no Vale dos Sinos. Em seguida foram recebidos com um almoço típico da região na sede da Feevale, onde os estudantes João Elias, Érica Arthmann e João Brenner interpretaram músicas regionais do Rio Grande do Sul.

Os comentários dos congressistas da comissão de escolaridade, com relação à Escola de RP, estavam relacionados ao atualizado currículo, muito próximo ao que vigorava na Escola de Comunicação e Artes, da Universidade de São Paulo e na Universidade de Brasília.

Entre as recomendações do congresso inclui-se aquela que indica o funcionamento isolado de Faculdades de Relações Públicas, mais ligadas ao sistema empresarial público e privado, como a mais acertada orientação às universidades e federações que mantenham ou desejem criar cursos de RP, e isto confirma e aprova a existência da Faculdade de RP de Novo Hamburgo, com sua filosofia ajustada à realidade econômica e social da Grande Porto Alegre e Vale dos Sinos, ligada às empresas e à administração pública, no seu setor empresarial. (CORREIO DO POVO, 06/02/1972, p. 18).

Um dos pontos fortes do encontro foi a apresentação da tese da professora Eugênia Wenkhausen, titular da cadeira de Técnica de RP da faculdade de Novo Hamburgo, baseada em uma pesquisa realizada pelos alunos do 3º ano na Grande Porto Alegre. Uma outra tese da Feevale versava sobre a escolaridade a mostrou o currículo e uma descrição pormenorizada da então futura área de trabalho de RP, contendo recomendações que representavam as reivindicações mínimas dos acadêmicos.

O professor João Carlos Schmitz, então diretor de ensino da Feevale, recebeu convites para visitar universidades no norte do país. Os professores visitantes pediram a ele informações acerca da criação da universidade e da Faculdade de Relações Públicas.

De acordo com o Jornal Folha da Tarde de 19/10/1972, p. 26, no ano de 1972, o vestibular possuía 500 vagas sendo 100 para RP. Foi realizado em dezembro. As provas estavam divididas em português; conhecimentos gerais, geografia, história, matemática, ciências, moral e cívica; língua estrangeira, inglês ou francês; desenho e geometria (para os candidatos de Belas Artes). Os aprovados foram 160. Para Relações Públicas, foram aprovados Claudete Berwanger, Olga Maria Sperb, Paulo Renato Beck, Denise Arlete Lenhardt, Suzana Matte, Maria Elizabeth Martins, Helena Noeli Raymundo, Vera Rita Paz de Oliveira, Luiz Cleto Reupert Terra, Luiz Antonio Birk, José Miguel Fernandes, Helena Reis, Rosita Klein da Cruz. A segunda chamada do vestibular ocorreu nos dias 23, 24 e 25 de fevereiro. A taxa de inscrição era de CR\$ 100,00.

O prefeito Alceu Mosmann havia retornado de Brasília e anunciava que as faculdades de Novo Hamburgo seriam oficializadas em 1972.

Disse Alceu que quando chegou no gabinete do ministro Passarinho, ele não estava dando audiência, pois estava sendo admitido na Academia Brasileira de Letras, mas atendeu perguntando “se eu tinha recebido a correspondência que ele havia remetido (Alceu só recebeu agora, na volta), na qual o ministro cumprimenta Novo Hamburgo pela administração e pelo fato de nós termos hoje, somente 3,9% de analfabetos na cidade, que, aliás, são oriundos de outros municípios. (JORNAL NH (16/06/1972, p. 27).

No mês de julho de 1972, na Feevale, a professora e jornalista Marta Alves de Azevedo lançou o livro “Relações Públicas, teoria e processo”. Também palestrou a respeito do tema do livro. Estavam presentes o professor João Carlos Schmitz, secretário municipal de ensino, Plínio Dall’Agnol, vice-diretor da Feevale e Joaquim Luft, assessor da ASPEUR. Também estiveram presentes os acadêmicos do curso de Relações Públicas e autoridades municipais.

O Jornal NH (27/07/1972, p. 27), noticia que os alunos de RP da Feevale foram convidados pela Associação Brasileira de Relações Públicas (Delegacia Regional do Estado do Rio) com apoio do Conselho Nacional da ABRP para participarem do I Congresso Brasileiro de Relações Públicas, na cidade de Petrópolis, no Rio de Janeiro.

O conclave contará com a presença do governador do Estado fluminense, e reunirá todos os associados de RP e os maiores “experts” em comunicação no país, além de representantes de empresas particulares, públicas, estudantes universitários de RP e todos os interessados na profissionalização e integração das relações públicas. O temário técnico foi preparado pelo Conselho Nacional, ficando a parte social e organização geral, a cargo da ABRP/RJ.

Participaram do encontro os alunos Bernerdete Schmitz, Sueli Grub, Luis Streb, Jaime Ferreira da Silva, Roselaine Stumpf, Carlos Sillero, Maria Figueiredo e Ines Kliemann. “Ao

retornarem do congresso, os estudantes deverão apresentar um extenso relatório sobre o assunto e as principais decisões tomadas. (JORNAL NH, 06/10/1972, [n. p.]).

A Federação de Estabelecimentos de Ensino Superior em Novo Hamburgo – Feevale, através da portaria 01/AS, de 15 de julho de 1972, expedida pela ASPEUR, tinha João Carlos Schmitz como Diretor Geral; Plínio Dall’Agnol, Vice-Diretor Acadêmico; Capitão Kurt Plínio Lipp, como Vice-Diretor Administrativo; Flávio Bondan, Diretor da Escola de Administração de Empresas; professora Maria Beatriz Rahde Marques da Silva, Diretora da Faculdade de Belas Artes; professor Renato Weber Silveira, Diretor da Faculdade de Ciências Contábeis; professora Dalila Clementina Sperb, Diretora da Faculdade de Educação; professor Vinícius Bossle, Diretor da Escola de Relações Públicas; Professor Kurt Joaquim Luft, coordenador geral do planejamento; e a professora Liene Martins Schütz, como secretária executiva. A ASPEUR – Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo (mantenedora da instituição), tinha como presidente Wanderlino Canabarro.

Prometo cumprir fielmente os deveres inerentes ao meu cargo, cultivar a virtude e servir à minha pátria, de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, a legislação de ensino, os estatutos da ASPEUR e da Feevale, segundo os ditames da minha consciência e preceitos cristãos, aos quais dou fé. (JORNAL NH, 19/07/1972, p. 3).

Tal juramento foi proferido em razão da posse de João Carlos Schmitz como Diretor Geral da Feevale no mês de julho de 1972.

Com o título “RP está vinculada à segurança nacional”, Carlos José Sillero, no Jornal NH (18/10/1972, [n. p.]), indicava que:

Na penúltima edição do NH declarei estarem os acadêmicos satisfeitos com o congresso realizado no Quitandinha, de 2 a 6 do corrente, e que continuaria a relatar os assuntos abordados de acordo com o programa. Certamente os leitores

estão desejosos de saber porque tanta badalação acerca desta profissão, especialmente nestes dias, por parte da imprensa. Para muitos o título Relações Públicas é por demais familiar pois os jornais e seus classificados seguidamente ofereciam oportunidade de trabalho para um indivíduo que pudesse andar bem vestido, que fosse dono de um sorriso desenhado no canto da boca, que soubesse se expressar bem em público, que estivesse sempre bem informado, que gostasse de frequentar festas e coquetéis e que estivesse disposto a se preocupar com os problemas pessoais do diretor, além de outros atributos indispensáveis. Hoje, tais anúncios já aparecem com menor frequência porque exprimem simplesmente o ridículo e o desconhecimento da importância social da profissão de Relações Públicas no contexto do mundo moderno. A Lei 5.277, de 11 de dezembro de 1967 disciplinou a profissão de RP e sua regulamentação foi feita pelo Decreto 63.283, de 26/9/68. A partir daí só quem pode usar o título de Relações Públicas é o universitário e não mais moço que desconhece o conteúdo de um currículo e a finalidade da profissão.

Em 20 de outubro de 1972, o Jornal NH, n. 905, dedicou uma página inteira para a formatura da primeira turma de RP, que ocorreria naquele ano. Gilberto Michaelsen comenta que a Feevale iria diplomar 13 acadêmicos, apesar de ainda estar aguardando reconhecimento. Comentou que:

Apesar de não existir ainda uma definição generalizada sobre quais as atribuições do relações públicas, pode-se dizer que RP é o homem de ligação entre o mundo interno e externo de uma empresa, entidade ou instituição. A ele caberá, primeiramente, estabelecer um clima interno de calma, entendimento e comunicação, partindo após, para o exterior, onde criará uma imagem otimista da sua empresa, do trabalho que ela realiza do fruto deste trabalho. Tem ligação direta com o mundo da comunicação. (JORNAL NH, 20/10/1972, p. 10).

Na mesma edição, em entrevista, João Carlos Schmitz afirma que a “Escola de RP está atingindo sua maturidade”. Comenta que ela só surgiu a partir da pesquisa realizada pela prefeitura de Novo Hamburgo e também através de dados do Censo Escolar de 1969. Acreditava que, devido à existência da FENAC, ao fato de não haver uma escola de RP no Estado e do curso ser novo, imaginava-se que seria viável implantar este curso na Feevale. Também tranquilizava os formandos quanto à questão da regulamentação do curso.

Tito Alvim da Silva Borges, presidente do diretório acadêmico da Escola de RP, comenta que, por se tratar de uma nova área de atuação, era necessário que os formandos começassem um trabalho de conscientização com os empresários a fim de promover a aceitação e conseguir empregabilidade para os profissionais, mesmo que a imagem da profissão ainda fosse confundida com “vendedor ou recepcionista”.

Através do Parecer 1311/72 do Conselho Federal de Educação, a Escola de Relações Públicas foi reconhecida. O Conselho deu parecer favorável, por unanimidade, antes mesmo da instituição formar sua primeira turma. Após este reconhecimento o documento foi encaminhado para o Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, e, posteriormente, para o presidente Médice para aprovação e, em seguida para divulgação no Diário Oficial.

Jornal da Semana (12/11/1972, p. 12), com o título “CFE reconheceu faculdade de Relações Públicas”.

O Conselho Federal de Educação reconheceu – em sua reunião de quinta-feira – a Escola de Relações Públicas da Federação de Estabelecimentos de Ensino Superior em Novo Hamburgo – Feevale. Desta maneira os formandos da primeira turma de RP formada por aquele estabelecimento já poderão receber seus diplomas no ato da formatura. O processo de reconhecimento foi um dos mais rápidos já deferidos pelo CFE, como também já tramitara em tempo recorde o processo de autorização de funcionamento das faculdades de Relações Públicas, Administração de Empresas, Ciências Contábeis e Pedagogia em Novo Hamburgo.

O mesmo assunto está estampado em outro jornal. No Jornal NH (15/12/1972, capa), com o título “Governo Federal oficializou nossa faculdade de RP”:

O Coronel Mauro da Costa Rodrigues, secretário de Educação do Estado, recebeu ontem à tarde, do Ministério da Educação e Cultura, fonograma informando que o governo federal acaba de reconhecer oficialmente a faculdade de Relações Públicas da Feevale. Desta forma, em março do próximo ano, a primeira turma de formandos já receberá diploma reconhecido pelo governo federal.

Ainda no ano de 1972, o então Diretor Geral, João Carlos Schmitz nomeou como Diretor da Escola de Relações Públicas o Professor Vinícius Bossle, conforme Portarias 001 e 002/ DG. O segundo diretor foi o Professor Plínio Dall’Agnol. No ano de 1972 a Feevale possuía 659 alunos, distribuídos entre cinco cursos, contando com 52 professores e 21 funcionários.

No dia 15 de julho de 1972, o então Diretor Geral, João Carlos Schmitz nomeou como Diretor da Escola de Relações Públicas o Professor Vinícius Bossle, conforme Portarias 001 e 002/ DG. O segundo diretor foi o Professor Plínio Dall’Agnol.

No ano de 1972 a Feevale possuía 659 alunos, distribuídos entre cinco cursos, contando com 52 professores e 21 funcionários.

Em entrevista ao Jornal da Semana (13/08/1972 [n. p.]), Salvador Luis Albech, presidente da ABRP/RS, comentou sobre o fato da Associação Brasileira de Relações Públicas e o Conselho Regional de Relações Públicas estarem exercendo atenção sobre a nova profissão.

Todos nós sabemos que um programa eficiente de relações públicas cria condições de uma melhor aceitação da imagem da empresa junto a seus diversos públicos: imprensa, governo, entidades financeiras, bancos, público investidor, funcionários, consumidores e acionistas. O executivo de relações públicas tem a obrigação de representar um papel decisivo na projeção dessa imagem, colocando-a em seus devidos termos, a fim de que o programa alcance os objetivos propostos. A empresa deve ser considerada importante para a comunidade, como uma instituição que leva em conta os interesses dos seus diversos públicos. Quaisquer que sejam os desafios, o executivo de relações públicas deve ser capaz de superá-lo, aumentando com os respectivos programas a penetração da empresa junto aos seus diversos públicos”.

Continua debatendo o assunto, colocando em pauta que as novas profissões acabam por sofrer pelo fato de pessoas não qualificadas para tal começarem a atuar, os chamados “picaretas” (grifo do entrevistado). Comentou que na área da comunicação social a situação

era ainda pior e que a fiscalização nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina estava sendo realizada pela Seção Regional da ABRP e pelo Conselho Regional de RP, órgão do Ministério do Trabalho e Previdência Social. Os infratores sofriam sanções do Código Penal Brasileiro. Profissionais que não estivessem regularizados junto a ABRP e ao Conselho também sofriam penalidades previstas no Código de Ética de Relações Públicas.

Consideram-se atividades específicas de Relações Públicas, entre outras, as que dizem respeito: à informação de caráter institucional entre a entidade e os públicos, através dos meios de comunicação; à coordenação e planejamento de pesquisa de opinião pública, para fins institucionais; o planejamento e supervisão da utilização de meios áudio-visuais para fins institucionais; planejamento e execução de campanhas de opinião pública e ao ensino das técnicas de relações públicas, em estabelecimentos de ensino superior. (JORNAL DA SEMANA, 13/08/1972 [n. p]).

Termina afirmando que somente o profissional de relações públicas poderia se utilizar das técnicas de RP e somente o profissional associado à ABRP e registrado no Conselho Regional era apto a trabalhar. Além disso, apenas poderiam obter registro profissional aqueles formados em nível universitário.

No mês de setembro de 1972, a Semana Internacional de RP foi comemorada na Feevale com programação especial, que incluía visita à indústria Aços Finos Piratini, palestra ministrada pelo professor Otto Feiten, RP da Caixa Econômica Federal, com o tema “Relações Públicas em organismos de desenvolvimento”, palestra com Edgar Dias, RP da 10ª Delegacia da Receita Federal, com o tema “Relações Públicas na Receita Federal”. Também palestras de Carlos Camargo, com o tema “RP na empresa privada” e de Sérgio Schneider, chefe de cerimonial do Palácio Piratini, com o assunto “Protocolo”. (JORNAL NH, 15/09/1972, [n. p.]).

Também houve palestra de Níveo Friedrich, presidente da Associação Comercial e Industrial de Novo Hamburgo; de Lauro Diogo de Jesus, assessor de RP da Associação

Industrial e Comercial de Novo Hamburgo; de Salvador Abeche, presidente da ABRP, seção Rio Grande do Sul e Santa Catarina; e de José de Souza, tesoureiro da ABRP. O tema abordado foi a área empresarial do Vale dos Sinos e o futuro de RP no contexto industrial da região. Na ocasião, foi definida a caravana da Feevale que iria participar do I Congresso Brasileiro de Relações Públicas em Petrópolis. Foi definido que iriam Bernardete Schmidt Greb, Luis Streb, Jaime Ferreira da Silva, Roselaine Stumpf, Carlos Sillero, Maria Figueiredo e Ines Kliemann. (FOLHA DA TARDE, 28/9/1972).

Sillero, em notícia com título “RP está vinculada à segurança nacional”, no Jornal NH (18/10/1972, [n. p.]), comentava que a definição da ABRP para RP demonstrava que o profissional de RP precisava “possuir conhecimentos de política, antropologia, sociologia, história, economia, administração, psicologia, estatística, jornalismo, marketing, publicidade, línguas, técnicas de RP, além de imaginação, bom senso e ter como ponto fixo a verdade, bem como outros requisitos”. Com essa defesa, acreditava que a profissão estava ligada à segurança nacional, porque podia manipular a opinião pública, utilizando-a como instrumento de trabalho.

“Foi criado na Feevale o departamento de relações públicas, que está sob a responsabilidade de uma comissão liderada pelo professor José Moacir Gomes Pereira. Tal departamento foi criado para promover a Feevale e suas faculdades”. (JORNAL NH 25/10/1972, p. 24)

Alunos de RP da Feevale, que se formaram em 72, fizeram estágios em uma empresa local, o Serviço Municipal de Abastecimento (SAMAS), com controle acionário da Prefeitura Municipal, que possuía, na época, uma rede de 14 supermercados, 13 em Novo Hamburgo e 1 em São Leopoldo. (JORNAL FOLHA DA TARDE, 27/10/1972, [n. p.]). Os estagiários eram Luís Cidade, Maria Figueiredo e Solange Scheid. O objetivo do estágio era o de desenvolver

um plano de maior vinculação da empresa com seus clientes. O professor que supervisionava os trabalhos era Vinícius Bossle.

A primeira turma de Relações Públicas se formou em 24 de março de 1973, no salão de atos da Feevale, na Avenida Maurício Cardoso, 510, com este juramento: “Prometo cumprir fielmente o exercício da profissão de bacharel em Relações Públicas, de acordo com os princípios da ética, da sabedoria cristã, para bem servir os interesses do país e para maior valorização da criatura humana”. Os formandos eram Adroaldo Ribeiro Velho, Anneliese Lau, Ciro Domingos Ferreto, Elenice Khatchirlan, Gisela Reni Reich, Inês Gerhard, Solange Luísa Scheid, Judite Alzira Saul, Luiz Victório Streb Filho, Maria Figueiredo, Roselane Stumpf, Rubem Hennemann e José Guido Kunz de Lima, como orador da turma. (JORNAL NH, 26/9/1973, p. 5)

O lema escolhido pelos formandos foi “Eu posso perder uma batalha, mas nunca perderei um minuto [...]”, de Mc Luhan. O paraninfo foi o professor Vinícius Bossle, e o homenageado de honra, o ex-prefeito Alceu Mosmann. Os professores homenageados foram Alberto Nunes Cardiga, Aloysio Kolling, Antônio Mario Pascual Bianchi, Carlos Alberto Carvalho, Carlos Amaral Freire, Carlos Lafaiete Seibert Bacelar, Cícero Emídio Vaz, Edson Marques da Rosa, Emy Santini Saft, Ênio Arnaldo Barbedo, Eugênia da Silva Wendhausen, João Eduardo Pinto Basto Lupi, José Antônio Cagliari, José Moacir Gomes Pereira, Jussara Zerfass, Lourdes Fellini Sartor, Milton Bado, Nestor Aloysio Schuch, Níveo Leopoldo Friedrich, Claudio Strassburguer, Renato Heller, os membros da diretoria e dos conselhos deliberativos e fiscal da ASPEUR.

Os homenageados especiais foram o senador Tarso Dutra, Irmão José Otão, deputado Arnaldo da Costa Prieto, deputado Martins Avelino Santini, professor João Carlos Schmitz, capitão Kurt Plínio Lipp, professor Plínio Dall’Agnol, professor Flávio Bondan, Irmão

Silvino Susin, Dr. Darcy de Souza Dias e o Dr. Gastão Sphor. Houve homenagem póstuma e José Carlos Grin. Às 9 horas, houve um ato religioso e, às 20 horas, houve a Sessão Solene.

No mês de abril do mesmo ano, o estudante e relações públicas da Cooperativa Habitacional dos Trabalhadores Sindicalistas de Novo Hamburgo - Cohaburgo, Jaime Silva, foi para Genebra, na Suíça, como único representante gaúcho no Congresso Mundial de Relações Públicas. Os trabalhos foram divididos em quatro sessões, envolvendo 36 diferentes temas de relações públicas, além de dois fóruns apresentando aspectos de RP em empresas multinacionais. Conforme Silva, dos temas expostos, considerou mais importante: RP e sua sensibilização nos negócios, RP como integração, RP e as organizações profissionais, marketing e RP e as campanhas políticas, as empresas multinacionais. (JORNAL NH, 04/5/1973, p. 10).

“Jaime é o único participante deste conclave, mostrando desta forma a projeção enorme que a faculdade de Relações Públicas da Feevale irá atingir neste campo profissional” (JORNAL NH, 18/04/1973, p. 8).

De acordo com o Jornal NH (04/5/1973, p. 10):

Citou o hamburguês que esteve em Genebra que temas de profundidade, de alto nível, foram discutidos neste VI Congresso Mundial de RP. Disse também que, paralelamente à realização do congresso foi realizado o 1º Festival Internacional de Filmes de RP. “Neste festival, grandes empresas como a Unilever e outras, apresentaram excelentes filmes de RP, o que garantiu o sucesso do festival”, acrescenta. Finalizando, Jaime que lembrou que, “no exterior, ficou evidente que relações públicas encontra mais liberdade de ação se o produto da empresa for bom. Sem isto, as relações públicas dificilmente sobrevivem. Cabe então ao técnico fomentar junto à administração um novo enfoque da política mercadológica adotada, através de pesquisas de opinião pública.

A Aula Magna do ano de 1973 foi realizada pelo Reitor da Universidade Federal de Santa Maria, Mariano da Rocha Filho. Na ocasião, o reitor se propôs a trabalhar a fim de transformar a Feevale na décima universidade do Estado.

Em setembro de 1973, assumiu Plínio Dall’Agnol como novo diretor da Escola de Relações Públicas da Feevale, em substituição ao professor Vinícius Bossle. Rubem Hennemann, formado pela instituição, assumiu como vice-diretor.

A direção da faculdade promoveu a implantação oficial da sua divisão de relações públicas, que tem como titular o bacharel em RP, Rubem Hennemann, formado na primeira turma da Feevale. (JORNAL NH, 26/9/1973, p. 5).

Para a gestão 1973/74, Gastão Sphor foi eleito presidente e Darcy de Souza Dias, vice-presidente da diretoria da ASPEUR. Como 2º vice foi eleito Wanderlino Canabarro; como 3º vice, Ruy Borges da Fonseca; como 1º tesoureiro, Glauco Engel; como 2º tesoureiro, Erni Abend; como 1º secretário, Rubem Hennemann; como 2º secretário, Alberto Barão Aquino.

No dia 14 de setembro de 1973, esteve ministrando palestra na Feevale Antônio Martins Filho, membro do Conselho Fiscal de Educação, ex-reitor da Universidade Federal do Ceará e relator dos processos de reconhecimento da Faculdade de Educação e da autorização da Escola Superior de Educação Física de Novo Hamburgo. Martins também foi homenageado por ser considerado o “homem forte” de Novo Hamburgo, em Brasília, junto ao Conselho Federal de Educação. (JORNAL NH, 14/9/1973, p. 100).

A Semana de Relações Públicas da Feevale foi comemorada com programação festiva e visitas oficiais. Houve palestra de Ernani Böhs, diretor da SGB Publicidade e Promoções S.A. sobre Relações Públicas na empresa moderna. Para Böhs, a empresa moderna deveria estar estruturada em três setores básicos, que seriam a tecnologia, o laboratório industrial; um

eficiente departamento de vendas, incluindo o estudo de mercados; e um departamento de relações públicas com o objetivo de harmonizar a atividade da empresa.

A palestra de João Barcelos de Souza, diretor da divisão de RP da Secretaria de Segurança do Estado, foi sobre relações públicas no setor governamental. Os empresários da região foram convidados para participar das palestras. (JORNAL NH, 21/09/1973, p. 23).

Roberto Eduardo Xavier, secretário de Turismo do Rio Grande do Sul, palestrou na Feevale a convite da faculdade de Relações Públicas. O objetivo era o de incluir uma disciplina de turismo, com duração de um semestre no curso de relações públicas. Isto porque parte dos alunos da instituição estavam trabalhando como assessores de relações públicas e turismo nas prefeituras do Vale. Pensando nisso, a instituição acreditava ser necessário repassar aos alunos conhecimentos sobre a atividade turística, especialmente planejamento e administração. “Mas logo em seguida foi deixado de lado”. (JORNAL NH, 17/10/1973, p. 6).

No encontro, Roberto Xavier:

Frisou a necessidade de se olhar o turismo através de prismas comunitários, sobretudo na área de recepção prestação de serviços, embelezamento, meios de acesso aos locais atrativos, aproveitamento do folclore local e outros aspectos, o que é, aproximadamente, o que a secretaria está executando, ao planejar turismo para os municípios do interior. É que os planejamentos representam uma verdadeira radiografia das possibilidades dos municípios, quase sempre uma orientação segura capaz de dar à indústria turística dimensões reais. (JORNAL NH, 17/10/1973, p. 6).

Ainda em 24/10/1973, Sessão Aqui Ensino, em reportagem a respeito do ensino superior no Vale, o diretor geral da Feevale e alguns universitários expressaram sua opinião.

João Carlos Schmitz, abordou o mercado de trabalho para os formandos:

Discutir mercado de trabalho – continuou o diretor – num país com ritmo de desenvolvimento como o Brasil é lirismo. Ressalte-se que as universidades

formam os profissionais, as empresas públicas ou privadas e as entidades educacionais os absorvem. Contudo, a colocação do formando no mercado de trabalho não depende somente das universidades. A absorção da mão-de-obra depende também do formando, que deve permanentemente se atualizar e aperfeiçoar para fazer frente às exigências que lhe são impostas pelo mercado. Exigências essas que vão desde a melhor qualificação até a própria localização da oferta. (JORNAL NH, 24/10/1973, p. 6).

Schmitz ainda argumentou:

O investimento em educação é feito pelo governo, pela iniciativa privada e pelos componentes das famílias. E todo investidor, ao investir, pretende alcançar uma rentabilidade. Assim, é a educação quem proporciona, no transcurso da vida, possibilidade segura de retorno, proporcionado pelos recursos aplicados no aperfeiçoamento e na melhor qualificação profissional. (JORNAL NH, 24/10/1973, p. 6).

No final do ano de 1973, a Feevale chama seus alunos diplomados em Relações Públicas e Belas Artes para receberem seus diplomas devidamente registrados pelo MEC. No mesmo momento, a PS Propaganda, de Pedro Ênio Schneider, elaborou um folheto para a Feevale com fotografias e ilustrações sobre os seus cursos de graduação.

Sobre o afastamento de Plínio Dall’Agnol da prefeitura de Novo Hamburgo, no Jornal NH (05/12/1973, p. 3) comenta o prefeito Miguel Schmitz:

Antes de assumirmos a chefia do Executivo, mantivemos contato com a diretoria da Aspeur e Feevale, para conseguirmos o concurso do professor Plínio. Recentemente, em nova reunião, da qual o próprio Plínio participou, aquelas entidades manifestaram interesse em poder contar com esse concurso, a partir de 1974, em tempo integral. Plínio está em Brasília, volta no fim de semana, e a palavra final será sua e até já conversamos com um profissional, que não nos respondeu ainda.

Sobre o mesmo assunto, no Jornal NH (21/12/1973, p. 5) com o título “Plínio prefere a Feevale”, há um comentário:

O cargo de chefe de gabinete é temporário, enquanto que a atividade profissional a qual nos dedicamos é permanente, razão pela qual deve merecer também, não menos zelo e preocupação. Caso a Aspeur venha, efetivamente, a lançar o regime de tempo integral ou dedicação exclusiva para a direção de ensino e pesquisa da Feevale, do qual sou o titular, terei, naturalmente, que assumir esta função. Ambas as funções são absorventes, mas a minha ida para a Feevale não impedirá que eu continue colaborando com a Prefeitura Municipal.

No ano de 1973 a Feevale contava com 832 alunos distribuídos em seis cursos, 66 professores e 28 funcionários.

No ano de 1974, no vestibular de verão, a Feevale possuía 700 vagas. Destas, 100 eram para a Escola de Relações Públicas. Em 23 de março de 1974, houve a formatura da segunda turma de relações públicas da Feevale. O paraninfo foi o industrial Cláudio Strassburger. Os homenageados foram o professor Vinícius Bossle, Renato Weber Silveira e a professora Jussara Zerfass. Os formandos foram: Adair Feltes, Ana Luiza Auler, Ana Maria de Paula, Auri Afonso Schneider, Bernadete Schmitd, Carlos José Sileiro, Célia Maria Spindler, Duclos Brasil Galvarros, Édison Antônio Gaudenzi, Fausto Ovídeo de Leão, Fernando Luis Noll, Gessi Síair Silveira, Ilse Klein, Jaime Luiz Ferreira da Silva, Jane Maria Michels, Jaqueline Bello Wanderer, Klotilde Schievelbein, Liane Beatriz Utz, Luis Carlos Gomes Cidade, Maria da Graça Ramires da Silveira, Mauro Elwabger, Reny Strohschoen Martins de Mello, Sueli Grub, Tito Alvim da Silva Borges, Valmor da Silva, Virgínia Helene Oldenburg Jara e Walli Dal Médico. A oradora foi a formanda Ana Luiza Auler.

O professor Plínio Dall’Agnol, diretor da Faculdade de Relações Públicas, fez um convênio com a DATAMEC a fim de implantar a computação de dados para o controle acadêmico e administrativo. Comenta que “isto facilitará, por exemplo, a emissão de atestados, certificados e cálculo de notas que antes exigiam um grande trabalho de ótimos datilógrafos. Agora o computador fará todo este serviço, com toda a precisão possível”.

Comentou também sobre a construção de novas salas de aula, a instalação de laboratórios tendo em vista os equipamentos recebidos DAU/MEC. Dentro deste equipamento estava incluído um sistema de vídeo tapa, o qual poderia integrar um circuito interno de TV educativa. (JORNAL DO COMÉRCIO, 31/01/1974, p. 20).

Através de acordo entre a Feevale e a Câmara Federal dos Deputados, cinco acadêmicos estagiaram no período de 1 a 30 de abril, em Brasília. Quatro alunos eram do curso de administração de empresas e um aluno era do curso de Relações Públicas. Eram eles Afonso Celso Cardoso, José Paulo Warken, Ivo Marx, Roque Luiz Zeni e Isartino Tramontin. Os alunos teriam bolsa de auxílio moradia no valor de 1.000 cruzeiros, todas as refeições, assistência médica e recreativa. A Feevale arcaria com os custos de transporte. Os responsáveis pela obtenção destes estágios foram o deputado Martins Avelino Santini e o ministro do trabalho Arnaldo Costa Prieto. Enquanto deputado, Prieto buscou a representatividade de acadêmicos da Feevale no estágio. Ele recepcionou os alunos em jantar na residência ministerial.

O professor Plínio Dall'Agnol listou quatro requisitos necessários para que os alunos fossem indicados a participarem de estágios: o bom aproveitamento escolar, a frequência; a participação nas atividades acadêmicas. Os estagiários atuaram junto às principais assessorias, departamentos e secretarias da Câmara e fizeram contatos com outros órgãos da administração federal.

Eram 77 acadêmicos no total; 37 do Rio Grande do Sul, 29 da Paraíba e 11 do Paraná. Nos primeiros 15 dias de estágio, os alunos participaram de palestras a respeito da máquina administrativa de forma geral. Os outros 15 dias foram reservados ao contato prático em comissões técnicas e legislativas, através do exame de projetos, pareceres e mensagens. Os estagiários tiveram oportunidade de debater diversos assuntos e de apresentar conclusões.

Conforme Jornal NH (24/04/1974, p. 18) houve palestra de Saldanha Vieira, presidente do Conselho Regional de Relações Públicas, na Feevale. O palestrante abordou aspectos relacionados à profissão, comentando sobre aspectos legais e práticos.

Conforme Jornal NH de 25/09/1974, p. 6, em setembro de 1974, foram realizadas comemorações na Semana Interamericana de Relações Públicas. A iniciativa foi do professor Carlos Alberto Carvalho. A programação incluiu a participação dos alunos no programa “Sala de Redação”, da Rádio Gaúcha, palestra do professor Lauro Hagemann, participação no “Jornal do Almoço”, da Tv Gaúcha, no programa “Show de Mulher”, programa na Rádio Progresso, palestra dos alunos de RP para acadêmicos de outros cursos com apresentação das atividades da área. Além disso, houve debate entre dirigentes da Associação Comercial e Industrial (ACI) e empresários da associação e jantar de confraternização da Indústria Reichert de Campo Bom. O encerramento se deu com mesa redonda sobre a profissão nas dependências da Feevale.

A terceira turma de Relações Públicas se formou em 27 de dezembro de 1974. Os formandos eram: Édson Antônio Gaudenzi, Afonso Celso Cardoso, Alzira Maria Pinto de Azevedo, Antônio Carlos Paris, Arnildo Jacob Loeblein, Beatriz Seibert, Carlos Roberto Innig, Delcio Eynes Becker, Elito da Silva Viva, Eunice Maria Kolling, Gilberto Michaelson, João Ambrósio Franz, Júlio Edmundo Sauter, Margô Maria Adam, Maria da Graça Souza Ramos, Maria Goretti Barbieri, Marlise Ruppenthal, Mauro Rogério Berg, Nara Regina Vanini, Pedro Enio Schneider, Rosaria Theresinha Machado, Sérgio Cabral de Mello, Zaira Eletra Machado. O paraninfo foi o jornalista Mário Alberto Gusmão.

No ano de 74, a Feevale encerrou com 953 alunos, 71 professores e 27 funcionários.

Segundo Rubem Hennemann, no Jornal NH (03/01/1975, p. 6), para as matrículas do primeiro semestre de 1975, os interessados deveriam apresentar atestado de idoneidade; duas

fichas de conclusão do segundo grau; título de elitor; fotocópia da certidão de nascimento ou casamento; certificado militar; duas fotos 3x4; declaração do horário de expediente para os que trabalham. “Esta declaração é necessária porque os alunos que trabalham, apresentando-a, estarão desobrigados de cumprir um período de educação física. O custo de cada cadeira por semestre seria de 286 cruzeiros”.

Aspeur e Feevale estão acelerando a colocação de bolsas de estudo e títulos de benfeitor junto à comunidade. Existem dois tipos de bolsas de estudos à disposição dos interessados: de três anos (120 créditos) e quatro anos (180 créditos), ambas podendo ser usufruídas dentro de um prazo de 20 anos. O professor João Carlos Schmitz informou que estes dois novos planos fazem parte da programação que visa uma perfeita integração entre a Feevale e a comunidade. (JORNAL NH, 04/05/1975, p. 3).

No mês de julho de 1975, assume a nova diretoria da ASPEUR: Wanderlino Canabarro passa a ser o presidente; Ivo Maximiliano Strimtzter, o vice-presidente; Glauco Gevoni Engel e Rui Borges da Fonseca, 1º tesoureiro; Heiz Drews, 2º tesoureiro; Ruqe Dilkin, 1º secretário; Paulo Antônio Schmidt, 1º secretário; Ivo Berot, 2º secretário.

Segundo o Jornal NH (13/08/1975, capa):

Foi aberto na noite de segunda-feira na Feevale, o Curso de Comunicação Social, em obediência ao convênio entre Feevale e Secretaria da Educação e Cultura. O diretor geral das faculdades, João Carlos Schmitz, saudou os 230 inscritos e passou a palavra à professora Dalila Sperb, que falou em nome do diretor do Departamento de Assuntos Culturais da SEC, Paulo Amorim. Depois o jornalista Vinícius Bossle palestrou sobre “Comunicação na vida moderna”. “Meio de comunicação e a empresa” foi tema da conferência do jornalista Luiz Pauletti.

Em setembro de 1975, mais doze alunos da Feevale foram contemplados com bolsas de estudo oferecidas pelo Congresso Nacional – Senado Federal e Câmara de Deputados. Os estudantes que participaram do estágio de 12 dias foram José Marco Müller, José Miguel

Fernandes, Lauco Eigel, todos estudantes de Relações Públicas, além de Lia Kielling, do curso de Belas Artes, e Arciso Osvaldo Ritzel, do curso de Ciências Contábeis. As empresas que patrocinaram as passagens foram Amapá do Sul e Volkswagen. (JORNAL NH, 17/09/1975, p. 6).

No mesmo mês, de 22 a 27, a Feevale, sob a coordenação do professor Carlos Alberto Carvalho, promoveu a Semana Pan-Americana de Relações Públicas, com o intuito de mostrar ao público o que era a profissão de Relações Públicas. Aconteceram palestras, mesas redondas, participação em programas de rádio, tv e jornais.

Ainda no mês de setembro daquele ano, a Feevale participou do II Congresso Nacional Universitário de Relações Públicas promovido pelo Centro de Humanidade e Artes, Departamento de Filosofia e Ciências Humanas e Curso de Comunicação/ Relações Públicas da Universidade de Caxias do Sul. “Eu, enquanto diretor, acompanhei os alunos, juntamente com Rubem Hennemann, vice-diretor na época. O Congresso foi composto por mesas redondas, conferências, discutimos sobre mercado de trabalho e estágios, código de ética e eu palestrei sobre a profissionalização de relações públicas”. Os acadêmicos que fizeram parte do congresso foram Áurea Garcia, Mara Jacobus, Susana Mombach, Vera Marciano, Sandra Maria Reisswitz, Maria Marx, Moacir Yllana, Uirassú Blos, Vera Marli Pedin, Rejane Bender e Sérgio Wollmeister.

No ano de 1975 a Feevale contava com 1224 alunos, distribuídos em seis diferentes cursos. Possuía 80 professores e 38 funcionários.

No dia 20/03/1976, houve a formatura da quarta turma de Relações Públicas. Eram eles: Ademir José Feltes, Carla Ivette Petry, Claudete Berghan, Cristina Bauer Trieweiler, Clara Regina Vitorio, Delmar Stumpf, Glauco Gevoni Engel, Henrique Roberto Michels, Helena dos Reis, Iria Elisabeta Atz, José Miguel Fernandes, José Vitor Klein, José Marco

Möller, Loraine Ely, Nadea Schirmer, Nubia Koch, Olga Hoffmeister, Roque Koch e Suzana Matte.

A Feevale sediou o 1º Seminário de Estudos em Relações Públicas (SERP), promovido pelos formandos da Escola de Relações Públicas da Feevale, no período de 25 a 27 de novembro de 1976. O tema do Seminário era “As Relações Públicas nas empresas modernas como estratégia de marketing”. (JORNAL NH, 18/11/1976, p. 2). Na programação do primeiro dia Roberto Porto Simões, Ênio Erni Klein e Geraldo Seelins com o tema “Relações Públicas como elemento de marketing no setor empresarial”. No segundo dia “O marketing nas exportações”, com Cláudio Strassburguer, Roque Cipriano e Alberto Nunes Cardiga. No último dia “O processo de Relações Públicas na empresa moderna”, com Wilson Muller, Antônio Freitas e Jesus Iglesias.

No ano de 76, a Feevale estava com 1517 alunos, 90 professores e 54 funcionários.

No dia 16/09/1977, houve a formatura da quinta turma de Relações Públicas, tendo como paraninfo o professor Geraldo Seelins. O orador da turma foi Sérgio Aloisio Wollmeister. A Feevale realizou, no mês de outubro de 1977, o I Encontro Relações Públicas, que teve como enfoque o atual mercado do profissional de RP e as perspectivas futuras. O RP da Tecelagem Sperb, Jaime Silva, apresentou a história da criação do Departamento de Relações Públicas na sua empresa e assinalou a necessidade de pesquisa constante para os profissionais deste ramo.

Maria Goretti Barbieri, da agência de publicidade Laufer, Dalke, de Porto Alegre, comentou sobre a atividade que RP poderia ter junto às agências de propaganda, argumentando: “desde que os profissionais procurem adequar seus conhecimentos às peculiaridades do ramo”. O Diretor da PS Propaganda, Pedro Enio Schneider, recomendou que os Relações Públicas procurassem se fazer presentes nos acontecimentos, procurassem ler

todas as publicações, ouvir todas as publicações, ouvir todas as emissoras de rádio e ver todos os canais de televisão. Para Pedro “o Relações Públicas tem que saber tudo e estar em todos os lugares”.

Valmor Silva, do E.C. Novo Hamburgo fez um relato referindo-se a aspectos que seu departamento estava desenvolvendo com o intuito de tornar o clube mais popular, identificando-o com a comunidade hamburguesa. Nara Vanini, da Sinoscar, relatou alguns aspectos sistemáticos do trabalho adotado pelo departamento de RP da empresa. Nara comentou “é importante para o RP não lembrar do cliente só na hora do negócio, mas cuidar para que haja um permanente entrosamento com todos os clientes”. Para fechar o Encontro, Afonso Celso Carodos, da RBA Publicidade comentou “embora não saibam, todas as empresas, a seu modo, tem alguém que faz Relações Públicas e o que deve acontecer é que os profissionais formados exerçam esta função”. (JORNAL DO COMÉRCIO, 05/10/1977, p. 4).

Ainda em 1977, o Major Luiz Lupi Barreiros, Assessor Adjunto de Relações Públicas da Presidência da República palestrou na Feevale. O tema era o trabalho de Relações Públicas da Presidência da República. (JORNAL NH, 14/07/1977, p. 6).

Vera Liane Marsicano, bacharel em Relações Públicas, graduada pela Feevale, assumiu oficialmente a Divisão de Relações Públicas da Feevale. (JORNAL NH, 15/10/1977, p. 8). Neste ano a Feevale contava com 1758 alunos, distribuídos em oito cursos, contando com um corpo docente de 97 professores e com 48 funcionários.

No ano de 1978 a Feevale já possuía 1853 alunos, com 120 professores e 66 funcionários. Neste ano ocorreu o 1º Seminário sobre Estágio, realizado na Feevale, com participação dos docentes responsáveis pelos estágios juntamente com a direção da instituição.

[...] Inicia-se o “JORNAL DA FEEVALE”, órgão informativo de tudo o que se passa na Federação. O JORNAL deverá apresentar um relato do que acontece em todos os setores da FEEVALE. Suas metas prioritárias – ensino, pesquisa e extensão – serão mostradas de público e todos os interessados usufruirão da possibilidade de melhor conhecer sua escola de nível superior. [...].

Na apresentação, segue:

O “JORNAL DA FEEVALE” abrigará em suas páginas artigos de docentes, acadêmicos e membros da comunidade regional que, eventualmente, desejem colaborar. E mais ainda, numa Federação de Escolas, Faculdades e Centro, com um curso de Relações Públicas, que se poderia almejar de melhor e mais produtivo produtivo para os seus acadêmicos do que um campo prático para o desenvolvimento das técnicas aprendidas, para o aprimoramento da comunicação na era das comunicações? (JORNAL DA FEEVALE, 05/1978, capa).

Ainda no mesmo ano, é discutido por Plínio Dall’Agnol a questão do novo currículo de Relações Públicas para 1979. Um dos assuntos é relacionado aos projetos experimentais. Comenta que a Feevale já trabalhava com esse viés, incentivando as turmas a elaborarem projetos para FENAC, FIMEC, SESQUIBRAL, além de projetos em prefeituras e empresas.

No anexo II da Resolução nº 03/78 do CFE, relatado por Dall’Agnol:

Os projetos experimentais, desenvolvidos pelos alunos sob a orientação dos professores e monitores, devem estar voltados para a realização de uma prática profissional intensiva, sendo indispensável, também a avaliação crítica dos trabalhos realizados, como ponto de apoio para gerar uma tecnologia nacional de comunicação social. (JORNAL DA FEEVALE, ,06/1978, p. 2).

Dall’Agnol argumenta que estavam sendo providenciados laboratórios, para o mais breve possível, que serão de planejamento gráfico, de comunicação audiovisual, de pesquisa de opinião pública, fotográfico. Mesmo que a Feevale já dispusesse de alguns laboratórios, outros seriam adaptados.

A sexta turma de Relações Públicas se formou em 15/12/1978. O orador foi Lotário Engelmann, o paraninfo Gilberto Michaelen. O homenageado de honra foi o professor Plínio Dall’Agnol. Os homenageados especiais foram Antônio Alfredo Veiga da Silva, Geraldo Sellins, Roselane Stumpf, José da Silva e Vinícius Bossle. (Revista 25 Anos de Formatura: 1978 – Feevale, 2003, p. 38).

Conforme Jornal Feevale, novembro de 1979, p. 3, o Secretário do Ensino Superior do MEC, Dr. Guilherme Marcos de La Penha visitou a Feevale em 22 de outubro juntamente com seus assessores Artur Horta e Sérgio Fernandes, além do Reitor da Universidade de Caxias do Sul, professor Abrelino Vazatta para reunião com João Carlos Schmitz, Plínio Dall’Agnol e Flávio Bondan comentando sobre o anseio da Feevale em transformar-se em universidade na próxima década. “Se trata de um anseio muito natural e louvável, especialmente agora que o MEC pretende fortalecer as instituições que se organizarem como universidade. Tudo vai depender da maturidade da direção e da gente da FEEVALE”.

O Diretor Geral da Feevale, João Carlos Schmitz, acompanhado do deputado federal Cláudio Strassburger tiveram um encontro com o Ministro da Educação e Cultura, professor Eduardo Matos Portela no dia 29 de outubro. Segundo Schmitz “Portela disse ter recebido ótimas referências da FEEVALE e garantiu que prestará todo o seu apoio às iniciativas que visem a expansão desta federação de faculdades”. (JORNAL FEEVALE, 11/1979, capa).

No mesmo ano, no mês de novembro, em encarte do Jornal Feevale, a primeira edição de o “RP”, elaborada pelos alunos do semestre de Técnicas de Comunicação de Massa I, Ana Maria Ribeiro, Edison Dietrich, Enio Afonso da Rosa, Izabel Cristina Rodrigues Schelle, Izabel Cristina Scherer, Lauro Josauro Fernandes da Silva, Lourdes Judith Olivier, Luiz Laerte Machado, Marcos Baltazar Fehse, Maria Conceição Prates Nilton, Maria Elisete Menin, Marilusa Marta Caetano, Paulo Roberto Kortz, Sandra Maria Bondan, Silvia Mirdes Fleck, Sônia Marx Neves, Ubiracy Fioravante D’Ávila Culau e Iveni da Silveira Vaz. A coordenação do trabalho jornalístico estava a cargo do professor da cadeira, Gilberto

Michaelsen. (JORNAL RELAÇÕES PÚBLICAS - RP, 11/1979, capa).

A seguir dois quadros demonstrativos, um da evolução no número de alunos em cada curso e outro da evolução do número de funcionários e professores da instituição no período estudado (1970 a 1979).

Quadro 8: Demonstrativo da Evolução das Matrículas da Feevale

CURSOS	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Ciências Contábeis	22	47	86	98	115	189	211	273	290	323
Pedagogia	24	34	71	148	148	200	288	347	342	373
Educação Artística	44	63	106	125	126	147	182	208	237	282
Administração	137	216	277	250	265	297	361	402	385	402
Comunicação Social	44	75	119	111	110	115	115	164	196	263
Educação Física	-	-	-	100	189	276	360	322	332	327
Tecnólogo Produção de Couro	-	-	-	-	-	-	-	20	33	42
Tecnólogo Produção de Calçados	-	-	-	-	-	-	-	22	38	47
TOTAL	271	434	659	832	953	1224	1517	1758	1853	2069

Fonte: Adaptado de Schemes e Silva (2003, p. 157)

Observando o quadro, é possível verificar que a Feevale teve um crescimento desde sua instituição até o ano de 1979 (recorte deste estudo). O seu desenvolvimento é visível quanto ao número de cursos ofertados. No ano de 1970 eram cinco cursos: Ciências Contábeis, Pedagogia, Educação Artística, Administração e Comunicação Social. Em 73, apenas três anos após a sua implantação, a Feevale já possuía seis cursos. Além dos citados, foi implantada a Escola de Educação Física.

No ano de 1977 passou a ter oito cursos e se manteve assim até 1979. Foram criados os cursos de Tecnólogo em Produção de Couro e o Tecnólogo de Produção de Calçados. Desta forma, a Feevale inicia com 271 alunos em, 1970, e termina 1979 com 2069 estudantes matriculados.

Quadro 9: Demonstrativo da Evolução dos Professores e Funcionários da Feevale

COLABORADORES	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Professores	20	48	52	66	71	80	90	97	120	142
Funcionários	10	11	21	28	27	38	54	48	66	79
TOTAL	30	59	73	94	98	118	144	145	186	221

Fonte: Adaptado de Schemes e Silva (2003, p. 159)

No quadro é possível perceber a evolução em números de professores e funcionários da instituição. A Feevale inicia o ano de 1970 com 30 colaboradores, distribuídos entre professores e funcionários. No ano de 1979 já possui 142 professores e 79 funcionários. O número de alunos e a oferta de cursos cresceu em 9 anos de existência, assim como, o número de colaboradores, para atender a demanda.

5 MEMÓRIA SOBRE O CURSO DE RELAÇÕES PÚBLICAS DA FEEVALE

Ao propor reconstruir a memória sobre o curso de Relações Públicas da Feevale foi necessário proceder a uma pesquisa bibliográfica e documental, abordando o período de estudo escolhido. O intuito foi o de recolher informações e conhecimentos acerca do objeto de estudo.

Também foi concretizada a leitura e a análise dos depoimentos realizados através da metodologia de história oral, cujos depoentes foram escolhidos de forma intencional. “Recorreremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação, embora muitas circunstâncias a eles relativas permaneçam obscuras para nós”. (Halbwachs, 2006, p. 30).

É possível perceber que, para a reconstrução da memória institucional do curso superior de Relações Públicas da Feevale, foi necessário utilizar a memória individual e a coletiva dos depoentes.

5.1 OS PERCURSOS METODOLÓGICOS

Na seleção dos informantes foi levado em consideração o fato das fontes serem capazes de ajudar a responder o problema proposto e de terem envolvimento com o assunto, disponibilidade e disposição em falar. Conforme Duarte (apud BARROS; DUARTE, 2005), nos estudos qualitativos é preferível poucas fontes de qualidade a muitas sem proeminência. A amostra está mais ligada à significação e a capacidade que as fontes possuem de oferecer informações confiáveis e relevantes, do que a de representatividade estatística de determinado universo. As fontes precisam ser, além de válidas, suficientes para responder à questão de

pesquisa. Os escolhidos são os primeiros docentes e coordenadores do curso de Relações Públicas da Feevale, e o primeiro diretor de ensino da instituição, por ser, dentre os cursos existentes no Rio Grande do Sul, um dos pioneiros. Os depoentes foram:

Quadro 10: Os Depoentes da Pesquisa

Grupo	Depoentes
Docentes do Curso de Relações Públicas da Feevale	Antônio Mario Pascual Bianchi Carlos Alberto Carvalho Cícero Emídio Vaz Emi Maria Santini Saft Eugênia da Silva Wendhausen Fausto de Borba Borjes Geraldo Seelins João Eduardo Pinto Basto Lupi Ramon Georg Von Berg
Coordenadores do Curso de Relações Públicas da Feevale	Plínio Dall’Agnol Vinícius Bossle
Diretor de ensino da Feevale	João Carlos Schmitz

Fonte: A Autora (2012)

O professor Antônio Mario Pascual Bianchi nasceu em 06/07/1939. Ingressou na instituição em 1970 e se desligou em 1971 ou 1972 (não tem certeza). O professor atuava na PUCRS, na Unisinos e na Feevale no mesmo período. Possui formação em Ciências Contábeis e Atuarias, pela PUCRS, Matemática e Especialização em Estatística.

O professor Carlos Alberto Carvalho, nascido em 30/11/1937, ingressou na instituição em 1972 e se desligou em 1975. Além da Feevale, o professor atuava na PUCRS e na UFRGS. Possui formação polivalente em Comunicação Social, pela UFRGS, Ciências Sociais

e Direito. Possui Especialização em Marketing. Na época em que era professor na Feevale, possuía somente formação em Comunicação Social.

O professor Cícero Emídio Vaz ingressou na instituição em 1970 e se desligou no ano de 1972. A Feevale foi a segunda universidade em que atuou. A primeira foi a PUCRS. É psicólogo, Doutor e Livre-Docente em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1972) com Pós-Doutorado (1999) no Departamento de Antropologia da Universidade da Califórnia, em Berkley, Estados Unidos.

A professora Emi Maria Santini Saft nasceu em 07/01/1942. Ingressou na instituição em 1970 e se desligou em 1986 ou 1987 (não lembra). Possui formação em Letras Neolatinas e Mestrado em Teoria Literária. As primeiras instituições de ensino superior em que atuou foram a Feevale e a Unisinos.

A professora Eugênia da Silva Wendhausen, nascida em 19/02/1936, ingressou na instituição em 1972 e não lembra a data de seu desligamento. Coursou Jornalismo na UFRGS, se formando em 1967. Comenta que dentre as disciplinas do curso de Jornalismo existia uma de publicidade e dentro desta um capítulo de Relações Públicas. Foi a primeira mulher a ter registro de provisionada em Relações Públicas (registro nº 12).

O professor Fausto de Borba Borjes, nascido em 23/03/1936, ingressou na instituição em 10/03/1970 e se desligou em 1987. É formado em Letras Clássicas, possui Doutorado em Português. A Feevale foi a primeira instituição de ensino superior em que atuou. Antes disso lecionava Latim, Grego e Literatura Portuguesa em escolas de segundo grau.

O professor Geraldo Seelins nasceu em 07/07/1945. Tem formação em Administração de Empresas e Mestrado em Administração. Entrou na instituição em 1974 e se desligou em 1990. Além de ministrar aulas na Feevale, era professor da PUCRS e da UFRGS.

O professor João Carlos Schmitz nasceu em 30/03/1939 e ingressou na instituição em 24/03/1970 como diretor de ensino, depois passando a diretor geral e se desligou em 1994. Nunca ministrou aulas na Feevale. Foi atuante no processo de elaboração do projeto de constituição da Feevale no ano de 1969. Tem formação em Letras Neolatinas e é Licenciado em Línguas Neolatinas.

O professor João Eduardo Pinto Basto Lupi, nascido em 04/05/1938, em Portugal, ingressou na instituição em 1970, para ministrar um curso preparatório ao vestibular. Desligou-se da Feevale em 1972, quando foi a Portugal fazer uma pós-graduação. Voltou em 75 e começou a trabalhar na Feevale. Saiu de lá em 1979 quando foi para Portugal fazer o Doutorado. Voltou no final de 82, lecionando na Feevale e trabalhando na Secretaria de Educação. Ao entrar na Feevale possuía graduação em filosofia. Depois fez o curso de Pedagogia. Graduou-se em 1979. Kursou pós-graduação em Ciências Políticas e Sociais em Portugal e Doutorado em Filosofia também em Portugal.

O professor Plínio D'Allagnol, nascido em 18/03/1939, ingressou na instituição em 1969 e se desligou em 22/07/1998. A primeira universidade em que atuou foi na Feevale. É Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais, com Pós-graduação em Antropologia Cultural e Mestrado em Ciências – Área de Concentração em Administração Educacional, em Wisconsin, Estados Unidos.

O professor Ramon Von Berg nasceu em 16/12/1938. É bacharel em Direito. A primeira e única instituição de ensino superior na qual atuou foi na Feevale. Entrou no ano de 1970 e se desligou antes dos anos 80.

O professor Vinícius Bossle, nascido em 14/01/1922, ingressou na instituição em 1970 e se desligou em 1991. A primeira universidade em que atuou foi a Feevale. É Jornalista, possui bacharelado em Letras, História e Geografia, pela UFRGS.

Os depoentes deveriam ser 20, porém alguns professores que deveriam fazer parte da amostra não participaram do projeto. São eles Jorge Fernandes Corrêa, Carlos Amaral Freire, Luiz José Fin, Plínio Cabral, Nestor Aluyzio Schuch, Therezinha Aparecida da Rocha Garbin, Dioni Yok Bado e Vinícius Rossé.

Conforme Minayo (1992, p. 198), a análise do material recolhido busca atingir três finalidades que são:

(a) a primeira é heurística. Isto é, insere-se no contexto de descoberta das pesquisas. Propõe-se a uma atitude de busca a partir do próprio material coletado; (b) a segunda é de “administração de provas”. Parte de hipóteses provisórias, informa-as ou as confirma e levanta outras; (c) a terceira é a de ampliar a compreensão de contextos culturais com significações que ultrapassam o nível espontâneo das mensagens.

As entrevistas, exclusivamente, não se sustentam enquanto história oral. Seriam apenas textos estabelecidos, bem como não falam por si. Desta forma trabalha-se com a história oral híbrida. Por esta razão preocupa-se em analisar as entrevistas, pois não se tratam apenas de bancos de história. “Assim, um procedimento analítico implica cruzamentos capazes de diversificar lógicas internas a cada segmento. Análise, pois, é resultado dessas constatações”. (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 131).

Para proceder à análise dos dados, torna-se necessária a transcrição ou transcrição das entrevistas. Esta transcrição deve conter, inclusive, situações ocorridas na entrevista como, por exemplo, o choro ou o riso. Assim como, para ocorrer uma transcrição correta é necessário que tenha havido um adequado entendimento do que foi falado nas entrevistas. Somente após o entrevistado aprovar tal transcrição que procede-se à inserção das entrevistas na tese.

Como procedimento para o tratamento dos dados coletados com os depoentes, através

da metodologia de história oral, foi utilizada a análise textual discursiva. Essa escolha se deu pelo fato do presente trabalho ter optado pela abordagem qualitativa. Conforme Galiazi e Moraes (2011), esta abordagem tem sido utilizada, cada vez mais para a análise discursiva. “A pesquisa qualitativa pretende aprofundar a compreensão dos fenômenos que investiga a partir de uma análise rigorosa e criteriosa desse tipo de informação” (GALIAZZI; MORAES, 2011, p. 11). Para os autores, é necessário que haja afinidade entre leitura e interpretação.

A metodologia foi escolhida porque, deste modo, seria possível construir um cenário que problematizasse o olhar construído pelos docentes, coordenadores e diretor de ensino da instituição pesquisada, de forma a levar a compreensão do contexto de criação do curso de Relações Públicas da Feevale.

Neste procedimento são importantes três momentos ou organização de argumentos, a partir da escolha do *corpus*³². A desmontagem dos textos ou unitarização, o estabelecimento de relações ou categorização e a comunicação da compreensão do estudo ou a construção de metatexto. Conforme Galiazi e Moraes (2011, p. 14):

A análise textual propõe-se a descrever e interpretar alguns dos sentidos que a leitura de um conjunto de textos pode suscitar. Sempre parte do pressuposto de que toda leitura já é uma interpretação e que não existe uma leitura única e objetiva. Ainda que, seguidamente, dentro de determinados grupos, possam ocorrer interpretações semelhantes, um texto sempre possibilita construir múltiplos significados.

O conjunto de textos chamado *corpus* pode ser constituído de produções textuais exclusivamente produzidos para a pesquisa, como “transcrição de entrevistas, registros de observação, depoimentos produzidos por escrito, assim como anotações e diários diversos”,

³² “A análise textual caracteriza-se a partir de um conjunto de documentos denominado “corpus”. Este representa as informações da pesquisa e para a obtenção de resultados válidos e confiáveis requer uma seleção e delimitação rigorosa. Seguidamente não trabalhamos com todo o “corpus””. (Galiazi e Moraes, 2011, p. 14).

conforme Galiazzi e Moraes (2011, p. 17). Também podem ser documentos já existentes, que são “editoriais de jornais e revistas, resultados de avaliações, atas de diversos tipos, entre muitos outros”.

Segundo Galliazi e Moraes (2011), a análise textual discursiva é uma metodologia qualitativa para a análise de dados e de informações, que objetiva produzir novas compreensões sobre fenômenos e sobre discursos. A sua preocupação central é a compreensão, e não a validação ou a refutação de hipóteses.

No primeiro momento, da unitarização, foi necessário repassar três etapas: a fragmentação dos textos e elaboração de uma codificação para cada unidade; a reescrita destas unidades a fim de que estas adquiram um significado e colocação de um nome ou título para cada unidade fragmentada. Após a fragmentação e a codificação, feita por cores, escolhidas aleatoriamente, foi executada a reescrita destas unidades que são as unidades de sentido.

No segundo momento, o da categorização, consiste em agrupamentos decorrentes da unitarização, levando em consideração que pode ser *a priori*, um método dedutivo, que são deduzidas antes do exame do *corpus*. Ou pode ser *a posteriori*.

Foi necessário verificar o entendimento dos depoentes quanto ao objeto de estudo, o curso de relações públicas da Feevale. Inicialmente, o projeto previra um encadeamento simples em torno das entrevistas a serem realizadas, isto é, a ligação entre o *corpus* selecionado a ser analisado, de acordo com os seguintes tópicos: conhecimento acerca de Relações Públicas, currículo de Relações Públicas, como ensinar para Relações Públicas, eventos em Relações Públicas, estágios em RP, empresas do Vale dos Sinos, alunos, convite para trabalhar na Feevale e corpo docente. Essas foram as primeiras categorias pautadas no começo da pesquisa – categorias definidas *a priori*.

No entanto, surgiram novos aspectos, tais como: outras atividades desenvolvidas pelos docentes e deslocamentos. Estas nuances que se tornaram visíveis e frequentes nos depoimentos cuja emergência exigiu a formação de novas categorias – categorias emergentes.

Os quadros a seguir constituem o registro das unidades de sentido, conforme as categorias estabelecidas, para os depoimentos, que são o *corpus* produzido especialmente para esta pesquisa. As unidades de sentido são partes textuais do processo de unitarização, o primeiro momento da análise textual discursiva. Tratam-se de expressões literais, exatamente da forma como aparecem nas entrevistas. Os depoentes não serão identificados e sim numerados em ordem diferente daquela apresentada nos quadros expostos. Os fragmentos decorrentes da unitarização foram agrupados em conjuntos capazes de produzir “resultados válidos e representativos em relação aos fenômenos investigados”. (Galiazzi e Moraes, 2011, p. 17). As unidades de significado foram separadas a partir de semelhanças e de aspectos semelhantes.

As categorias arroladas referem-se ao nome dado aos agrupamentos de unidades de sentido. “O que se propõe na análise textual discursiva é utilizar as categorias como modos de focalizar o todo por meio das partes”. (GALIAZZI; MORAES, 2011, p. 27). Cada categoria está representada pelo título atribuído ao quadro com as unidades de sentido. As unidades de sentido são os fragmentos das falas dos depoentes registradas a seguir:

Quadro 11: Unidades de Sentido para a Categoria - **Conhecimento acerca de RP**

UNIDADES DE SENTIDO
Eu não conhecia nada de relações públicas.
Na época eu me recordo que essa atividade causava uma certa confusão pelo desconhecimento da matéria ao público em geral.
Muitas vezes se pensava que ao Relações Públicas era reservada, prioritariamente, uma função de recepção das pessoas.
Quando entrei no curso de Relações Públicas o que eu conhecia do curso era ligado a sistemas de comunicação, técnica de comunicação, recursos para comunicação, voltados para prática, curso em fase de crescimento, ligado ao “botton na lapela” – aquele que tem “contatos”.
Os professores de RP eram voltados para as empresas.
Em termos de Relações Públicas nós não sabíamos praticamente nada.
Nós tínhamos umas pessoas que se chamavam de provisionadas, era o caso do professor Simões.
Ele era provisionado a atuar como Relações Públicas.
Tinha o capitão Jerônimo, que era um militar ligado ao Palácio que também exercia essas funções e relações públicas nem era considerada uma profissão.
Em termos conceituais nós não tínhamos referencial.
Era tudo realmente criado, experimentado, ajustado, então esse tempo todo que eu trabalhei lá foram anos de renovação constante, as disciplinas não se repetiam, talvez sim na grade curricular, mas não nos conteúdos.
Não sabia nada sobre relações públicas, só umas teorias.
Não conhecia nada. Fiquei conhecendo depois que comecei a dar aula no curso, tinha uma noção é claro, mas se voltava muito mais para marketing do que para RP, por exemplo, ou para vendas.

Fonte: A Autora (2012)

Quadro 12: Unidades de Sentido para a Categoria - **Currículo de RP**

UNIDADES DE SENTIDO
Lembro-me do fato de que havia uma preocupação da direção em atender uma demanda dos alunos de esclarecimento sobre a profissão.
De esclarecer quais eram as atribuições, as prerrogativas profissionais, qual era o perfil do profissional que eles pretendiam com aquele currículo.
Eu participei de reuniões com a direção do curso, com a direção da Feevale e nós trocávamos muitas ideias, porque nós analisávamos, inclusive, currículos de outras universidades e procurávamos, digamos assim, adaptá-los.
Eu procurava transmitir um pouco da minha experiência que eu tinha nessa área já há algum tempo.

Fonte: A Autora (2012)

Quadro 13: Unidades de Sentido para a Categoria - **Como ensinar para RP**

<p>A matemática estava presente porque ela fornece uma base pra poder ser desenvolvida a estatística e tinha a ideia que o pessoal de relações públicas pudesse fazer pesquisa de mercado. Então o grande objetivo da matemática naquele curso era fornecer a base para os alunos.</p>
<p>O que me chamava à atenção lá, que outras faculdades não tinham, nós podíamos convidar professores de fora, algumas vezes até pagando cachê, para fortalecer as aulas. Isso era diferenciado na época.</p>
<p>Eu sou professora de português e logo eu vi que dar aulas de português para o pessoal de Relações Públicas não tinha nada a ver com acento, ponto e vírgula.</p>
<p>Que o que eu tinha que fazer era ajudá-los a escrever para produzir um efeito e essa era uma visão que nem existia na formação de professores de português.</p>
<p>Foi um período de muito trabalho.</p>
<p>Nós fazíamos reuniões muito acaloradas, porque havia professores que não entendiam muito bem como mudar, porque não havia um referencial, como mudar o seu programa, que era facilmente aplicado à administração para Relações Públicas.</p>
<p>Nós trabalhávamos constantemente aperfeiçoando o curso.</p>
<p>A gente concentrava mais em promoção, muito mais em divulgação, área de comunicação, mais em noções de marketing.</p>

Fonte: A Autora (2012)

Quadro 14: Unidades de Sentido para a Categoria - Eventos em RP

<p>Dos eventos que ocorreram na Feevale quando eu estive lá com certeza eu participei.</p>
<p>Em outras ocasiões também procurávamos levar a Novo Hamburgo palestrantes, pessoas que pudessem fazer debates com os alunos, inclusive de outros centros, do Rio de Janeiro, de São Paulo para que pudessem ter esse diálogo com os alunos no sentido de que pudesse ser consolidada, não apenas internamente, mas também consolidada a profissão de Relações Públicas em termos gerais, para que as pessoas tivessem realmente um conhecimento mais preciso, mais detalhado das verdadeiras funções do profissional de Relações Públicas.</p>
<p>Eu sempre procurei participar de atividades da própria faculdade, da própria Feevale, procurei sempre liderar com o apoio dos alunos programações nessa área de Relações Públicas, aí, em determinados momentos do ano nós sempre fazíamos promoções como ligados à Semana Interamericana de Relações Públicas levando palestrantes, promovendo debates, enfim, no sentido de consolidar a atividade de Relações Públicas.</p>
<p>Nós andamos por doze anos Brasil afora participando de congressos, de seminários, de semanas, e aí nós conversávamos com aquelas pessoas que também estavam tentando estruturar a profissão no Brasil.</p>
<p>Então cada vez que a gente fazia aquelas semanas, era uma semana em Caxias. Encontros em Novo Hamburgo, Porto Alegre, São Paulo.</p>
<p>Eu participei de vários congressos em todas as áreas. Em São Paulo. A USP já era grande, inclusive em comunicação. Nós trazíamos material de lá.</p>

Fonte: A Autora (2012)

Quadro 15: Unidades de Sentido para a Categoria - Estágios em RP

<p>Mas logo se criou aquela estrutura de estágios, eram vários estágios e era justamente nesses estágios que a gente conseguia trabalhar com o aluno de uma forma menos estruturada para fazê-lo entender ao vivo, diante de uma situação real como se aplicavam aqueles conhecimentos.</p>
<p>Com os estágios, Raichert, Strasburguer, Catléia, e outras empresas da região passaram a entender relações públicas e a própria Feevale também, logo que formou a primeira turma imediatamente contratou um profissional de RP para ter junto à direção uma assessoria de comunicação forte.</p>

Fonte: A Autora (2012)

Quadro 16: Unidades de Sentido para a Categoria - **Empresas do Vale dos Sinos**

O empresariado via o curso com uma expectativa, mas no início não se entusiasmava muito com o curso.
Veja bem, o empresariado via naquilo a possibilidade de um conhecimento mais profundo dos alunos em determinada área, mas no momento não houve, pelo que eu me recorde, um entusiasmo muito grande.
Existia uma certa hesitação, uma expectativa de que aquilo fosse dar certo, mas sabe como é, quando se começa alguma coisa sempre há assim: será que isso vai efetivamente vingar, será que vai dar certo?
Mas a expectativa dos empresários era que desse certo.
O que eu recorde é que mesmo não sabendo se o curso ia dar certo ou ia vingar, teve uma cooperação grande dos empresários do Vale dos Sinos porque eles sabiam que aquilo ali poderia representar, como de fato veio representar, uma mão de obra qualificada para suas empresas.
Na verdade a ideia do empresário era de que cuidasse melhor das questões de pessoal.
Então, esses alunos, quando a gente atendia nos estágios a gente orientava que aos poucos eles tinham que ir mostrando, apresentando projetos.
Uma porção de alunos se estabeleceu por conta própria.
Criou empresas. Esses, eu acho até que foram mais respeitados.
As empresas não entendiam muito bem o que era Relações Públicas, era um comentário permanente junto aos alunos, puxa, nós temos que conseguir trabalhar melhor a ideia do que faz um RP.

Fonte: A Autora (2012)

Quadro 17: Unidades de Sentido para a Categoria - **Alunos**

Pelo que eu percebia a grande maioria dos alunos era da região mesmo.
O relacionamento com alunos era muito bom e sei que havia preocupações por parte da direção justamente em atender a uma demanda dos alunos de informações a respeito do curso de relações públicas.
Esses alunos de Relações Públicas vinham prioritariamente de Novo Hamburgo e Vale dos Sinos, muitos inclusive trabalhavam ali.
O ambiente era sadio, os alunos empenhados, o clima dos alunos era de expectativa sadia boa.
Eram alunos maduros, alguns empresários, gente que sabia o que queria.
Quando a Feevale foi instituída, os nossos alunos eram todos mais velhos do que nós, os professores, porque eram os industriais da região que não tinham tido acesso ao ensino superior e que agora, por uma questão de proximidade, então aquelas famílias tradicionais de Novo Hamburgo, vieram pra fazer curso superior.
A maioria dos alunos que ia estudar RP era empresário na região.
Tinha pouquíssima desistência dos alunos.
Mescla de alunos com mais idades e alunos com menos idade recém-saídos, na época científico, agora é o ensino médio, e predominava o sexo feminino tinha alunos, obviamente de diversas cidades de volta dali e um ou outro de Porto Alegre, era raríssimo.
Os alunos eram grandes vibradores.

Fonte: A Autora (2012)

Quadro 18: Unidades de Sentido para a Categoria - Convite para trabalhar na Feevale

O João Carlos Schmitz me convidou pra trabalhar lá na Feevale.
Eu fui ministrar aulas lá e, na época, eu estava iniciando minha carreira de professor universitário e como horista eu tinha horários a preencher.
Foi uma oportunidade de expandir minha carreira no curso superior.
Eu fui convidado pela direção da FEEVALE para lecionar lá a partir de 1972.
No ano de 1968, João Carlos Schmitz se apresentou a mim e comentou sobre a construção dos cursos de graduação da ASPEUR e me convidou para ministrar aulas lá.
Eu realmente não me candidatei a trabalhar na FEEVALE porque pra mim seria mais um encargo morando em São Leopoldo e ter que trabalhar em Novo Hamburgo.
Mas quando chegou a hora de instituir a instituição eu fui convidada pelo professor João Carlos Schmitz e acabei aceitando. Eu passei a trabalhar na instituição como horista.
João Carlos que era meu colega, meu amigo, me chamou pra trabalhar na Feevale.
Em realidade todo o trabalho de implantação de cursos superiores em Novo Hamburgo que resultou na criação da FEEVALE começou em 69.
O prefeito da época chamado Alceu Mosmann convidou-me para ser o Diretor do Departamento de Educação e Ensino do Município de Novo Hamburgo, e posteriormente, Secretário Municipal de Educação.

Fonte: A Autora (2012)

Quadro 19: Unidades de Sentido para a Categoria - **Corpo Docente: formação e relacionamento**

<p>Eu lembro que a relação entre os professores era muito boa, mas éramos todos basicamente horistas, então a gente ia lá duas noites ou três, no meu caso três noites.</p>
<p>Nós só encontrávamos aqueles professores que tinham atividades naquelas mesmas noites.</p> <p>No início a gente fazia de tudo, era um grupo de pessoas que tinha que criar uma instituição.</p>
<p>Nós éramos poucos e a gente conseguia afinar muito os discursos. Nossa formação era mais ou menos a mesma. Naquela época nenhum de nós tinha mestrado nem doutorado, todos nós estávamos nos qualificando.</p>
<p>Nem tinha pra essa área. Não tinha nada nessa área.</p>
<p>Naquela época, os professores eram aprovados pelo Conselho Federal de Educação. Então a gente enviava pra lá a lista dos professores com a formação e o Conselho aprovava ou não.</p>

Fonte: A Autora (2012)

Quadro 20: Unidades de Sentido para a Categoria - **Outras atividades desenvolvidas pelos professores**

<p>Já era professor da PUCRS e UFRGS.</p>
<p>Paralelamente a isso, de 71 a 75 eu fui Coordenador de Comunicação Social do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, convidado pelo então Governador Euclides Triguês. Foi uma coisa interessante porque eu criei a primeira assessoria do Estado do Rio Grande do Sul.</p>
<p>Nesta época eu era professor na PUCRS de Porto Alegre, no curso de Psicologia.</p>
<p>Eu trabalhava no ensino público naquela época.</p>
<p>Eu comecei a dar aulas no segundo grau. Em São Leopoldo no Pedro Schneider. Depois lecionei na Unisinos.</p>
<p>Então eu fui convidado a dar aula na PUC, na Federal e na Feevale.</p>

Fonte: A Autora (2012)

Quadro 21: Unidades de Sentido para a Categoria - Deslocamentos: ir e vir à Feevale

<p>Embora os sacrifícios do deslocamento para Novo Hamburgo, duas vezes por semana à noite, eu lecionava à noite lá. Até hoje os problemas de trânsito, tráfico pesado de veículos, eles até hoje persistem aqui na nossa BR e eu tinha que sair de Porto Alegre em torno de 18 horas, 18:15, pra poder chegar às 19:30 para iniciar as aulas então na FEEVALE.</p>
<p>Foi muito sacrificado, bastava ter algum acidente em Canoas, Esteio, Sapucaia ou São Leopoldo e já o trânsito ficava totalmente congestionado, muitas vezes interrompido, e essa viagem que se faz normalmente 20, 25 minutos de Porto Alegre à Novo Hamburgo, digamos, um pouquinho mais, 30 minutos se a estrada estivesse limpa, às vezes durava uma hora e meia ou mais.</p>
<p>Isso foi me dando uma certa angústia, porque quando chegava assim final de tarde nos dias em que eu lecionava aquele deslocamento sempre me causava apreensão no sentido de talvez não chegar no horário.</p>
<p>Mas, via de regra, se conseguia chegar e se dava às aulas até em torno de dez e meia da noite, então isso eu fiz duas vezes por semana.</p>
<p>Nós íamos de Porto Alegre a Novo Hamburgo de carro. As aulas eram de noite.</p>
<p>Nos revezávamos no carro. A estrada era boa, não tinha movimento. Em 30 minutos saíamos de Porto Alegre e estávamos lá.</p>
<p>Para mim era complicado o deslocamento até a Feevale. Inclusive eu peguei toda a duplicação da BR pra Novo Hamburgo.</p>
<p>Então havia noites que o engarrafamento era brutal e a gente saía do asfalto e entrava no barro e com filhos pequenos.</p>
<p>Eu saía de casa mais ou menos 18:30 e voltava 23:15, 23:30.</p>
<p>Eu me envolvia muito mais na empresa que eu era funcionário e saia correndo para ir para lá, sai de POA de carro felizmente na época a BR era bem mais limpa, não tinha muito movimento então conseguia chegar a tempo.</p>
<p>A aula começava a sete horas, uma coisa assim até as 22:30 se não me engano.</p>

Fonte: A Autora (2012)

Com as categorias já demarcadas passou-se para a última etapa, a construção do *metatexto*. A produção do metatexto, combinando descrição e interpretação, foi realizada

levando em consideração uma ordem cronológica dos fatos de acordo com as narrativas. Caldas (1999) comenta que o passado narrado pelo depoente é sempre fragmentado, distorcido. Isto ocorre porque quando o indivíduo lembra de algum fato ou acontecimento passado de sua vida, não o faz de forma cronológica, estática. Ao contrário, quando conta algo, lembra de outros fatos que o influenciaram naquele movimento. (LOZANO apud FERREIRA; AMADO, 1996).

5.2 A MEMÓRIA SOBRE O CURSO ATRAVÉS DOS DEPOENTES

Dispõe-se a seguir da interpretação e da síntese das convergências, agrupadas em categorias delimitadas *a priori* e *a posteriori*. O texto intercala fragmentos das falas dos entrevistados com redação interpretativa, combinando descrição e análise. Foi possível verificar durante as entrevistas que a memória individual e a memória coletiva ficam evidentes em diversos momentos das falas. Ainda que os fatos históricos sejam os mesmos, quando contados através da visão de cada depoente há algumas alterações nas percepções individuais, pois resgata a memória individual e coletiva de forma a criar documentos através das fontes orais coletadas. Também é perceptível a memória institucional nas falas, que percorre grande parte dos discursos.

a) Relações Públicas: o que são

Relações Públicas surge como profissão em 1968, em período de ditadura militar brasileira. O depoente 4 comenta que os docentes da Feevale não sabiam algo acerca do que era relações públicas. “Nós tínhamos umas pessoas que se chamavam de provisionadas, era o

caso do professor Simões. Ele era provisionado a atuar como Relações Públicas. Tinha o capitão Jerônimo, que era um militar ligado ao Palácio que também exercia essas funções e relações públicas nem era considerada uma profissão”. Conforme este depoimento é possível verificar a dificuldade que era entender a nova profissão. O depoente 6 comenta que: “Não sabia nada sobre relações públicas, só umas teorias”. O depoente 8 argumenta que “Os professores precisavam estudar a profissão. Criaram os programas em cima do perfil profissional que se queria implantar. Em face à experiência universitária desses professores não houve dificuldades em criar”.

Pra o depoente 2, “Na época eu me recordo que essa atividade causava uma certa confusão pelo desconhecimento da matéria ao público em geral. Muitas vezes se pensava que ao Relações Públicas era reservada, prioritariamente, uma função de recepção das pessoas”.

O depoente 7 comenta que não conhecia Relações Públicas, mas “fiquei conhecendo depois que comecei a dar aula no curso, tinha uma noção, é claro, com curso, mestrado, mas se voltava muito mais para marketing do que para RP, por exemplo, ou para vendas”.

Afirma o depoente 9 que o desconhecimento da profissão juntamente com a questão da docência não foi problema: “Não conhecia nada de RP naquela época. Mas como os alunos não conheciam e os professores também não, eu percebi que não era um impedimento dar aulas no curso”.

O depoente 1 corrobora com o depoente 9: “Eu não conhecia nada de relações públicas”. Mas acreditava na ideia de que RP fizesse pesquisas de mercado, de opinião. Pelo Regulamento da Lei nº 5.377, de 11 de dezembro de 1967, que disciplina o exercício profissional de Relações Públicas, no capítulo II, Art 4º, consideram-se atividades específicas de Relações Públicas as que dizem respeito: “e) ao planejamento e execução de campanhas de opinião pública”.

O depoente 8 lembra o fato da criação de um curso de RP:

Relações Públicas foi o seguinte: todo o curso que se propôs criar na implantação da Feevale ele teve origem numa pesquisa de mercado, “quais os cursos que deveriam ser implantados”, então essa pesquisa envolveu toda a região e nós tínhamos todo um rol de cursos e fomos pesquisar junto a concluintes do segundo grau, junto a empresários, em instituições quer públicas, quer privadas e uma das deficiências existentes no ensino superior gaúcho era exatamente a falta de um curso de relações públicas. Nós andamos fazendo estudos e, no exterior, principalmente nos Estados Unidos a profissão de relações públicas era muito conceituada. Então decidiu-se, sempre em comissão, nunca da cabeça de um só. Então a comissão decidiu, com base nas pesquisas realizadas, que criar uma escola de Relações Públicas seria uma medida correta e acertada. Com base em pesquisas, nunca na intuição, sempre em pesquisa real de dados de mercado de trabalho.

Defende que a comissão que elaborou o projeto da Feevale acreditava que a profissão poderia ser implantada. O fato de existir flexibilidade na formação do RP seria importante para vinculá-la à área empresarial, ao mercado e a outros tipos de instituição.

O depoente 9 afirma que:

Estávamos à procura do que era RP. Isso, eu creio que foi muito interessante. Por um lado os empresários não estavam interessados. Nós mesmos, alunos e professores, sabíamos que havia resistência por parte dos empresários, que havia esse preconceito de que relações públicas era menino de servir café. Nós estávamos interessados em definir um perfil que se apresentasse como válido, mas não tínhamos uma meta fixa. Nós estávamos procurando alguma coisa que servisse como relações públicas para a região. Algo que os empresários daquela mentalidade fossem capazes de aceitar.

E continua:

Então, o certo é que todos nós queríamos definir um perfil pra relações públicas que fosse aceitável, isto é, o que é relações públicas - porque não vamos inventar nada a partir do zero - e que fosse aceitável na região. Porque todos eles trabalhavam, os alunos. Creio que não havia ninguém que não trabalhasse. Caso houvesse alguns que não trabalhavam eram poucos. A maior parte já estava trabalhando, pelo menos a primeira turma. E eles queriam fazer alguma coisa que, na empresa deles fosse aceitável. Nós não estávamos procurando um relações

públicas ideal, mas um relações públicas aceitável nas empresas da região. Claro que eu li alguma coisa, andei procurando.

O depoente 9 comenta o que conhecia a respeito: “RP era diferente porque era pra ser um curso, vamos dizer, de humanização da empresa. Um curso em que se fizessem relações internas e relações externas. Não apenas externas”. Continua argumentando que os alunos ao entrarem para o curso estavam pensando em outro tipo de empresa, senão, de acordo com a percepção dele, iriam fazer administração ou contábeis.

Pelo Regulamento da Lei nº 5.377, de 11 de dezembro de 1967, que disciplina o exercício profissional de Relações Públicas, no Capítulo I, Art 1º:

A atividade e o esforço deliberado, planejado e contínuo para esclarecer e manter compreensão mútua entre uma instituição pública ou privada e os grupos e pessoas a que esteja direta ou indiretamente ligada, constituem o objeto geral da profissão liberal ou assalariada de Relações Públicas.

Porém, isto ainda não é de conhecimento dos docentes, na época. Tudo era novo.

Segundo o depoente 9:

No início o que eu fazia era bastante limitado. Vamos procurar o que é um relações públicas pra ver o que o curso poderia fazer pra eles. Estávamos procurando. Administração todo mundo já sabia o que era, contábeis, educação física. E, nesse sentido era interessante o curso, era um curso que estava procurando definir, não só a si mesmo como curso, mas a própria função do relações públicas. Estava procurando se encontrar, o que é o relações públicas.

As assertivas acima vão ao encontro do que argumenta Simões (2001) sobre a dificuldade de se encontrar uma conceituação a respeito do que vem a ser relações públicas e que sem o uso de um explicativo anterior, como profissão, profissional, disciplina, atividade ou outros podem levar a distorções nas interpretações. No presente trabalho não foi dado

ênfase a este fato, levando em consideração que o relevante, nos depoimentos, seria de apreender qual era o conhecimento geral dos primeiros docentes, coordenadores e diretor de ensino acerca do significado de relações públicas.

O depoente 3 comenta que:

Quando entrei no curso de Relações Públicas o que eu conhecia do curso era ligada a sistemas de comunicação, técnica de comunicação, recursos para comunicação, voltados para prática, curso em fase de crescimento, ligado ao “botton na lapela” – aquele que tem “contatos”. Os professores de RP eram voltados para as empresas.

Tal desconhecimento se dava também pelo fato da pouca circulação de RP no país. Em termos profissionais, apenas em 1972 ocorreu o 1º Congresso Brasileiro de Relações Públicas, que teve participação de alunos e docentes da Feevale.

“É muito comum atribuímos a nós mesmos, como se apenas em nós se originassem, as ideias, reflexões, sentimentos e emoções que nos formam inspiradas pelo nosso grupo” (Halbwachs, 2006, p. 65). Refletindo sobre isto é possível perceber a memória individual surgindo através dos sentimentos de cada depoente com relação ao conhecimento do que viria a ser RP, mesmo que seja uma percepção do grupo.

b) Currículo de Relações Públicas

Antes da criação do curso de RP da Feevale, em 1970, existia o curso da Escola de Comunicação e Artes, da Universidade de São Paulo, ensinando com currículo próprio. Apenas em 1969 ocorreu a Resolução nº 11/69, de 06 de agosto de 1969, que apresentou relações públicas como uma das habilitações do curso superior de comunicação social. A Feevale iniciou com currículo próprio.

O depoente 8 lembra que:

A implantação do primeiro currículo de relações públicas foi concretizada através de estudos que realizamos, tanto em São Paulo quanto em cursos do exterior. Criamos dando enfoque também em algumas disciplinas instituídas levando em consideração a realidade regional, na época era o “boom” do calçado, era importante, então nós tínhamos que fazer um currículo que se aproximasse da realidade regional e econômica, principalmente.

Continua comentando a respeito das escolhas referentes ao corpo docente, pois os professores da PUCRS foram importantes para dar qualidade às disciplinas do currículo e que estes poderiam trabalhar na instituição o tempo que quisessem. O corpo docente era escolhido pensando de que forma poderia enriquecer o currículo do curso. A própria instituição se preocupava em formar os futuros professores.

O mesmo depoente assevera:

Defendíamos a tese de não mudar muito o currículo do curso, seja de relações públicas ou de outros. O que se procurava fazer era adaptar os conteúdos às novas realidades, às novas situações, uma forma de alterar um curso não é apenas trocar disciplinas e sim trabalhar os conteúdos. Isso se fazia com muita frequência porque evitava uma burocracia muito grande porque, para mudar um currículo, na ocasião, enquanto Federação, tinha que se submeter ao Conselho Federal de Educação. Cada vez que se submetia ao Conselho era uma demora muito grande

entre a proposta e a implantação. Então a estratégia foi trabalharmos os conteúdos porque os conteúdos poderiam ser modificados pelos conselhos internos da Feevale.

Acreditava que, para não alterar as disciplinas do currículo, era essencial convidar profissionais de diferentes áreas como forma de enriquecer o conhecimento dos alunos. Continua: “Deve-se mexer nos conteúdos. Eu não era muito a favor de ficar trocando as disciplinas do currículo”. O narrador comenta que era mais acertado convidar profissionais de diferentes áreas para ministrar palestras e seminários com conteúdos que pudessem ser assimilados pelos alunos do que trocar currículo.

Conforme documentação encontrada, o currículo do curso de relações públicas se manteve o mesmo de 1970 a 1979. Analisando os currículos da instituição e a Resolução nº 11/69, de 06 de agosto de 1969, não fica evidente se a Feevale se utilizou dele como base. Pode depreender-se que, pelo nome das disciplinas, algumas estão em sintonia com a Resolução, e outras não. Para se poder comprovar, seria necessário analisar os conteúdos programáticos das disciplinas e então compará-las ao documento oficial. Por dois motivos isto não foi feito. O primeiro: a Feevale não possui os conteúdos programáticos do currículo de 1970. O segundo: os conteúdos programáticos não são o objetivo da presente tese. Quanto à carga horária, o curso da Feevale possuía uma duração mínima de 1.800 horas/aula, enquanto a resolução nº 11/69 estabelecia que a duração mínima era de 2.200 horas/aula, um indicativo de que o currículo da Feevale era menor do que o currículo oficial.

O depoente 2 argumenta: “Eu participei de reuniões com a direção do curso, com a direção da Feevale e nós trocávamos muitas ideias, porque nós analisávamos, inclusive, currículos de outras universidades e procurávamos, digamos assim, adaptá-los”. Ele procurava repassar, nestas discussões, parte da sua experiência profissional para auxiliar a respeito de elaboração de currículos.

O depoente 10 comenta que a Feevale fez uma pesquisa, coordenada pelo professor Vinícius a fim de adequar o currículo à realidade regional.

Nos depoimentos acima é possível constatar a memória institucional, pois as questões curriculares estão diretamente ligadas ao funcionamento do curso.

c) Relações Públicas: como ensinar

Observa o depoente 8 que os professores precisavam estudar a nova profissão e criar programas pensando no perfil profissional a ser implantado na região. Devido à experiência profissional dos docentes não houve dificuldade.

Para o depoente 4, “em termos conceituais nós não tínhamos referencial. Era tudo realmente criado, experimentado, ajustado, então esse tempo todo que eu trabalhei lá foram anos de renovação constante, as disciplinas não se repetiam, talvez sim na grade curricular, mas não nos conteúdos”. Continua comentando que “nós trabalhávamos constantemente aperfeiçoando o curso”. E que foi um período de muito trabalho. “Nós fazíamos reuniões muito acaloradas, porque havia professores que não entendiam muito bem como mudar, porque não havia um referencial, como mudar o seu programa, que era facilmente aplicado à administração para Relações Públicas”.

Se for levada em consideração a Lei nº 5.377, a respeito das atividades específicas de relações públicas nas quais há a informação de caráter institucional entre a entidade e o público, através dos meios de comunicação; a coordenação e planejamento de pesquisas da opinião pública, para fins institucionais; o planejamento e supervisão da utilização dos meios audio-visuais, para fins institucionais; o planejamento e execução de campanhas de opinião pública; o ensino das técnicas de Relações Públicas, já existiam diretrizes sobre as atividades

que poderiam ser executadas por um profissional. Além disso, para o ensino de relações públicas, poderia-se utilizar a lei como embasamento.

O depoente 7 observa: “A disciplina era Marketing, não existia publicação em português em Relações Públicas, então a gente trabalhava Marketing. A gente concentrava mais em promoção, muito mais em divulgação”. Complementa:

Eu trabalhava muito mas o que era produto, que era demanda, comentava sobre a necessidade de fazer investigação, pesquisa, falava alguma coisa sobre venda para eles entenderem que era importante integrar, haver uma integração, entre Relações Públicas e não só a comunicação, também tinha que ter contato com vendedor, que na época era um vendedor feito na prática, aprendia na prática, não tinha uma formação maior, um nível de escolaridade baixo, então isso era uma verdade na época, num mercado de calçados, que era o mercado da região, então eram muitos representantes, que eram da região e se mudavam para outras cidades e lá enriqueciam, representando indústrias de calçados e vendendo para o centro de SP, RJ, MG e alguns para o nordeste.

O depoente 11 diz que:

Eu tentei, no magistério, derrubar essa coisa de aula só expositiva. Eu fazia os alunos trabalharem em aula mais ou menos como eu aprendi nesse curso de formação didática. Pequenos grupos com um coordenador, um relator, que produziam um trabalho para depois apresentar ao grande grupo. Praticamente todas as turmas eu trabalhei assim. Isso obrigava a faculdade a ter uma biblioteca, pra todo mundo ter acesso.

Para o depoente 3: “O que me chamava à atenção lá, que outras faculdades não tinham, nós podíamos convidar professores de fora, algumas vezes até pagando cachê, para fortalecer as aulas. Isso era diferenciado na época”.

O depoente 4 informa que:

Eu sou professora de português e logo eu vi que dar aulas de português para o pessoal de Relações Públicas não tinha nada a ver com acento, ponto e vírgula.

Que o que eu tinha que fazer era ajudá-los a escrever para produzir um efeito e essa era uma visão que nem existia na formação de professores de português.

Com relação ao assunto, o depoente 1, da área da matemática, observa:

Eu não conhecia nada de relações públicas, mas matemática é uma disciplina básica. A matemática estava presente porque ela fornece uma base pra poder ser desenvolvida a estatística e tinha a ideia que o pessoal de relações públicas pudesse fazer pesquisa de mercado. Então o grande objetivo da matemática naquele curso era fornecer a base para os alunos.

E o depoente 11 comenta que:

Essa cadeira Instituições de Direito Público e Privado é uma cadeira muito interessante porque ela te dá uma visão panorâmica do Direito Constitucional, vais trabalhar com a Constituição Federal. Eu fazia o pessoal abrir a Constituição e pesquisar, dá noções básicas de Direito Civil, de Direito Comercial e até Direito do Trabalho. Mas eu não sei muito bem como é que o pessoal de relações públicas poderia usar o direito, a não ser que fosse pra trabalhar com uma notícia ou dentro de uma empresa. Porque eu achava que o direito tinha muita relevância para ciências contábeis ou administração de empresas. Aí eu tinha esse enfoque de mostrar pros alunos que os ramos do direito, embora se inter relacionem, hoje tu tens, já se apresentava isso na época, tu tens áreas muito bem especializadas. O que eu tentava mostrar aos meus alunos? Que se eles tivessem um problema na área penal eles não deveriam contratar um advogado da área trabalhista e vice versa. Naquela época o direito já começava a seguir especialidades. Hoje nós temos advogados que só fazem direito previdenciário, outros só fazem direito tributário e assim por diante. Era importante mostrar isso. Eu acho que essa mensagem foi dada.

Continua abordando sobre a formação em direito, que abre uma gama de possibilidades e que fornece uma visão abrangente. Acredita tenha auxiliado a ministrar aulas no curso de RP.

O depoente 9 argumenta que tinha formação em filosofia. Como existia a disciplina de Filosofia Social ofereceu-se para ministrá-la, pois não havia mais ninguém com essa formação: “Era a disciplina que eu podia aplicar um pouco de filosofia e mais alguma coisa

de política internacional e me interessava. Nesse sentido eu me dei bem com o curso de Relações Públicas”.

Nos depoimentos em como ensinar RP está evidente a memória coletiva, pois a percepção individual de cada um recai numa memória coletiva, pois foram questões percebidas de forma geral por quase todos os depoentes e, além de tudo, de maneira similar.

d) Relações Públicas: eventos

Quanto à questão dos eventos, é possível verificar que a Feevale, com seu curso de Relações Públicas, era atuante, apesar da movimentação com relação aos eventos ainda ser pouca no Brasil.

O depoente 8 informa que: “Os eventos ajudam a consolidar um curso, a mostrar uma profissão à juventude interessada. Então, a Semana Internacional de Relações Públicas foi um evento importante, dentre outros que o curso de relações públicas promoveu”.

O narrador 6 participou de vários congressos em todas as áreas. “Em São Paulo. A USP já era grande, inclusive em comunicação. Nós trazíamos material de lá”.

Já o depoente 8 acredita que: “Uma instituição tem que ter abertura tanto para ir ao encontro do mercado como para trazer profissionais e empresários dentro da instituição, então isso foi a inovação da Feevale no ensino superior com resultados extraordinários”. Afirmou que os empresários estavam exportando calçados para o exterior e tinham muita experiência profissional que não poderia ser repassada pelo professor.

O depoente 2 assevera:

Eu sempre procurei participar de atividades da própria faculdade, da própria Feevale, procurei sempre liderar com o apoio dos alunos programações nessa área de Relações Públicas, aí, em determinados momentos do ano nós sempre fazíamos promoções como ligados à Semana Interamericana de Relações Públicas levando palestrantes, promovendo debates, enfim, no sentido de consolidar a atividade de Relações Públicas.

A depoente 4 argumenta: “Nós andamos por doze anos Brasil afora participando de congressos, de seminários, de semanas, e aí nós conversávamos com aquelas pessoas que também estavam tentando estruturar a profissão no Brasil”.

Os eventos que ocorreram, relacionados à área de RP nos anos 70, conforme Kunsch (1997) foram:

Em 1972, ocorre o 1º Congresso Brasileiro de Relações Públicas, realizado em Petrópolis (RJ), promovido pela ABRP.

Em 1979, ocorre a XI Conferência Interamericana de RP, promovida pela FIARP e pela ABRP, realizado em São Paulo.

Na realidade, foram poucos eventos ocorridos na área. Mesmo assim, percebe-se o esforço da Feevale e do professorado em participar deles. A memória institucional é recorrente nestes depoimentos.

e) Relações Públicas: estágios

Apesar da Resolução nº 11/69 não contemplar o estágio na sua grade curricular, a Feevale demonstra ter preocupações com relação a isto.

O depoente 10 comenta que “Tínhamos convênio com as empresas para colocar os alunos no mercado de trabalho. Para comprovar junto ao Conselho Federal que nós dávamos trabalho prático com as empresas nós firmávamos convênios com empresas e prefeituras”.

O narrador 4 argumenta:

Mas logo se criou aquela estrutura de estágios, eram vários estágios e era justamente nesses estágios que a gente conseguia trabalhar com o aluno de uma forma menos estruturada para fazê-lo entender ao vivo, diante de uma situação real como se aplicavam aqueles conhecimentos. Porque esse é um grande desafio na universidade quando se trabalha com uma área altamente aplicada como é essa das relações públicas, como se traduz, por exemplo, a base de conhecimento filosófico sobre o ser, o seu papel no mundo, como é que tu traduzes esse conhecimento num melhor relacionamento, pra criar uma estrutura mais humana, mais humanizada da empresa. Se confundia, muitas vezes, relações públicas com departamento de pessoal, festinha de aniversário e coisas desse tipo.

No depoimento acima percebem-se detalhes a respeito da questão dos estágios, ainda não apresentados por outros depoentes. Pode-se inferir que, conforme Halbwbachs (2006), a memória individual existe, mas está enraizada em diferentes contextos que a simultaneidade ou a contingência aproxima por um instante. A rememoração pessoal situa-se entre as múltiplas redes de solidariedade em que se está envolvido.

O depoente 8 afirma que a Feevale tinha um relacionamento com representantes gaúchos na Câmara dos Deputados. Então, os estágios eram uma forma de aproximar também o aluno do meio político. “Os deputados do Rio Grande do Sul, Cláudio Strassburguer, Arnaldo da Costa Prieto davam essa aproximação e essa oportunidade do nosso acadêmico participar durante um período em Brasília”. E termina comentando que “o aluno, ao retornar, contava sua experiência do estágio realizado na Câmara dos Deputados em Brasília”.

f) Empresas do Vale dos Sinos x Mercado de trabalho para RP

Fica claro, conforme os relatos e a documentação, que a economia da região era a indústria coureiro-calçadista. No final dos anos 60 houve o início das exportações, o que, de várias formas, afetou a região e demonstrou a necessidade de implantação do ensino superior. Tudo isso corroborado com o censo sócio-econômico realizado em 1969. A Unisinos já existia. Conforme o depoente 9, “De um modo geral, a região era assim: embora o ambiente empresarial fosse muito limitado à fábrica de calçados e a função da fábrica de calçados e o empresário da fábrica de calçados, a população não era limitada”.

O depoente 8 comenta que o mercado de trabalho para RP era muito novo e que se fazia necessária a realização de um esclarecimento para que houvesse um entendimento do que viria a ser esta nova profissão. “Não foi fácil, foi árduo”.

Já o depoente 10 assevera: “Os alunos já entravam nas empresas como ‘chefe de departamento de vendas – chefe de pessoal’. Poucos nas atividades de RP. Vários criaram empresas em publicidade e propaganda, egressos da Feevale. Ex-alunos viraram professores do curso”. E continua comentando que não existiam departamentos de comunicação nas empresas pelo fato de que as grandes já possuíam agências de publicidade e propaganda.

O depoente 2 acredita que os empresários enxergavam o curso com expectativa. Acreditavam que o curso pudesse formar profissionais capacitados para atuarem nas empresas. Porém, no início, não se entusiasmavam.

Veja bem, o empresariado via naquilo a possibilidade de um conhecimento mais profundo dos alunos em determinada área, mas no momento não houve, pelo que eu me recordo, um entusiasmo muito grande. Existia uma certa hesitação, uma expectativa de que aquilo fosse dar certo, mas sabe como é, quando se começa alguma coisa sempre há assim: será que isso vai efetivamente vingar, será que vai dar certo? Mas a expectativa dos empresários era que desse certo.

Também argumenta:

O que eu me recordo. Tudo que é feito inicialmente é uma experiência e as experiências sabe que podem dar certo e podem não dar certo. O que eu recordo é que mesmo não sabendo se o curso ia dar certo ou ia vingar, como eu disse, teve uma cooperação grande dos empresários do Vale dos Sinos porque eles sabiam que aquilo ali poderia representar, como de fato veio representar, uma mão de obra qualificada para suas empresas.

Segundo o depoente 4:

Nós nos reuníamos, tinha o professor Jardim, uma série de pessoas que eram idealistas, tinham uma certa experiência profissional e achavam que aquilo poderia ser muito útil para o Vale do Rio dos Sinos porque estava explodindo todo aquele mercado de calçado já com relacionamentos internacionais e com uma dificuldade muito grande de pessoas capacitadas para lidar com públicos, não só com a estrutura de fabricação e de venda, mas lidar com esses públicos todos diferentes e com isso, quando a Feevale foi instituída, os nossos alunos eram todos mais velhos do que nós, os professores, porque eram os industriais da região que não tinham tido acesso ao ensino superior e que agora, por uma questão de proximidade, então aquelas famílias tradicionais de Novo Hamburgo, vieram pra fazer curso superior e, anos depois, vieram seus filhos e nós fomos formadores da primeira geração de empreendedores ali e em seguida da segunda e até da terceira geração.

O depoente 4 complementa informando que o empresário imaginava que RP poderia cuidar melhor das questões de pessoal:

Então, esses alunos, quando a gente atendia nos estágios a gente orientava que aos poucos eles tinham que ir mostrando, apresentando projetos. Eles tinham aprendido a fazer projeto nos estágios, fazer projetos, colocar sobre a mesa, fazer o empresário pensar, vai abrindo espaço, mostrando que havia outras alternativas, outras possibilidades. Uma porção de alunos se estabeleceu por conta própria. Criou empresas. Esses, eu acho até que foram mais respeitados.

Sabia que alguns alunos abriram empresas e com isso puderam exercer as atividades.

Acredita, inclusive, que estes alunos eram os mais respeitados.

Nestes depoimentos aflora a memória individual de cada depoente, visto que são relatados alguns acontecimentos em que um ou outro docente participou e a forma como a questão do mercado de trabalho para RP era visualizada por eles.

g) Os alunos da Feevale

O depoente 1 comenta que a grande maioria dos alunos era procedente da região do Vale dos Sinos. O depoente 2 corrobora argumentando que muitos deles trabalhavam ali na região também.

Segundo o narrador 11: “O grupo de alunos era muito interessante. Eu tive alunos, como Miguel Schmitz, que foi prefeito de Novo Hamburgo, irmão do João Carlos. Outro aluno, Adroaldo Carlos Almondi, que depois foi dono da Elevadores Sur e outros”.

O depoente 1 afirma que o relacionamento com o corpo docente era bom e que havia preocupação da direção da instituição em manter informações aos alunos, referentes ao curso de relações públicas.

“O ambiente era sadio, os alunos empenhados, o clima dos alunos era de expectativa sadia boa. Eram alunos maduros, alguns empresários, gente que sabia o que queria”. (Depoente 3).

Pode-se inferir que essa rememoração do depoente 3 faz parte da sua memória individual, levando em consideração que ninguém lembrou deste fato. Pelo menos, este detalhe acerca dos alunos não foi relevante a ponto de ser armazenado em suas memórias. A memória individual parte da premissa de que: “O depoimento da testemunha só tem sentido, em relação a um grupo do qual esta faz parte, porque pressupõe um evento real vivido outrora

em comum e depende do contexto de referência no qual atualmente transitam o grupo e o indivíduo que atesta aquele depoimento”. (HALBACKS, 2006, p. 12).

O depoente 4 registra que grande parte dos alunos eram mais velhos que os professores. Muitos industriais da região, que não tiveram acesso ao ensino superior, com a implantação da Feevale resolveram frequentar um curso superior. O depoente 6 informa que a maioria dos alunos que procuravam o curso de RP eram os empresários da região. Também assegurou que havia pouca desistência dos alunos.

De acordo com o depoente 7 tinham alunos de todos os tipos, com mais idade e menos idade, mas predominava o sexo feminino, vindos de diversas cidades da região.

h) Convites para trabalhar na Feevale

Conforme o depoente 1, foi João Carlos Schmitz que o convidou para trabalhar na Feevale.

Eu fui ministrar aulas lá e, na época, eu estava iniciando minha carreira de professor universitário, então eu já estava na PUCRS, eu era professor horista na PUCRS, era professor horista na Unisinos. E como horista eu tinha horários a preencher. No primeiro momento até ficou muito boa aquela equação porque eu tinha noites na Unisinos e noites na Feevale. E na PUCRS eu dava aulas de dia. Enfim, foi uma oportunidade de expandir minha carreira no curso superior.

E continua: “Atraiu-me o fato de participar da implantação de uma nova faculdade, vivenciar aquele momento todo, aquelas preocupações e providências todas que envolvem a fundação de uma faculdade. Isso foi um atrativo”.

O depoente 2 possuía formação em Comunicação Social e, como já era professor em outras instituições, foi convidado para ministrar aulas na Feevale, a partir de 1972. Também havia participado de palestras e debates, mesmo antes de possuir vínculo empregatício com a instituição.

O depoente 4 observa:

Eu realmente não me candidatei a trabalhar na Feevale porque pra mim seria mais um encargo morando em São Leopoldo e ter que trabalhar em Novo Hamburgo. Mas quando chegou a hora de instituir a instituição eu fui convidada pelo professor João Carlos Schmitz e acabei aceitando. Eu passei a trabalhar na instituição como horista. Eu acho que eu dava uma ou duas noites apenas, principalmente porque era noturno o trabalho. Eu tinha criança pequena.

Argumenta que foi uma experiência interessante.

O depoente 3 assevera:

No ano de 1968, João Carlos Schmitz se apresentou a mim e comentou sobre a construção dos cursos de graduação da ASPEUR e me convidou para ministrar aulas lá. Para isto, eu e alguns professores emprestamos os nossos diplomas para ajudar na autorização de funcionamento dos cursos. Nesta época eu era professor na PUCRS de Porto Alegre, no curso de Psicologia. Os professores que colocavam seus diplomas à disposição para a autorização dos cursos eram obrigados a assumir as disciplinas caso o curso fosse autorizado. Então, em 16 de março de 1970 eu assumi as disciplinas de Psicologia nos cursos autorizados.

O depoente 9 comenta que foi João Carlos ou Dioni que o convidou para ministrar aulas na Feevale. Lembra que João Carlos era seu amigo de infância.

Com relação aos depoimentos a cerca do convite para se vincular à Feevale é possível presenciar a memória individual, pois o momento de vida de cada um, na implantação da Federação, surge neste momento.

i) Corpo Docente

Torna-se necessário conhecer a formação acadêmica dos primeiros docentes, dos primeiros coordenadores do curso de Relações Públicas e do diretor de ensino a fim de verificar de que forma estes puderam colaborar ministrando disciplinas no curso. Abaixo, há um quadro expositivo dos doze depoentes, suas respectivas formações acadêmicas e as disciplinas que ministravam no curso.

Quadro 22: A formação Acadêmica e as Disciplinas Ministradas Pelos Depoentes da Pesquisa

Depoentes	Formação acadêmica	Disciplina
Antônio Mario Pascual Bianchi	Ciências Contábeis e Atuarias, Matemática e especialização em Estatística	Matemática
Carlos Alberto Carvalho	Polivalente em Comunicação Social,	Técnicas de comunicação de massa
Cícero Emídio Vaz	Psicologia, Doutor e Livre-Docente em Psicologia	Psicologia Social
Emi Maria Santini Saft	Letras Neolatinas e Mestrado em Teoria Literária	Português
Eugênia da Silva Wendhausen	Jornalismo	Técnica de RP e seu Planejamento
Fausto de Borba Borjes	Letras Clássicas	Português
Geraldo Seelins	Administração de Empresas e Mestrado em Administração	Teoria Geral da Administração
João Carlos Schmitz	Letras Neolatinas e Licenciado em Línguas Neolatinas	Não ministrava aulas
João Eduardo Pinto Basto Lupi	Teologia, Filosofia, Pedagogia	Filosofia Social – Introdução à Metodologia Científica
Plínio Dall’Agnol	Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais. Pós-graduação em Antropologia Cultural e Mestrado em Ciências, área de Concentração Administração Educacional	Ensino de Problemas Brasileiros Projetos Experimentais Estágio Supervisionado
Ramon Georg Von Berg	Ciências Contábeis, Direito	Direito e instituições de Direito Público e Privado
Vinícius Bossle	Jornalismo, Letras, História e Geografia	Técnicas de Comunicação de Massa Estágio Ciências da Comunicação

Fonte: A Autora (2012)

O quadro acima permite visualizar a diversidade de formações acadêmicas existente na instituição no início do curso.

O depoente 8 afirma que os professores titulares precisavam ser aprovados pelo Conselho Federal de Educação e que os assistentes poderiam ser contratados diretamente pela instituição. O depoente 6 corrobora com a afirmação “Naquela época, os professores eram aprovados pelo Conselho Federal de Educação. Então a gente enviava pra lá a lista dos professores com a formação e o Conselho aprovava ou não”.

Comentou o depoente 8 que a PUCRS, através do Irmão José Otão, daria todo o apoio acadêmico em termos de assessoria e também colocaria professores à disposição da Feevale, a fim de que esta tivesse um corpo docente qualificado. O Irmão Otão autorizou que a Feevale mantivesse contatos com os professores da PUCRS. Assim, os professores foram contatados na própria PUCRS quando recebiam convites para ministrar aulas em Novo Hamburgo. “A PUCRS colocou à disposição e esses docentes se deslocavam a Novo Hamburgo, de forma muito disciplinada por sinal, para ministrar as aulas na Feevale. Destaco a assessoria do Professor José Gomes de Campos, colocado à disposição pelo Reitor”.

O depoente 9 disse que os professores possuíam só graduação, com exceção da professora Dalila e do professor Fin que possuíam doutorado.

O depoente 3 já era professor da PUCRS. E o depoente 6 começou a dar aulas no segundo grau, em São Leopoldo, na Escola Pedro Schneider. Por um tempo foi cedido para a Secretaria de Educação, onde foi diretor de ensino médio. Depois lecionou na Unisinos antes de iniciar na Feevale.

Para o depoente 9 comenta que, possuir formação em Filosofia e Humanidade, proporcionava uma afinidade com os alunos de RP. “E era a disciplina que eu podia aplicar

um pouco de filosofia e mais alguma coisa de política internacional e me interessava. Nesse sentido eu me dei bem com o curso de Relações Públicas”.

O depoente 11 argumenta:

O diploma do curso de Formação de professores de disciplinas específicas do ensino médio técnico contribuiu para que eu tivesse acesso à Feevale. Então eu cheguei lá pra lecionar uma cadeira de Instituições de Direito Público e Privado que eu lecionei em Ciências Contábeis, Administração de Empresas e Relações Públicas. Quando me perguntam eu até esqueço que lecionei em Relações Públicas também. Isso foi nos anos 70.

Já o depoente 9 informa que:

Quando entraram professores da área da comunicação, o que eu me lembro é que talvez tenha havido um viés em direção à comunicação. O relações públicas como comunicador e que isso tenha imprimido alguma diretriz diferente ao curso porque, por exemplo, o meu ponto de vista era o relações públicas sendo o indivíduo que é capaz de entender e fazer a empresa entender como era se inserir no mundo contemporâneo. E isso serve pra que? Serve para depois, essa é uma das funções dele: atualizar a empresa.

Os motivos que levaram os docentes a ministrarem aulas na Feevale revelam diversos aspectos que estão relacionados à própria formação acadêmica de cada um, às questões de amizade, às questões políticas, dentre outros. No quadro abaixo, é possível observar o ano de contratação dos depoentes na instituição e o ano de seu desligamento:

Quadro 23: Ano de Contratação e de Desligamento dos Depoentes na Feevale

Depoentes	Ano de contratação	Ano de desligamento
Antônio Mario Pascual Bianchi	1970	1971 ou 1972
Carlos Alberto Carvalho	1972	1975
Cícero Emídio Vaz	1970	1972
Emi Maria Santini Saft	1970	1986 ou 1987
Eugênia da Silva Wendhausen	1972	Não lembra
Fausto de Borba Borjes	1970	1987
Geraldo Seelins	1974	1990
João Carlos Schmitz	1970	1994
João Eduardo Pinto Basto Lupi	1970	Anos 80
Plínio Dall'Agnol	1970	1998
Ramon Georg Von Berg	1970	Antes dos anos 80
Vinícius Bossle	1970	1991

Fonte: A Autora (2012)

Do quadro é possível depreender que grande parte dos docentes iniciaram na instituição nos anos 70 e ficaram por bastante tempo. Alguns pelo fato de serem professores em outras instituições na mesma época e, em algum momento, precisarem optar. Outros tiveram uma carreira longa na Feevale. Apenas um dos depoentes se afastou completamente da vida acadêmica, tendo tido somente esta experiência como docente. O interessante é verificar que todos seguiram a vida acadêmica em diversas instituições de ensino superior, sendo alguns já aposentados e outros ainda ativos.

O depoente 1 frisa:

Eu lembro que a relação entre os professores era muito boa, mas éramos todos basicamente horistas, então a gente ia lá duas noites ou três, no meu caso três noites. Nós só encontrávamos aqueles professores que tinham atividades naquelas mesmas noites. E aí você chega correndo de Porto Alegre, em cima da hora, na maioria das vezes em cima da hora. Fazendo força para estar na sala de aula às sete e meia. Então você tem contato no recreio pra trocar meia dúzia de palavras. E quando terminava a aula também, senão era o último, era um dos últimos a sair. Quando eu saía já não via mais ninguém.

O narrador 2 assevera:

Eu ia duas vezes na semana. Chegava lá para dar minhas aulas. O meu relacionamento era praticamente nos intervalos de aulas, porque a aula ia das sete e meia às dez e meia, aí o intervalo era em torno de nove horas. Nós tínhamos um intervalo onde nos reuníamos na sala dos professores. Era um relacionamento, pelo que eu podia observar, não tinha problema nenhum. Mas como eu digo era um relacionamento, que como eu disse, nesse ponto, superficial. Outros contatos eu tinha com a direção e professores por ocasião dos eventos que eram promovidos. Nada assim em registro na memória de alguma coisa que possa implicar em alguma alteração negativa do relacionamento entre os professores.

Comenta que João Carlos era colega e amigo, convidando-o para lecionar na Feevale. Trabalharam juntos em Sapiranga, inclusive. Então solidificaram a amizade. “Ficamos amigos pra sempre. Hoje nós não temos mais contato, mas devemos continuar amigos, porque amizade não se perde assim, na poeira do tempo. Me fez o convite por amizade e coleguismo, nós éramos amigos desde o tempo da faculdade”.

O depoente 8 aborda que “O Plínio era um amigo, conhecido, e achamos que o Plínio teria condições e sensibilidade para ser o primeiro diretor e implantar o curso, e realmente deu certo. Posteriormente, o professor Vinícius Bossle que era uma figura expoente na área de comunicação de Novo Hamburgo colaborou de forma incisiva, muito direta”.

Observa o narrador 9 que o relacionamento na instituição era muito bom e que ele se relacionava bem com todos os professores.

“É bem verdade que em cada consciência individual as imagens e os pensamentos que resultam dos diversos ambientes que atravessamos se sucedem segundo uma ordem nova e que, neste sentido, cada um de nós tem uma história” (HALBWACHS, 2006, p. 57). Assim, a memória individual é constatada, pois percebe-se os sentimentos dos depoentes nas falas.

j) Outras atividades dos docentes

Outras atividades exercidas pelos docentes tornaram-se relevantes e influenciaram de alguma forma a questão da docência. Havia falta de conhecimento acerca de relações públicas.

O depoente 1 comenta:

Eu fui ministrar aulas lá e, na época, eu estava iniciando minha carreira de professor universitário, então eu já estava na PUCRS, eu era professor horista na PUCRS, era professor horista na Unisinos. E como horista eu tinha horários a preencher. No primeiro momento até ficou muito boa aquela equação porque eu tinha noites na Unisinos e noites na Feevale. E na PUC eu dava aulas de dia. Enfim, foi uma oportunidade de expandir minha carreira no curso superior.

E continua: “Atraiu-me o fato de participar da implantação de uma nova faculdade, vivenciar aquele momento todo, aquelas preocupações e providências todas que envolvem a fundação de uma faculdade. Isso foi um atrativo”. O depoente 4 trabalhava no ensino público na época.

O depoente 2 era professor da PUCRS e da UFRGS e que foi Coordenador de

Comunicação Social, do Governo do Estado, no período de 71 a 75, e neste cargo criou a primeira assessoria pública do Estado do RS. O depoente 3 já era professor da PUCRS.

O depoente 5 ocupou cargos de Relações Públicas na Associação Cristã de Moços e na Fundação Estadual do Bem Estar do Menor. Era colaborador da Rádio Gaúcha e de Jornais em Porto Alegre. Foi chefe de Seção de Divulgação e Promoções da A.F.M. de Porto Alegre.

O depoente 6 argumenta que era professor do ensino público de segundo grau na Escola Pedro Schneider. O depoente 7 ministrava aulas na PUCRS.

Conforme o depoente 8: “O prefeito da época chamado Alceu Mosmann convidou-me para ser o Diretor do Departamento de Educação e Ensino do Município de Novo Hamburgo, e posteriormente, Secretário Municipal de Educação”.

Segundo o narrador 9:

Eu estava trabalhando com filosofia nas editoras Globo. Eu fui uma das únicas pessoas que eu conheço no Brasil que se sustentou escrevendo filosofia. No dia em que eu decidi ficar no Brasil, um amigo meu me disse “estão abrindo vaga na Globo pra trabalhar na enciclopédia”. Eu já tinha trabalhado em duas enciclopédias, eu pensei, “isso mais ou menos eu sei fazer”, pra rever os verbetes, isso foi em outubro de 69. E na hora também eu consegui a carteira de trabalho. Naquela altura os portugueses tinham facilidade de conseguir documentação.

O depoente 10 comenta que era secretário da ASPEUR, que montava currículos e que tinha sido secretário de escola.

E o depoente 11 trabalhou por 10 anos em contabilidade e 32 anos na empresa Novo Hamburgo Seguros. Saiu para ser juiz do tribunal de alçada e depois foi desembargador.

Esta categoria é a que mais esclarece a questão memória individual, pois se trata de acontecimentos particulares na vida de cada depoente individualmente.

k) O deslocamento: ir e vir à Feevale

O ir e vir à Feevale mostra-se de diversas maneiras. Os docentes que moravam em outras cidades comentam sobre a BR 116 que, na época, não era duplicada. Os professores que moravam em Novo Hamburgo relatam os deslocamentos como uma lembrança de como era a configuração da cidade.

Para o depoente 2:

Embora os sacrifícios do deslocamento para Novo Hamburgo, duas vezes por semana à noite, eu lecionava à noite lá. Até hoje os problemas de trânsito, tráfico pesado de veículos, eles até hoje persistem aqui na nossa BR e eu tinha que sair de Porto Alegre em torno de seis horas, seis e quinze; 18 horas, 18:15, pra poder chegar às sete e meia, 19:30 para iniciar as aulas então na FEEVALE. Foi muito sacrificado, bastava ter algum acidente em Canoas, Esteio, Sapucaia ou São Leopoldo e já o trânsito ficava totalmente congestionado, muitas vezes interrompido, e essa viagem que se faz normalmente 20, 25 minutos de Porto Alegre à Novo Hamburgo, digamos, um pouquinho mais, 30 minutos se a estrada estivesse limpa, às vezes durava uma hora e meia ou mais. Isso foi me dando uma certa angústia, porque quando chegava assim final de tarde nos dias em que eu lecionava aquele deslocamento sempre me causava apreensão no sentido de talvez não chegar no horário. Mas, via de regra, se conseguia chegar e se dava às aulas até em torno de dez e meia da noite, então isso eu fiz duas vezes por semana.

As aulas eram á noite e, o depoente 3 afirmou que ele e outros professores de Porto Alegre se revezavam no carro. Cada noite um professor dirigia.

O depoente 4 alega:

Para mim era complicado o deslocamento até a Feevale. Inclusive eu peguei toda a duplicação da BR pra Novo Hamburgo. Então havia noites que o engarrafamento era brutal e a gente saía do asfalto e entrava no barro e com filhos pequenos. Eu saía de casa mais ou menos 18h30min e voltava 23h15min, 23h30min.

O depoente 6 disse que mesmo morando em São Leopoldo sempre se deslocou a Novo Hamburgo para trabalhar, primeiramente na Fundação Evangélica e depois na Feevale. O deslocamento era corriqueiro para ele.

O narrador 9 frisa:

Eu morava próximo da Feevale, primeiro eu morava do lado da rodoviária antiga, eu ia de ônibus para Feevale, logo nos mudamos porque começou a chover dentro de casa. Acima do nosso apartamento não era telhado, era terraço e era impermeabilizado e estava estragado. Então fomos morar no Bairro Vila Nova, em frente as bebidas Kassel aí já era fácil, era só atravessar a rua, subir um pouquinho, e eu me acostumei a ir a pé. Depois quando voltamos de Portugal fomos morar perto do Colégio Pasqualini, a mesma coisa, mais ou menos 15 minutos a pé e eu estava na Feevale. E nós não tínhamos carro naquela altura. Nem telefone nem carro, eram coisas raras.

Percebe-se que a questão do deslocamento para a Feevale é assunto recorrente nas falas dos entrevistados. Os que moravam em outras cidades comentam sobre a questão da BR ainda não ser duplicada e dos engarrafamentos. A questão do trânsito é colocada principalmente pelos depoentes que tinham outros empregos e o horário ficava bem escasso. Os que moravam em Novo Hamburgo também fizeram comentários sobre o assunto.

Esta questão corrobora com o pensamento de Halbwachs (2006): [...] De bom grado, diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes [...]. Se a maioria rememora a questão do deslocamento é porque faz parte da memória coletiva de um todo, a BR116, porém com percepções diferentes, levando em conta as vivências de cada depoente.

Decorridas as análises textuais das obras escolhidas para o presente trabalho e a análise das narrativas, será realizada uma reinterpretação, segundo Moraes (2011), onde será apresentado um novo pensamento ou uma síntese dos resultados observados.

5.3 A TRAJETÓRIA DE INTERPRETAÇÃO DAS MEMÓRIAS

Após a interpretação do material teórico e empírico abordado no presente trabalho referente ao curso de Relações Públicas da Feevale, foi elaborado um quadro que apresenta a teoria encontrada na literatura e, paralelamente, em quais falas dos entrevistados essa teoria emerge.

Conforme Galiazzi e Moraes (2011, p. 37): “O interpretar constitui modo de teorização. Nesse movimento cíclico hermenêutico de procura de mais sentidos, tanto a teoria auxilia no exercício de interpretação, quanto a interpretação possibilita a construção de novas teorias”.

O quadro apresenta uma síntese das compreensões encontradas no *corpus* teórico e no *corpus* dos depoimentos, levando em consideração que, existem dois *corpus* a serem descritos e interpretados.

Quadro 24: Memória Individual: Convergências entre a Teoria e a Percepção dos Depoentes

MEMÓRIA INDIVIDUAL	
A TEORIA ATRAVÉS DA BIBLIOGRAFIA	EM QUAIS FALAS DOS DEPOENTES A TEORIA EMERGE
A personalidade está ligada ao conjunto de memórias.	RP era diferente porque era pra ser um curso, vamos dizer, de humanização da empresa .
O altruísmo, a defesa de ideais comuns, as emoções coletivas fazem parte da memória.	Um curso em que se fizessem relações internas e relações externas .
Existem tantas memórias quanto as experiências possíveis.	Eu não conhecia nada de relações públicas.
São estruturadas com base nas emoções , no nível de consciência , no estado de ânimo .	De Relações Públicas eu não conhecia praticamente nada .
Capacidade do cérebro em adquirir, arquivar e lembrar informações .	Quando entrei no curso de Relações Públicas o que eu conhecia do curso era ligada a sistemas de comunicação, técnica de comunicação , recursos para comunicação, voltados para prática , curso em fase de crescimento , ligado ao “botton na lapela” – aquele que tem “contatos”.
A partir das lembranças.	Eu estava começando minha carreira acadêmica.
Fatos, eventos, acontecimentos, hábitos .	Eu realmente não me candidatei a trabalhar na FEEVALE porque pra mim seria mais um encargo morando em São Leopoldo e ter que trabalhar em Novo Hamburgo. Mas quando chegou a hora de instituir a instituição eu fui convidada pelo professor João Carlos Schmitz e acabei aceitando.
Limitada no espaço e tempo.	Eu sou professora de português e logo eu vi que dar aulas de português para o pessoal de Relações Públicas não tinha nada a ver com acento, ponto e vírgula.
Imagens-lembranças registram todos os acontecimentos de nossa vida cotidiana à medida que se	A matemática estava presente porque ela fornece uma base pra poder ser desenvolvida a estatística e tinha a ideia que o pessoal de relações públicas pudesse fazer

desenrolam.	pesquisa de mercado.
	Do meu ponto de vista o relacionamento dentro da Feevale era muito bom, eu me dava bem como todos eles.

Fonte: A Autora (2012)

O exame do quadro aborda a memória individual. Na primeira coluna selecionam-se trechos dos autores teóricos que se acredita retratem o quem vem a ser a memória individual. Na segunda coluna existem extratos selecionados das falas dos depoentes nos quais se acredita que emergem as teorias abordadas na coluna anterior.

Da interpretação das leituras realizadas e dos depoimentos, no quadro acima, depreende-se então que a memória individual abrange a capacidade do cérebro em adquirir, arquivar e lembrar informações. Coordenada e produzida a partir das emoções coletivas, que estão ligadas a fatos, eventos e acontecimentos. A memória individual também está ligada às experiências. É necessário referenciar que as lembranças do passado se adaptam ao conjunto das percepções do indivíduo com relação ao presente.

Aplicado à Feevale, a memória individual configura-se em um exame das experiências organizacionais, que são o bom relacionamento entre o corpo docente e o corpo discente e do corpo docente entre si, também é a configuração elaborada para ensinar português e matemática para os alunos de Relações Públicas.

Quadro 25: Memória Coletiva: Convergências entre a Teoria e a Percepção dos Depoentes

MEMÓRIA COLETIVA	
A TEORIA ATRAVÉS DA BIBLIOGRAFIA	EM QUAIS FALAS DOS DEPOENTES A TEORIA EMERGE
A identidade provém das memórias comuns , chamada história .	Uma das prioridades da administração do Alceu era implantar cursos superiores em Novo Hamburgo.
Construímos nossa memória a partir das lembranças , que podem ser só as nossas, como também podem ser as dos outros .	Nós éramos poucos e a gente conseguia afinar muito os discursos .
A lembrança dos outros pode ser apenas um testemunho , mas precisa ter uma base comum com a nossa lembrança.	Nossa formação era mais ou menos a mesma. Naquela época nenhum de nós tinha mestrado nem doutorado, todos nós estávamos nos qualificando.
O outro exerce papel primordial.	Na época eu me recordo que essa atividade causava uma certa confusão pelo desconhecimento da matéria ao público em geral.
As influências que ocorrem dentro do grupo permitem que as lembranças sejam reconhecidas e que continuemos em contato com elas.	Nós tínhamos umas pessoas que se chamavam de provisionadas , era o caso do professor Simões. Ele era provisionado a atuar como Relações Públicas.
	Muitas vezes se pensava que ao Relações Públicas era reservada, prioritariamente, uma função de recepção das pessoas .
	Em termos conceituais nós não tínhamos referencial .
	Era tudo realmente criado, experimentado , ajustado, então esse tempo todo que eu trabalhei lá foram anos de renovação constante, as disciplinas não se repetiam, talvez sim na grade curricular, mas não nos conteúdos.
	Os professores precisavam estudar a profissão. Criaram os programas em cima do perfil profissional que se queria implantar. Estávamos à procura do que era RP.
	Por um lado os empresários não estavam interessados.

	Nós mesmos, alunos e professores, sabíamos que havia resistência por parte dos empresários, que havia esse preconceito de que relações públicas era menino de servir café.
	Nós estávamos interessados em definir um perfil que se apresentasse como válido, mas não tínhamos uma meta fixa.
	Estávamos procurando alguma coisa que servisse como relações públicas para a região. Algo que os empresários daquela mentalidade fossem capazes de aceitar.

Fonte: A Autora (2012)

O quadro aborda a memória coletiva. Como realizou-se no quadro que trata da memória individual, na primeira coluna selecionam-se os trechos dos autores teóricos que se acredita retratem o quem vem a ser a memória coletiva. Na segunda coluna existem extratos selecionados das falas dos depoentes nos quais se acredita que emergem as teorias abordadas no quadro anterior.

Depreende-se que a memória coletiva está diretamente ligada à lembrança individual e à lembrança dos outros, ao testemunho do outro. Esta precisa ter uma base comum a fim de se tornar uma lembrança individual. A memória coletiva é a busca do conhecimento dos docentes em relação à nova profissão. É a busca da qualificação profissional. É o estudo e as experiências realizadas no curso de RP que levaram os empresários de Novo Hamburgo a conhecer o que era RP e quais atividades estes profissionais poderiam exercer.

Quadro 26: Memória Institucional: Convergências entre a Teoria e a Percepção dos Depoentes

MEMÓRIA INSTITUCIONAL	
A TEORIA ATRAVÉS DA BIBLIOGRAFIA	EM QUAIS FALAS DOS DEPOENTES A TEORIA EMERGE
Alicerce na cultura, comportamentos, símbolos, identidade e comunicação das organizações – que formam a personalidade e a imagem da instituição.	Fomos pesquisar junto a concluintes do segundo grau, junto a empresários, em instituições quer públicas, quer privadas e uma das deficiências existentes no ensino superior gaúcho era exatamente a falta de um curso de relações públicas.
É necessária para demonstrar que a organização tem tradição e tem uma história.	No início a gente fazia de tudo, era um grupo de pessoas que tinha que criar uma instituição. Porque ela primeiro estava prevista como uma extensão da PUCRS.
A memória empresarial faz parte das estratégias de Relações Públicas.	Foram tempos difíceis, mas prazerosos, porque nós íamos para aquelas reuniões sabendo que estávamos criando alguma coisa.
O processo histórico está diretamente ligado à relação organização-públicos.	Eu participei da comissão de elaboração do projeto da Feevale. Fui diretor de ensino e posteriormente diretor geral.
Preservada em arquivos empresariais.	Do meu ponto de vista o relacionamento dentro da Feevale era muito bom, eu me dava bem como todos eles.
Pode ser arquivada em Centros de documentação e memória.	O relacionamento entre os colegas era muito bom porque nós estávamos todos no mesmo barco. Era difícil porque nós éramos horistas, então a gente se encontrava em reuniões, por afinidade de departamentos.
A memória institucional é a memória empresarial.	Durante um bom tempo a gente influía muito no setor produtivo de Novo Hamburgo. A Feevale influía muito.
	Chegávamos nas empresas e conseguíamos ajuda financeira só com a amizade.
	Era só dizer que era da Feevale, porque eles queriam faculdades aqui.

	Dos eventos que ocorreram na Feevale quando eu estive lá com certeza eu participei.
	Eu participei de vários congressos em todas as áreas. Em São Paulo. A USP já era grande, inclusive em comunicação. Nós trazíamos material de lá.
	Uma instituição tem que ter abertura tanto para ir ao encontro do mercado como para trazer profissionais e empresários dentro da instituição, então isso foi a inovação da Feevale no ensino superior com resultados extraordinários.
	O ambiente era sadio , os alunos empenhados , o clima dos alunos era de expectativa sadia boa. Eram alunos maduros , alguns empresários, gente que sabia o que queria.
	Normalmente os alunos que procuravam o curso de relações públicas eram concluintes do segundo grau, do então científico, do curso de contabilidade, alguns da antiga Escola Normal, foi distribuído, mas principalmente os que já estavam trabalhando em empresas, muito importante esse detalhe.
	A implantação do primeiro currículo de relações públicas foi realizada através de estudos que realizamos, tanto em São Paulo quanto em cursos do exterior.

Fonte: A Autora (2012)

O último quadro trata a memória institucional. Como realizado nos dois quadros anteriores, de memória individual e de memória coletiva, na primeira coluna foram selecionados trechos dos autores teóricos que retratam o quem é a memória institucional. Na segunda coluna, extratos das falas dos depoentes, acredita-se que emergem as teorias abordadas no quadro que aborda a teoria através da bibliografia.

Da interpretação das teorias e das falas visualiza-se que a memória institucional é a tradição e a história da organização. Também ligada à sua imagem. A memória institucional está ligada à identidade da organização, que é formada, em parte, pelos públicos que fazem parte dela.

Aplicado à Feevale, a memória institucional configura-se em um exame da identidade organizacional. A Feevale, jovem à época, já possuía uma tradição por ser constituída por um grupo conhecido na cidade de Novo Hamburgo, alguns políticos, empresários, professores de outras instituições reconhecidas.

Os alunos que estudavam na Feevale eram alunos maduros e empenhados, que possuíam uma atividade profissional, demonstrando ao empresariado da região que a Federação possuía uma boa imagem. Foram estes alguns fatos que levaram os empresários a acreditarem na constituição da Federação e a ajudá-la financeiramente.

Enfim, a memória individual, a memória coletiva e a memória institucional foram escolhidas pelo fato de se acreditar que dariam um embasamento teórico suficiente para a interpretação dos depoimentos. Como o trabalho aborda a reconstrução de uma memória institucional, especificamente a memória de implantação do curso de Relações Públicas da Feevale, a memória individual e coletiva dos depoentes foi utilizada para tal finalidade.

Considerando que a ideia do trabalho não é a investigar como os entrevistados abordam a teoria e sim como a teoria emerge nas falas, da interpretação realizada a partir das teorias e dos depoimentos, depreende-se que a memória coletiva está presente em cada memória individual e ambas constroem a memória institucional.

Quando evocados alguns acontecimentos ou quando os narradores relatam ter encontrado documentação como material de aula, carteira de trabalho ou fotos, a capacidade que o cérebro possui de arquivar informações para, posteriormente, lembrar, surge. Neste

momento é possível associar às teorias de Izquierdo (2002) que defende que as memórias podem ser adquiridas através da associação de um estímulo com outro ou mesmo de um estímulo com uma resposta, conhecido através dos estudos de Pavlov.

Todos os fatos relatados individualmente estão associados a um único assunto, o curso de Relações Públicas da Feevale, porém, narradas a partir de diferentes percepções e perspectivas, que são explicadas porque os depoentes individualmente, passaram de forma diferente por cada experiência comentada.

A memória coletiva existe através do outro, através das influências que ocorrem dentro do grupo. Para que o outro faça parte da memória individual de cada um, não precisa apenas relatar, é necessário que o indivíduo que escute o relato tenha guardado algo referente ao acontecimento. Neste momento os depoentes recordam de experiências passadas no grupo, dentro da coletividade que ocorria na instituição.

Como as entrevistas foram aplicadas individualmente, não é possível verificar a questão do relato atual. Porém, de relatos feitos pelos indivíduos à época e que permaneceram na lembrança como se fossem experiências atuais.

Questões subjetivas surgiram em alguns momentos das entrevistas, e isso se deve ao fato de que diferentes acontecimentos derivam da percepção individual. Para isto, foi necessário, algumas vezes, confrontar documentação com depoimentos para se ter confirmação de episódios, datas e participantes.

Reunindo-se memória individual e memória coletiva, então, reconstruiu-se a memória institucional de implantação da Feevale, da perspectiva específica de um curso, o de Relações Públicas.

O aporte teórico de Simões (2001), possibilita a análise dos depoimentos relacionados nos quadros 24, 25 e 26, que abordam respectivamente a memória individual, a memória

coletiva e a memória institucional. Simões (2001) afirma que existe a falta de um rationale (a razão lógica) em Relações Públicas, e portanto, essa ausência leva a problemas conceituais do que vem a ser relações públicas, a menos que exista um indicativo anterior explicativo do que se pretende abordar, a atividade, a profissão, o profissional. O autor ainda defende o fato de ser mais fácil entender de que forma a atividade é exercida a responder o que vem a ser a atividade. Ainda argumenta que não há consenso na área com relação às definições conceituais.

Percebe-se a convergência com Simões (2001) nos depoimentos de que pouco ou nada se conhecia de RP na época de instituição do curso na FEEVALE, que era um curso diferente, que era um curso de humanização da empresa, em que se fizessem relações internas e externas. Também que era ligado a sistemas de comunicação, a técnicas de comunicação. Voltado para a prática. Causava confusão pelo desconhecimento.

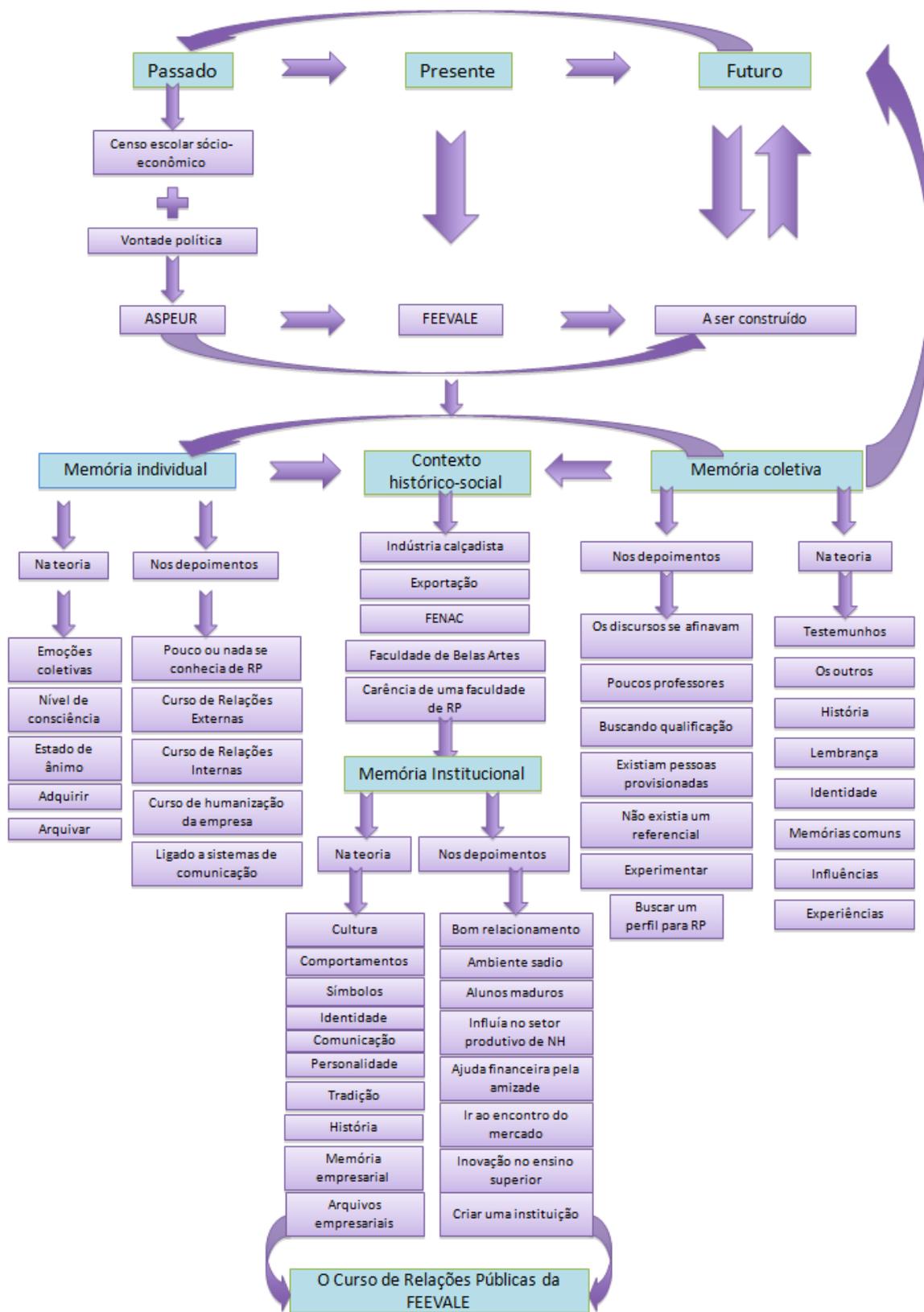
Conforme Simões (2001), a atividade é uma disciplina, um ramo do conhecimento científico do qual fazem parte um processo, onde estão envolvidos aspectos relacionados à missão da organização e um programa do qual fazem parte o diagnóstico, o prognóstico e a decisão visando o sucesso da missão organizacional. Uma atividade de função política. Porém, os depoentes relatam que em termos conceituais não tinham no que se basear, não tinham referencial e tudo era criado, ajustado e experimentado, e os docentes estavam à procura do que era RP e qual o perfil válido de RP para a região.

Sendo o objetivo da atividade de Relações Públicas a “cooperação mútua entre as partes, do sistema organização – públicos visando à consecução da missão organizacional”, percebe-se que no intuito de descobrir isso os depoentes argumentam que iam de encontro ao mercado, convidando profissionais da área para explanar sobre RP e comentar sobre suas carreiras como tal. Também foram realizados estudos em currículos já implantados de RP em outras instituições a fim de se chegar a um modelo exequível na realidade em que a Feevale

estava inserida.

Com base nos estudos desenvolvidos até então, bem como legitimando tanto os autores apresentados quanto os entrevistados, que auxiliaram na reconstrução sobre a memória institucional da Feevale, propõe-se, como segue, um diagrama que é a sistematização do executado na presente tese. A proposta configura uma reflexão baseada na soma dos novos conhecimentos adquiridos, compreendendo a reconstrução sobre a memória institucional da Feevale como caminho para a reconstrução de memórias de outras instituições de ensino.

Figura 2: Diagrama para Estudo da Memória Institucional



Fonte: A Autora (2012)

Desmembrando o diagrama exposto acima, percebe-se que o mesmo tem modelo circular, indicando uma interpretação e reinterpretação contínua e seqüencial. Na extensão, a sinalização em forma de seta indica a ordenação proposta que almeja oferecer sentido direto e homogêneo à reflexão apresentada.

Em um primeiro estágio, identificado como uma linha do tempo, composta de passado, presente e futuro, pretende-se apresentar a reconstrução sobre a memória do curso de Relações Públicas da Feevale. A linha do tempo está diretamente ligada ao contexto histórico-social de criação da instituição, com o “boom” da indústria calçadista da região, ao início das exportações de calçados, à criação da FENAC, à existência de uma Faculdade de Belas Artes em Novo Hamburgo e à falta de uma faculdade de Relações Públicas. Assim como o próprio contexto histórico-social consolida essa linha do tempo.

A partir do contexto histórico-social, que é composto de passado, de presente e de futuro e também das memórias coletivas e individuais, parte-se para a reconstrução sobre a memória institucional que se encerra levando ao objeto de estudo da tese, o curso de Relações Públicas da Feevale.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconstruir a história sobre o curso de Relações Públicas da FEEVALE, através das memórias das pessoas que viveram à época de sua criação, revela-se como um estudo interdisciplinar. É necessário rever contextos históricos e políticos, ouvir histórias de vida, estudar estatutos, leis e decretos, enfatizar informações orais, algumas vezes, em detrimento de notícias de jornais ou de documentos.

Relendo a história, parece que todos os fatos se encaixam. Que tudo foi perfeitamente ajustado como num quebra cabeças. Porém, reconstruir através de memórias é um desafio. Algumas falas não coincidem com a documentação existente, torna-se necessário investigar. “[...] Muitos quadros do passado comum não coincidem e nenhum deles é verdadeiramente exato. Realmente, a partir do momento em que se separaram, nenhum deles pode reproduzir todo o teor do pensamento antigo”. (HALBWACKS, 2006, p. 40).

Nas narrativas, por vezes, a vida pessoal dos depoentes se confunde com a existência da instituição. É necessário separá-las. Manter um distanciamento para proceder a análise é uma tarefa árdua. Em alguns momentos, os depoimentos são fervorosos e demonstram a insatisfação com fatos ocorridos, tanto políticos quanto em questões de relacionamento entre colegas da área ou com outras instituições. Porém, a pedido dos depoentes, falas com esta conotação não foram utilizadas.

Partindo desses aspectos, a presente tese orientou-se pelo objetivo de **reconstruir a memória de um dos cursos superiores pioneiros de iniciativa privada no Rio Grande do Sul, o curso de Relações Públicas da FEEVALE**. Este objetivo foi atingido, mediante o desenvolvimento desta pesquisa que nasceu da necessidade de compreender a finalidade de

sua implantação e as transformações ocorridas no curso superior de Relações Públicas da Feevale.

Os conceitos apresentados neste estudo demonstram os aspectos teóricos e empíricos da realização da reconstrução sobre a memória institucional, partilhando da idéia de que tal exercício configura-se fundamental para a efetivação do conhecimento profundo da implantação do curso de Relações Públicas da instituição. A revisão teórica procedida permitiu realizar um mapeamento sobre o objeto da pesquisa – O Curso de Relações Públicas da FEEVALE –, recuperando os entendimentos a respeito do tema e ordenando convergências, semelhanças, diferenças e dissonâncias de autores de expressão nacional. Por sua extensão e profundidade, contextualiza a compreensão do tema.

A presente pesquisa revela o pensamento da comunidade científica de Relações Públicas, por meio da análise de suas obras e teorias, mas também o pensamento da comunidade acadêmica, por meio da análise de suas falas e experiências práticas durante a implantação do curso. Além das opiniões conceituais, igualmente metodologias de aplicação e roteiros para encaminhamento da prática foram observados e descritos.

A pesquisa documental também se mostrou relevante e se apoiou no acervo existente na FEEVALE, no Centro de Documentação e Memória Luci Therezinha Bridi, que foi o principal referencial para o início do estudo. Sem ele, haveria dificuldades em localizar materiais e informações a respeito da instituição de ensino, então a busca foi complementada no acervo do Arquivo Público Municipal de Novo Hamburgo, que possui todos os jornais NH desde a sua criação, em 1960.

A interpretação e o resultado das análises possibilitaram observar uma realidade indagada no início do estudo de que as memórias individuais, as coletivas e ambas interagem para a reconstrução da memória institucional. Mesmo que cada depoente perceba a história da instituição a partir de um viés, que é somente seu, não compartilhado. São vários os

momentos em que os depoentes, através de sua rememoração, da memória individual, reconstróem fatos da memória institucional do curso de Relações Públicas e da Feevale.

Deve-se levar em consideração que a própria Feevale já possui preocupação em reconstruir sua memória institucional. Tanto que há um acervo e um projeto de memória ligado ao Museu Nacional do Calçado – MNC, que conta com o trabalho de pesquisa de professores da instituição como Claudia Schemes, Cristina Ennes da Silva, Cleber Cristiano Prodanov, dentre outros.

No desenvolvimento do trabalho – analisando-se o que dizem os teóricos, e os docentes, os coordenadores e o diretor de ensino foi-se construindo e referenciando opiniões e dimensões de análise, ampliando a base de informação e construindo novos conhecimentos. A partir do exposto e recuperado entre as comunidades teórica e a comunidade acadêmica da instituição, na época de sua implementação, foi proposto um diagrama para um melhor entendimento da realização da reconstrução da memória institucional sobre o curso de Relações Públicas da FEEVALE.

A memória sobre o curso de relações públicas da Feevale foi reconstruído a partir da utilização da metodologia de história oral, com entrevistas de doze pessoas diretamente ligadas à instituição à época de sua criação. A história oral foi eleita pelo fato de que através dela é possível obter subsídios que não se encontram em documentação. Perceber os sentimentos que envolveram a construção e a consolidação da instituição estudada e todos os aspectos subjetivos relacionados aos fatos, com certeza engrandece a reconstrução da memória institucional.

A análise textual discursiva possibilitou o tratamento dos dados e o metatexto foi construído através de descrição e interpretação, após seguidos os três passos sugeridos por Galiazzi e Moraes (2011) que são a unitarização dos textos, o estabelecimento de relações com elaboração de categorias e a comunicação.

As categorias apresentadas foram elaboradas *a priori*, levando em consideração o objeto de estudo, o curso de Relações Públicas da Feevale, mas também surgiram categorias *a posteriori* que foram recursivas nos depoimentos.

Para um desenvolvimento claro do trabalho apresentaram-se quadros de categorias agrupadas relacionadas a aspectos apresentados pelos depoentes. Na categoria conhecimento acerca de RP, os depoentes, em sua maioria, afirmam que pouco ou nada conheciam a respeito de relações públicas de forma geral. Isto foi relatado nas memórias individuais que levaram à construção da memória coletiva. Na categoria currículo de RP comentam que tudo era novo, que tudo era estudado, adaptado, que liam a respeito e que já era conhecida em alguns estados do país e nos Estados Unidos. Então, os relatos constituíram a memória institucional quando comentam sobre a elaboração do primeiro currículo e das diversas disciplinas ministradas no curso.

Na categoria como ensinar para RP, os depoentes, dentre outros aspectos abordados, defenderam sua área de formação e comentaram de que forma se apropriavam do conhecimento que possuíam para aplicar nas aulas do curso de Relações Públicas. Na categoria eventos em RP, os depoentes comentaram sua participação efetiva em tais eventos como forma de consolidar conhecimentos e diversificar a respeito do estudo de RP.

Na categoria estágios em RP, os depoentes argumentaram que a estrutura de estágios oferecida pela instituição dava suporte para que o curso se tornasse conhecido e reconhecido na região. Na categoria empresas do vale dos sinos, comentaram que existia receio do que viria a ser o curso e de que forma isto poderia auxiliar nos seus negócios, por este motivo os estágios eram extremamente importantes, conforme os depoentes abordaram. Na categoria alunos, os depoentes foram unânimes em afirmar que as turmas eram compostas de alunos maduros, com grande maioria já no mercado de trabalho ou mesmo proprietários de empresas da região.

Na categoria convite para trabalhar na Feevale, os depoimentos foram relacionados a questões de amizades e ao fato de a maioria estar iniciando sua carreira acadêmica e tendo a FEEVALE como oportunidade. Na categoria corpo docente: formação e relacionamento, todos foram unânimes declarando que era bom o relacionamento entre os docentes, embora pouco se encontrassem na instituição.

Na categoria outras atividades desenvolvidas pelos professores, todos já ministravam aulas ou estavam no mercado de trabalho, o que acreditam ter sido um dos motivos do convite para ministrarem aulas na FEEVALE. Na categoria deslocamentos: ir e vir à FEEVALE alguns comentam fatos curiosos como a questão de se revezarem para dirigir o carro de Porto Alegre a Novo Hamburgo para não sobrecarregar uma pessoa apenas. Outros comentam que possuíam outras atividades e que o deslocamento era algo complicado por questões de horários a cumprir.

Como destacado ao longo desta tese, tanto na sua fundamentação teórica, quanto nas entrevistas, a utilização da memória individual e da memória coletiva são fundamentais para o estudo da memória institucional, como foi possível verificar ao final deste estudo.

Os resultados desta tese representam uma contribuição positiva, não só para o entendimento da aplicação da metodologia de história oral para a reconstrução da memória institucional mas, sobretudo, para o conhecimento de parte do percurso que Relações Públicas trilhou no início de sua existência enquanto atividade profissional.

Para a reconstrução da memória institucional através da metodologia de história oral é necessário pensar que a história de uma organização está diretamente atrelada ao contexto histórico-social. Este contexto histórico-social é constituído de passado, presente e futuro, de forma circular, isto é, não existe futuro sem presente nem presente sem passado, muito menos futuro sem passado. As organizações precisam enxergar seu passado como forma de

aprimorar sua cultura, reforçar sua identidade, marcar sua imagem e aprimorar seus relacionamentos com os diversos públicos com os quais está envolvida.

A memória institucional sobre o curso de Relações Públicas da Feevale foi reconstruída a partir da metodologia de história oral posto que a história da organização está diretamente ligada ao contexto histórico-social do momento, a indústria calçadista em alta, as exportações de calçados, a FENAC, a Faculdade de Belas Artes e a carência de uma faculdade de RP. O passado da Feevale foi construído a partir do censo escolar sócio-econômico, de vontade política e da ASPEUR. O presente é a própria consolidação da instituição da Feevale.

A memória individual e a memória coletiva estão impregnadas no contexto histórico-social. A memória individual existe a partir da memória coletiva. A memória individual do curso pode ser constatada nas percepções dos depoentes através das falas em alguns trechos como, “pouco ou nada se conhecia de RP”, “era pra ser um curso de humanização da empresa”, “Um curso em que se fizessem relações internas e relações externas” e “Ligada a sistemas de comunicação, técnica de comunicação, recursos para comunicação”.

A memória coletiva pode ser constatada a partir da percepção dos narradores a fatos comuns e que foram recorrentes nas falas, expostos em alguns trechos “busca de um perfil do que é um RP”, “estudar o que é RP”, “criar um perfil válido para a região”, “nós éramos poucos professores”, “os discursos se afinavam”, “os professores ainda estavam se qualificando”. Com isso constroem lembranças próprias referentes aos diferentes contextos histórico-sociais.

Concluindo, a memória institucional é construída através das memórias individuais e das memórias coletivas dos indivíduos que participaram da história da organização, no caso, a Feevale, em seus diferentes momentos. O futuro ainda está por vir. É a partir da análise do passado, do presente, e do que se conserva nas memórias individuais e coletivas, impregnadas

de um contexto histórico-social que a FEEVALE poderá constituir o seu futuro.

Finalmente, a contribuição deste estudo se confirma quando responde à questão da tese: que aspectos são considerados nos relatos obtidos, em fontes documentais e de depoentes, quanto à implantação do Curso de Relações Públicas da Feevale, para a reconstrução de sua memória institucional? Como resposta, o contexto em que foi implantado o curso de RP da Feevale é caracterizado por aspectos histórico-sociais relacionados à região do Vale dos Sinos. E a memória institucional revela que a cultura, os comportamentos, os símbolos, a identidade, a tradição e a história da organização fundamentaram o bom relacionamento na instituição e o ambiente sadio, pois era constituída de alunos maduros. A Feevale buscava ir ao encontro do mercado, procurando inovação no ensino superior. Influía no setor produtivo de Novo Hamburgo, tanto que obteve, para sua implantação, ajuda financeira somente através de amizades existentes entre os constituintes da Federação, professores, coordenadores e diretor de ensino com os empresários locais. Partindo de todos esses pressupostos, foi possível constatar que as memórias individuais e coletivas dos sujeitos entrevistados auxiliaram no processo de reconstrução da memória institucional de implantação do Curso de Relações Públicas da Feevale.

Torna-se necessário afirmar que o curso objeto desta pesquisa não está descolado de outros cursos de RP. Seus problemas, inquietações, dúvidas, discussões, fazem parte de um contexto mais amplo. A história do curso de Relações Públicas da Feevale retrata a história de RP no Brasil. O curso é uma fonte de subsídios que sugere interpretações influenciando, de certa forma, o ensino de Relações Públicas e suas atividades profissionais.

REFERÊNCIAS

A FESTA da anistia. **Veja**, São Paulo, n. 565, p.14, 4 jul. 1979.

AAKER, David; KUMAR, V.; DAY, George S. **Pesquisa de marketing**. Tradução de Reynaldo Cavalheiro Marcondes. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

ABRÃO, Janete. **Pesquisa & história**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

ALBECH, Salvador Luis. O entrevistado: o técnico de Relações Públicas e a empresa. **Jornal da Semana**, [n. p.], 13 ago. 1972.

ALUNOS da Feevale vão estagiar em Brasília. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, n. 1209, p. 6, 17 set. 1975.

ALUNOS de RP convidados para congresso no Rio. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, p. 27, 27 jul. 1972.

ANTÔNIO Martins hoje na Feevale. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, n. 1001, p. 100, 14 set. 1973.

ANÚNCIO Cannes Publicidade. **Veja**, São Paulo, n. 351, p. 81, 28 maio 1975.

APRESENTAÇÃO. **Jornal da Feevale**, Novo Hamburgo, n. 0, capa, maio 1978.

ASEA Brown Boveri. In: WIKIPEDIA. 2012. Disponível em:
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Asea_Brown_Boveri>. Acesso em: 05 jul. 2012

ASPEUR e FEEVALE: bolsas de estudo e títulos de benfeitor. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, n. 1172, p. 3 04 maio 1975.

BADO, Dioni York; OLIVEIRA, Luiz Carlos de. A primeira Federação particular do Brasil. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, [n. p.], 25 mar. 1970a.

BADO, Dioni York; OLIVEIRA, Luiz Carlos de. Belas Artes, a primeira faculdade de NH. **Jornal NH**, [n. p.], 25 mar. 1970b.

BADO, Dioni York; OLIVEIRA, Luiz Carlos de. Faculdades abrem as portas. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, capa, 25 mar. 1970c.

BADO, Dioni York; OLIVEIRA, Luiz Carlos de. Faculdades encarnam o pulsar de tôda uma região. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, [n. p.], 25 mar. 1970d.

BADO, Dioni York; OLIVEIRA, Luiz Carlos de. Novo Hamburgo: em tempo de universidade. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, capa, 25 mar. 1970e.

BALDISSERA, Rudimar; SÓLIO, Marlene. Relações Públicas: processo histórico e complexidade. In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, 3., abr. 2005, Novo Hamburgo. [Anais...]. Novo Hamburgo (RS): [s. n.], 2005.

BARICHELO, E.M.M.R. **Comunicação e Comunidade do saber**. Santa Maria: Palotti, 2001.

BARICHELO, E.M.M.R. **Os 50 anos da Nova Universidade**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2012.

BARROS, Antônio; DUARTE, Jorge (Org.). **Métodos e técnicas da pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

BECKER, Gisele; MARTINS, Rodrigo Perla. Acervo de memória institucional do Centro Universitário Feevale: possibilidades de pesquisa. **Revista de História Regional**, v. 10, n. 2, p. 71-85, 2005.

BECKER, Gisele; SILVA, Carla Lemos. O campo profissional de Relações Públicas e a entrada das multinacionais no Brasil: uma análise através da perspectiva da pesquisa histórica (1956-1979). In: MOURA, Cláudia Peixoto (Org.). **História das Relações Públicas: fragmentos da memória de uma área**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

BECKER, Gisele; SILVA, Carla Lemos. O campo profissional de Relações Públicas e a construção da imagem de um novo Brasil no período da Transição Democrática: Uma análise através da perspectiva da pesquisa histórica (1984-1985). In: FISCHER, Luciana; PAVAN, Maria Angela (Org.). **Alternativas, mídias e histórias da comunicação persuasiva e institucional**. Piracicaba: Degaspari, 2011.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Trad.: Paulo Neves. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

BORJES, Fausto B.; DALL'AGNOL, Plínio. **ASPEUR/ FEEVALE através do tempo**. Novo Hamburgo: FEEVALE, 1979.

BRASIL. **Decreto nº 77.000, de 9 de janeiro de 1976**. Altera o Regimento Interno dos Gabinetes da Presidência da República [...]. Brasília, 1976. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-77000-9-janeiro-1976-425613-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 30 set. 2011.

BRASIL. **Linha do tempo**. Brasília, c2011. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/linhadotempo>>. Acesso em: 15 jul. 2010.

BRASIL. Presidência da República: Casa Civil. **Lei nº 6301 de 15 de dezembro de 1975**. Brasília, 1975. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L6301.htm>>. Acesso em: 10 jul. de 2010.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Brasília, [2010?]. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/sobre-a-secom/a-secretaria>>. Acesso em: 23 out. 2010.

CALDAS, Alberto Lins. **Oralidade, texto e história:** para ler história oral. São Paulo: Loyola, 1999.

CANFIELD, Bertrand R. **Relações Públicas.** Tradução de Olívia Krähenbuhl. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 1991. 2 v.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Uma introdução à história.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

CERTIFICADO de Frequencia de Sérgio Wollmeister. In: CICLO DE INTEGRAÇÃO DE RELAÇÕES PÚBLICAS, 2., nov. 1975, Porto Alegre. [**Certificado de Frequência...**]. Porto Alegre: [s.n.]: 1975.

CERTIFICADO de Frequencia de Sérgio Wollmeister. In: CIRP – CICLO DE INTEGRAÇÃO DE RELAÇÕES PÚBLICAS, 3., 1976. [**Certificado de Frequência...**]. [S.l.: s.n.]: 1977.

CERTIFICADO de Frequencia de Sérgio Wollmeister. In: ENCONTRO NACIONAL DE PROFESSORES DE RELAÇÕES PÚBLICAS, 3., set. 1977, Gramado. [**Certificado de Frequência...**]. Gramado: [s.n.]: 1977.

CFE reconheceu faculdade de Relações Públicas. **Jornal da Semana**, p. 12, 12 nov. 1972.

CHEFIA de RP. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, p. 8, 15 out. 1977.

CLEMENTE, Elvo; FAUSTINO, João. **História da PUCRS: 1951 – 1978.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997. v. 2.

COMUNICAÇÃO é assunto deste curso. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, n. 1199, capa, 13 ago. 1975.

CONCURSO para universitários em Nôvo Hamburgo. **Folha da Tarde**, São Paulo, [n. p.], 28 nov. 1971.

CONGRESSO de RP. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, [n. p.], 06 out. 1972.

CONGRESSO Mundial de Relações Públicas. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, n. 958, p. 8, 18 abr. 1973. Seção Ciranda da Semana.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Pesquisa histórica e análise de conteúdo: pertinência e possibilidades. **Estudo Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 28, n 1, p. 183-194, jun. 2002.

COSTA; PASSOS. **Associação Comercial e Industrial de Novo Hamburgo: 1972 a 1980.** [S. l.]: [s. n.]: 2004.

CRIADO na Feevale departamento de Relações Públicas. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, p. 24, 25 out. 1972. Seção Gente Importante.

DALL'AGNOL é diretor. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, n. 1004, p. 5, 26 set. 1973.

DALL'AGNOL, Plínio. Atuais cursos da Feevale. **Informe da Feevale**, Novo Hamburgo, n. 2, p. 7, 28 maio 1971.

DALL'AGNOL, Plínio. Ensino superior já é uma realidade em Novo Hamburgo. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, p. 12, 25 nov. 1970.

DALL'AGNOL, Plínio. Projetos para uma tecnologia nacional de Comunicação Social **Jornal da Feevale**, Novo Hamburgo, n. 1, p. 2, jun. 1978.

DÊ o sim à Universidade Regional em Nôvo Hamburgo. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, p. 3, 19 nov. 1969.

DE SALVO, Antonio. Explosão no mercado de RP. In: CATÁLOGO Brasileiro de Profissionais de Relações Públicas 1987 (IX). 1978. Disponível em: <<http://www.sinprop.org.br/Memorias/memoria86-88-12.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2009.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DUTRA, Tarso. Tarso Dutra: Brasil já alcançou em 71 a meta educacional prevista para 1975. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, n. 743, p. 13, 07 abr. 1971.

EMPRESÁRIOS na escola. **Folha da Tarde**, São Paulo, [n. p.], 27 out. 1972.

EMPRESÁRIOS na Escola. **Folha da Tarde**, São Paulo, [n. p.], 28 set. 1972.

ENGELMANN, Hugo. Técnicos para o progresso de nossa região. Entrevistador: Dioni York Bado; Luiz Carlos de Oliveira. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, [n. p.], 25 mar. 1970.

FACULDADES: projeto seguiu ao Rio. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, p. 3, 24 set. 1969.

FEEVALE. Disponível em: <www.feevale.br>. Acesso em: 02 mar. 2012

FEEVALE. **Histórico da Feevale**. Novo Hamburgo, [2012]. Disponível em <<http://aplicweb.feevale.br/site/internas/default.asp?intIdSecao=273&intIdConteudo=1393>>. Acesso em: 01 abr. 2011.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GAGETE, Élide; TOTINI, Beth. Memória empresarial: uma análise da sua evolução. In: NASSAR, Paulo (Org.). **Memória de empresa: história e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações**. São Paulo: Aberje, 2004. p. 114-128.

GALIAZZI, Maria do Carmo; MORAES, Roque. **Análise textual discursiva**. 2. ed. rev. Ijuí: Unijuí, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOVERNO Federal oficializou nossa faculdade de RP: **Jornal NH**, Novo Hamburgo, n. 922, capa, 15 dez. 1972.

GURGEL, João Bosco Serra. **Cronologia da evolução histórica das relações públicas**. 3. ed. Brasília: Linha, 1985.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HAMBURGUÊS voltou de Genebra destacando a importância do RP. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, n. 963, p. 10, 04 maio 1973.

HENNEMANN, Rubem. **Jornal Feevale**, Novo Hamburgo, v. 1, n. 1, abr. 1971.

IBOPE. Disponível em: <www.ibope.com.br>. Acesso em: 15 abr. 2011.

IZQUIERDO, Iván. **Memória**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

JOÃO Carlos: Educação é investimento. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, p. 6, 24 out. 1973.

JOÃO CORRÊA: precisamos do auxílio financeiro de NH e Vale dos Sinos. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, p. 2, 21 nov. 1969.

JOSÉ dos Santos: assessor de RP do Presidente da República fala hoje na Feevale. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, p. 6, 14 jul. 1977.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling (Org.). **Obtendo resultados com relações públicas**. São Paulo: Pioneira, 2001.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Relações Públicas e modernidade: novos paradigmas na Comunicação Social**. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1997.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. ed. Tradução de Bernardo Leitão [et.al.]. Campinas (SP): UNICAMP, 1996.

MAIS dois secretários afastam-se da Prefeitura. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, n. 1024, p. 3, 05 dez. 1973.

MARCELINO. Ensino em NH. Entrevistador: Dioni York Bado; Luiz Carlos de Oliveira. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, p. 5, 25 mar. 1970.

MARTINS, Rodrigo Perla et al. **Memória do setor coureiro-calçadista: pioneiros e empreendedores do Vale do Rio dos Sinos**. Novo Hamburgo: Feevale, 2005.

MARTINS, Simone. **Pequena história sobre a Escola de Comunicação da UFRJ**. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. ESCOLA de Comunicação, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.eco.ufrj.br/portal/news/historic/historic.html>>. Acesso em: 15 mar. 2012.

MATOS, Heloiza. **Das relações públicas ao marketing público:** (des)caminhos da comunicação governamental. In: PORTAL de Relações Públicas e Transmarketing. 2000. Disponível em: <<http://www.portal-rp.com.br/bibliotecavirtual/projetosdepesquisa01/0078.htm>>. Acesso em: 10 maio 2009.

MATRÍCULAS começam segunda na Feevale. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, n. 1136, p. 6, 03 jan. 1975.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral:** como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **Manual de história oral.** 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Loyola, 1996.

MELO, José Marques de (Coord.). **Ensino de comunicação no Brasil:** impasses e desafios. São Paulo: IPCJE/ECA/USP, 1987. (Série Ensino, v. 2).

MELO, José Marques de. **Comunicação e modernidade:** o ensino e a pesquisa nas escolas de comunicação. São Paulo: Loyola, 1991.

MELO, José Marques de. **Comunicação social:** teoria e pesquisa. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1971.

MICHAELSEN, Gilberto. Relações Públicas forma primeira turma este ano. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, n. 905, p. 10, 20 out. 1972.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC-ABRASCO, 1992.

MINISTRO da Educação promete apoiar Feevale. **Jornal Feevale**, Novo Hamburgo, n. 7, capa, nov. 1979.

MOROSINI, Marília e LEITE, Denise (Org.). **Universidade e Integração no Cone Sul.** Porto Alegre: Ed. Da Universidade/ UFRGS, 1992.

MOURA, Cláudia Peixoto de (Org.). **História das relações públicas:** fragmentos da memória de uma área. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. Disponível em: <<http://www.paginas.ufrgs.br/.../Fragmentos%20da%20Historia%20do%20Ensino%20de%20Relacoes%20P>>. Acesso em: 15 abr. 2012.

MOURA, Cláudia Peixoto de. **O curso de comunicação social no Brasil:** do currículo mínimo às novas diretrizes curriculares. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

NA FEEVALE Alceu Mosmann conversou com acadêmicos. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, n. 763, 16 jun. 1971.

NASCE a ABRP. In: PORTAL de Relações Públicas e Transmarketing. 2012. Disponível em: <http://www.portal-rp.com.br/historia/parte_06.htm>. Acesso em: 07 abr. 2008.

NASCE a SECOM: desde já com críticas em várias frentes. **Veja**, São Paulo, n. 557, p. 27, 9 maio 1979.

NASSAR, Paulo. **Relações Públicas na construção da responsabilidade histórica e no resgate da memória institucional das organizações**. São Paulo: Difusão. 2007.

NO I ENCONTRO de Relações Públicas, novos caminhos para profissionais. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, p. 4, 05 out. 1977.

NOSSA equipe de trabalho. **Jornal Relações Públicas - RP**, Novo Hamburgo, n. 1, capa, nov. 1979.

NOVO Hamburgo surpreende os participantes da I Congresso de Relações Públicas no Sul. **Correio do Povo**, Porto Alegre, p. 18, 06 jan. 1972.

NOVOS empreendimentos da Feevale de Novo Hamburgo. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, p. 20, 31 jan. 1974.

PALESTRA na Feevale. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, n. 1064, p. 18, 24 abr. 1974.

PALESTRA na Feevale. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, n. 784, p. 19, 27 ago. 1971.

PERUZZO, Cicilia. **Relações Públicas, movimentos populares e transformação social**. Disponível em: <www.rppnet.com.ar/rppmovimientospopularesytranssocial.htm>. Acesso em: 03 abr. 2011.

PESQUISA Mercado de Trabalho. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, n. 781, p. 19, . 1971. Seção Gente Importante.

PLÍNIO prefere a Feevale. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, n. 1029, p. 5, 21 dez. 1973.

PORTAL DO ELETRODOMÉSTICO. [S. l.], [2012]. Disponível em: <<http://www.portaldoeletrodomestico.com.br/whirlpool.htm>>. Acesso em: 05 jul. 2012.

PRÊMIO Opinião Pública (POP). In: PORTAL de Relações Públicas e Transmarketing. 2012. Disponível em: <http://www.portal-rp.com.br/pop/popannual/pagina_02.htm>. Acesso em: 15 jun. 2009.

PROFESSOR Schmitz é o novo Diretor Geral da Feevale. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, n. 877, p. 3, 19 jul. 1972.

RASGANDO a fantasia. **Veja**, São Paulo, n. 568, p. 23, 25 jul. 1979.

RELAÇÕES Públicas. **Folha da Tarde**, São Paulo, [n. p.], 28 nov. 1971.

RELAÇÕES Públicas: veja o programa deste seminário. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, p. 2, 18 nov. 1976.

REVISTA 25 Anos de Formatura da FEEVALE: 1974-1999, Novo Hamburgo, 2000.

REVISTA 25 Anos de Formatura: 1975 – Administração; Pedagogia; Belas Artes; Ciências Contábeis / Centro Universitário FEEVALE. Novo Hamburgo, 2001.

REVISTA 25 Anos de Formatura: 1976 – Administração; Pedagogia; Belas Artes; Ciências Contábeis; Relações Públicas; Educação Física / Centro Universitário Feevale. Novo Hamburgo, 2001.

REVISTA 25 Anos de Formatura: 1978 – Administração; Ciências Contábeis; Educação Física; Relações Públicas; Pedagogia; Belas Artes / Centro Universitário Feevale. Novo Hamburgo, 2003.

ROBERTO Xavier amanhã na Feevale debatendo turismo. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, p. 6, 17 out. 1973.

SAI este ano oficialização das faculdades locais. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, n. 868, p. 27, 16 jun. 1972.

SANTINI: só a universidade pode consolidar o trabalho da região. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, p. 3, 26 nov. 1969.

SANTOS, Ubiratan dos. Existe diferença entre ASPEUR e Feevale. **Jornal Feevale**, Novo Hamburgo, n. 805, 10 nov. 1971b.

SANTOS, Ubiratan dos. Homens maduros com mentalidade jovem. **Jornal Feevale**, Novo Hamburgo, n. 763, p. 12, 16 jun. 1971a.

SCHEMES, Claudia. **Pedro Adams Filho**: Empreendedorismo, indústria calçadista e emancipação de Novo Hamburgo (1901-1935). 2006. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SCHEMES, Claudia; SILVA, Cristina Ennes da. **ASPEUR**: uma trajetória comunitária: memórias de seus colaboradores. Novo Hamburgo: Feevale, 2003.

SCHEMES, Claudia; SILVA, Cristina Ennes da. **Feevale**: Federação de Estabelecimentos de Ensino Superior em Novo Hamburgo: 1969/1999. Novo Hamburgo: Feevale, 2007.

SECRETÁRIO do Ensino Superior do MEC visitou a FEEVALE. **Jornal Feevale**, Novo Hamburgo, n. 7, p. 3, nov. 1979.

SEMANA de RP será comemorada também aqui. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, n. 895, [n. p.], 15 set. 1972.

SEMANA de RP. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, n. 1003, p. 23, 21 set. 1973.

SILLERO, Carlos José. RP está vinculada à segurança nacional. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, [n. p.], 18 out. 1972.

SILVA, Carla Lemos da. **O grupo focal como técnica de pesquisa no diagnóstico de Relações Públicas**. 2007. Dissertação (Mestrado em Relações Públicas) – Faculdade de

Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SIMÕES, Roberto Porto. **Relações públicas e micropolítica**. São Paulo, Summus, 2001.

SIMÕES, Roberto Porto. **Relações Públicas**: função política. 3. ed. São Paulo: Summus, 1995.

SINPRORP. 2008. Disponível em: <<http://www.sinprorp.org.br>>. Acesso em: 10 abr. 2008.

SOARES, Wilson. **O que faz o SINPRORP**. São Paulo, 2008. Disponível em <http://www.sinprorp.org.br/O_que_faz_Sinprorp/sinprorp2.htm>. Acesso em: 10 abr. 2008.

STEFFEN, Ana Maria Walker Roig. **Modos de percepção em relações públicas**: o significado do conceito de público. Porto Alegre: FAMECOS / PUCRS, 2003.

TEIXEIRA, João Evangelista. **Relações Públicas na UMESP**: 30 anos de história. São Paulo: UMESP, 2002.

TERMINA hoje o vestibular: 148 candidatos tentam ingresso nas faculdades da cidade. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, n. 716, p. 8, 06 jan. 1971.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado**: História Oral. Trad. OLIVEIRA, Lólio Lourenço de. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TIO SAM. **Alceu Amoroso Lima**. [200?]. Disponível em: <http://www.tiosam.org/~Alceu_Amoroso_Lima/>. Acesso em: 30 jan. 2007.

TIO SAM. **Departamento de Imprensa e Propaganda**. [200?]. Disponível em: <http://www.tiosam.org/~Departamento_de_Imprensa_e_Propaganda/>. Acesso em: 30 jan. 2007.

UM ATO solene marca a abertura do V CIRP. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 6, 18 out. 1978.

UM PASSO à frente na Escola de RP. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, n. 744, p. 9, 09 abr. 1971.

UM TRABALHO comunitário visando um grande objetivo. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, [n. p.], 13 jun 1969.

UNIVERSIDADE: realidade que é desafio para a comunidade. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, p. 2, 21 nov. 1969.

UNIVERSITÁRIO quer saber se relação pública tem futuro. **Folha da Tarde**, São Paulo, p. 21, 20 ago. 1971.

VESTIBULAR na Feevale. **Folha da Tarde**, São Paulo, p. 26, 19 out.. 1972.

WARKEN, Rudi. Belas Artes, a primeira faculdade de NH. Entrevistador: Dioni York Bado; Luiz Carlos de Oliveira. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, [n. p.], 25 mar. 1970.

WOLF. Wolf e Marcelino antevêem sucesso do ensino superior. Entrevistador: Dioni York Bado; Luiz Carlos de Oliveira. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, [n. p.], 25 mar. 1970.

WORCMAN, Karen. Memória do futuro: um desafio. In: NASSAR, Paulo (Org.). **Memória de empresa: história e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações**. São Paulo: Aberje, 2004. p. 20-28.

ANEXOS